



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÁREA DE  
CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO POLÍTICA: INDICADORES DE PRINCÍPIOS DE  
PRÁTICAS E MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS COM PARTICIPAÇÃO  
INFANTOJUVENIL**

**ZILDA BEGO**

**MARINGÁ  
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO POLÍTICA: INDICADORES DE PRINCÍPIOS DE  
PRÁTICAS E MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS COM PARTICIPAÇÃO  
INFANTOJUVENIL**

**ZILDA BEGO**

**MARINGÁ  
2015**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**FORMAÇÃO POLÍTICA: INDICADORES DE PRINCÍPIOS DE PRÁTICAS E  
MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS COM PARTICIPAÇÃO INFANTOJUVENIL**

Dissertação apresentada por ZILDA BEGO  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Estadual de  
Maringá, como um dos requisitos para a  
obtenção do título de Mestre em Educação.  
Área de Concentração: Educação.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verônica Regina Müller

MARINGÁ  
2015

ZILDA BEGO

**FORMAÇÃO POLÍTICA: INDICADORES DE PRINCÍPIOS DE PRÁTICAS E  
MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS COM PARTICIPAÇÃO INFANTOJUVENIL**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verônica Regina Müller – UEM (Orientadora)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Rosana da Silva Moraes - UNIOESTE

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ercilia Maria Angeli Teixeira de Paula – UEM

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacyara Silva de Paiva – UFES (Suplente)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Geiva Carolina Calsa – UEM (Suplente)

MARINGÁ, 15 de abril de 2015

À minha amada família...

Eles marcaram minha infância, minha vida no seio de nossa família. Com sete meninas e três meninos, papai Eugenio e mamãe Amélia fizeram de sua prole a alegria e a convivência harmoniosa em constituir Família. Izaura, Antonia, Maria Lice, Helena, Joanirce, João Roberto, Adão, Eva, Sergio e Zilda... Mas parecia pouco ainda, pois haveria de vir aqueles que iluminariam os sorrisos e com sons estridentes chamariam, Mãe... Vó... Tia... Tatá... E eis que ocupariam os lugares perto da Avó, perto do Avô. Assim nasceram esses pequenos, Eliane, Ivan, Claudio Cezar, Daiana, Victor, Lidiane, Allan, Ilsa, Franciele, Patrícia, Jaqueline, Eduardo, Adriano, João Henrique, Maria Eduarda, Ivanzinho, e Maria Eduarda mais uma vez, Marco Aurélio, Ana Laura, Bárbara, Laisa, Lucas e Bruna (...). Que nossas boas ações sejam imitadas, que nossas palavras pronunciadas sejam sábias não para ostentar um sentimento de amor próprio, mas para ecoar pelos ares e poder interferir na vida dos que não têm voz e vez. Meus aplausos a essa família que me ajudou a ser quem sou.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me capacitar continuamente, para cuidar desses tesouros “Crianças”.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verônica Regina Müller, que leu, nos meus olhos, a alegria e traduziu o meu sorriso... Extraiu do meu coração essa história de amor pelas crianças.

À, amiga, Tais... Conhecemo-nos em momentos do cotidiano... Eis que ela insiste, estimula e determina: “Vai... coragem, você precisa escrever sua história de amor pela Educação”.

Às irmãs, Eva e Helena, pelos cuidados, preces, paciência e ouvintes atentas nas leituras como colaboradoras desse percurso chamado Mestrado.

Aos Professores, Ailton Morelli, Marcilio Hubner, Geiva Calsa, Terezinha Galuch, Maria Cecílio, Elaine Rodrigues, Célio J. Costa, Ercilia T. de Paula que me conduziram pela mão e abriram as cortinas de outros saberes, outros olhares para que me apropriasse dessa maravilha que é pesquisar.

À essa gente grande... Marcelo, Fabiana, Regis, Paula, Maristela, Wagner, Gislaine, Marilze, João Francisco, João Álvaro, Angelita, Marilze e Isadora que me estimularam com seus projetos de vida.

A essa gente pequena... meninos e meninas que me deixaram amá-los como são: olhos pequenos, olhares, às vezes, tímidos, tristes; outras vezes, travessos e alegres; com dúvidas, mas com o coração cheio de amor. Neles, busquei e busco minhas experiências.

## **Os retalhos costurados na infância<sup>1</sup>**

Foi preciso coragem, foi necessário voltar. Nada parecia ter mudado, lá estavam os novelos de lã macios e com cores ternas, carretéis de linhas com os tons do arco-íris, retalhos velhos, novos, finos, transparentes, opacos...

Toquei um novelo de linha colorido e com ele estavam as lembranças da adolescência, e comecei a desmanchar uma história para tentar tecer outra.

Dobras daqui, dobras dali. Busquei lá no velho baú os retalhos que na infância tramavam as histórias, e percebi que as cores que havia neles estavam tristes e desbotadas...

Puxei cuidadosamente, os pespontos da timidez, os alinhavos das amizades escolares e os caseados dos amores escondidos e fui descobrindo que a cada ponto desmanchado ficavam manchas deixadas pelas linhas e alinhavos, pespontos apertados, às vezes, até cortantes.

Esse desmanchar a história e as costuras que marcaram o tempo provocou angústia e não sabia como fazer: se escondia com outras cores ou se deixava quieto, silenciosamente quieto, ou deixaria que o sol ao tocá-las desbotaria e igualaria com sua luz novos tons.

Quero tecer um novo texto, com outro pano, outro colorido e nessa nova estampa da história costurar outros sonhos.

Começar novos contornos e poder costurar os corações bem juntinhos para não chorar e nem sentir qualquer forma de punição ou dor.

Pespontar novos desenhos e com novas cores preencher os espaços.

Dar ouvidos e atenção aos pequenos sons e à formação desses novos personagens e enfeitá-los com rococós coloridos formando flores nos sorrisos e deixar que contem as histórias de sua imaginação. [...] Que haja muita linha para todas as histórias daqui em diante (BEGO, 2015).

---

<sup>1</sup> Os trechos que se apresentam na abertura de cada Capítulo foram retirados do texto escrito pela pesquisadora, intitulado “Retalhos costurados na infância”.

BEGO, Zilda. **FORMAÇÃO POLÍTICA: INDICADORES DE PRINCÍPIOS DE PRÁTICAS E MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS COM PARTICIPAÇÃO INFANTOJUVENIL** 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Verônica Regina Müller. Maringá, 2015.

## RESUMO

A dissertação “Formação Política: indicadores de princípios de práticas pedagógicas e mediações com participação infantojuvenil”, ora apresentada tem como temática a promoção social da infância, e objetiva contestar a seguinte indagação: Como desenvolver a consciência política da criança e do adolescente em situações educativas? Partimos do pressuposto de que as crianças são sujeitos políticos capazes e devem estar presentes no processo de construção de políticas públicas para infância, assim como intervir em seus espaços de vivência. Para sustentar a arguição inicial, o objetivo principal foi investigar princípios e formas de mediações metodológicas para promover a formação política da criança e do adolescente. Os objetivos específicos foram: realizar práticas em espaços institucionais com crianças e adolescentes; fundamentar teoricamente a prática metodológica descrita a partir do enfoque histórico sociológico da infância; desenvolver análises reflexivas incorporando os resultados práticos e teóricos da investigação e propor princípios e formas para a formação política da criança e do adolescente. A metodologia é de cunho qualitativo na qual se manuseiam materiais resultantes de práticas etnográficas realizadas com crianças e adolescentes em três espaços educacionais diferentes. Nos resultados estão contempladas as categorias do Acolher com as subcategorias Ambiente e Participação; do Escutar com a subcategoria da Aceitação e Posicionamento; do Exercício Político com as subcategorias da Linguagem Oral, Linguagem Escrita e Linguagem Lúdica, Entre outros, ainda, evidenciou-se que a criança e o adolescente têm em seu discurso capacidade de dialogar enquanto locutores, mas lhes faltam os interlocutores no diálogo, pois estão invisibilizadas enquanto seres políticos e que apresentam várias violações de direitos em suas vidas cotidianas.

**Palavras-chave:** Educação; Educação social; Formação Política; Infância.

## ABSTRACT

BEGO, Zilda. POLITICAL FORMATION: PRINCIPLES INDICATORS OF PEDAGOGICAL PRACTICE AND MEDIATION WITH INFANT JUVENILE PARTICIPATION 127 f. Dissertation (Master of Education) - University of Maringa. Supervisor: Veronica Regina Muller. Maringa, 2015.

The thesis "Political formation: principles indicators of pedagogical practice and mediation with infant juvenile participation", presented here has as a theme the social promotion of childhood, and it aims to challenge the following question: How to develop the children and adolescents political awareness in educational situations? I assume that children are capable political subjects and must be present in the construction of public policies for children, as well as interfere in their living environment. To support the initial argumentation, the main objective was to investigate principles and ways of methodological mediations to promote children and adolescents political formation. The specific objectives were to conduct practices in institutional environment with children and adolescents; The paper also aims to theoretically support the methodological practice described from the sociological history of childhood; and to develop reflective analysis incorporating the practical and theoretical results of the research as well as propose principles and ways for children and adolescents political formation. It consists of a qualitative methodology which took its presuppositions in research results of ethnographic practices applied through intervention projects for children and adolescents political formation in three different educational settings. The results are shown as Welcome categories followed by Environment and Participation subcategories. As Listening followed by the Acceptance and Positioning subcategories. Political Exercise and the subcategories of Speaking, Writing and Ludic Languages. It was also verified that children and adolescents have the ability of talking as speakers, but they lack the presence of interlocutors in their speech, as they are not viable as political beings and they are subject to a variety of violation of rights in their daily lives.

**Keywords:** Education; Social Education; Political Formation and Childhood

## LISTA DE SIGLAS

<b>CAPES</b>	–	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal Ensino Superior
<b>CDC</b>	–	Convenção Internacional dos Direitos da Criança
<b>CMDCA</b>	–	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>ECA</b>	–	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>LDB</b>	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MNMMR</b>	–	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
<b>OEA</b>	–	Organização dos Estados Americanos
<b>ONGs</b>	–	Organizações não Governamentais
<b>ONU</b>	–	Organização das Nações Unidas
<b>PCA</b>	–	Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente
<b>REDE</b>	–	Rede de Assistência
<b>UEM</b>	–	Universidade Estadual de Maringá
<b>UNICEF</b>	–	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1-** Análise do trecho da atividade desenvolvida pelo adolescente sobre o entendimento de violação (M. 14 anos 7º ano).

**Figura 2-** Análise extraída do texto em atividade sobre violação de Direitos na adolescência de (S.14 anos 7º D).

**Figura 3-** Análise da interpretação do texto do adolescente com relação ao seu bairro, sua escola e seu cotidiano (E. 13 anos 7º B)

**Figura 4-** Análise de atividade desenvolvida pelo adolescente em que é solicitado para identificar os pontos negativos que estão em seus espaços de vivência (A.15 anos 9º D)

**Figura 5-** Análise da atividade feita pelo adolescente sobre os espaços públicos e a responsabilidade dos gestores (G.15 anos 8º B)

**Figura 6-** Análise do texto em que o adolescente observa os pontos negativos dos espaços públicos (M.14 anos 7º A)

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	10
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	11
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b> .....	22
2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO COTIDIANO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE MARINGÁ-PR .....	23
2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - PROJETO DE INTERVENÇÃO EM ESCOLA ESTADUAL DE MARINGÁ-PR.....	27
2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - PROJETO DE INTERVENÇÃO, EM ONG- MARINGÁ-PR .....	42
2.4 ALINHAVOS PEDAGÓGICOS E SOCIOLÓGICOS DA SISTEMATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EM FICHAS.....	57
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INTERAÇÃO NECESSÁRIA À PRÁTICA</b> .....	75
3.1 CASEADOS DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA .....	766
3.2 POSSÍVEIS INDICATIVOS DE CONTEXTO SOCIAL E VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	833
<b>4 DAS PRÁTICAS EMERGEM PRINCÍPIOS E CATEGORIAS</b> .....	93
4.1. CATEGORIA 1- ACOLHER.....	93
4.1.1. SUBCATEGORIA 1 - AMBIENTE .....	94
4.1.2. SUBCATEGORIA 2- PARTICIPAÇÃO .....	96
4.2. CATEGORIA 2 - ESCUTAR .....	97
4.2.1 SUBCATEGORIA 1 - ACEITAÇÃO .....	100
4.2.2 SUBCATEGORIA 2- POSICIONAMENTO .....	100
4.3 CATEGORIA 3 - EXERCÍCIO POLÍTICO.....	101
4.3.1 SUBCATEGORIA 1-LINGUAGEM ORAL .....	105
4.3.2 SUBCATEGORIA 2-LINGUAGEM ESCRITA .....	106
4.3.3 SUBCATEGORIA 3- LINGUAGEM LÚDICA.....	107
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	109
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	114
<b>ANEXO</b> .....	118

## 1 INTRODUÇÃO

Foi preciso coragem, foi necessário voltar. Nada parecia ter mudado, lá estavam os novelos de lã macios e com cores ternas, carretéis de linhas com os tons do arco-íris, retalhos velhos, novos, finos, transparentes, opacos... Toquei um novelo de linha que me parecia colorido as marcas da adolescência estavam ali, e comecei a desmanchar uma história para tentar tecer outra [...].  
(BEGO, 2015)

Ao longo desses anos e na maioria dos dias próxima das crianças e adolescentes, bem lá no chão da escola e de minha comunidade, aprendi muitas lições, e dentre todas, há uma que vivenciei com propriedade e que me trouxe a essa experiência: “o mundo da infância é um mundo isolado do mundo adulto”. A palavra mundo aqui é usada com o intuito de delinear o que para as meninas e meninos é importante. Diferente, do que nossos olhos de adultos vêem, do que nossos ouvidos ouvem, do que nossas mãos manuseiam, do que nossos pés caminham.

O texto apresentado traz experiências pessoais e profissionais, de situações vivenciadas por mim com crianças e adolescentes, por aproximadamente mais de três décadas (1979) na cidade de São Carlos do Ivaí, Estado do Paraná, desde que concluíra o curso de Magistério e iniciava a profissão como docente. Hoje, depois de tantos anos posso condensá-las e, destacá-las neste documento, pois é gratificante ter vivenciado com eles e elas momentos que marcaram as nossas vidas, e, quem sabe, contribuir para que outros momentos possam ser construídos a partir dos que pude experimentar.

Por muitos anos, trabalhei como docente em sala de aula, e no cotidiano dentro e fora do espaço escolar pude observar a infância e a adolescência e, por muitas vezes, testemunhei situações de agressão verbal, de discriminação, de bullying e tantas outras violações de direitos, e isso gerava uma inquietação pessoal e profissional. É um desafio muito grande defender ou estar ao lado do oprimido, quando temos poucos instrumentos e pessoas que comungam da importância de promover a cidadania, o respeito em situações educativas.

A experiência docente foi me proporcionando modos de ser professora e pedagoga, dentre esses modos aprendi a identificar algumas características nos

estudantes, conheci o chamado “aluno rotulado” ou “excluído”, aquele que já no início do ano letivo, professores e colegas de sala comentam que não será aprovado. Aquele menino ou menina que muitas vezes sofre discriminação e preconceito e é retirado da sala de aula, pois sua audácia e ao mesmo tempo coragem no uso das palavras, incomodam o adulto.

Em inúmeras conversas com alunos (as), na tentativa de compreendê-los, orientá-los, entrava em um contexto bem mais complexo de suas vidas fora da escola. Observei que no espaço escolar, muitas vezes, não sabem o que significa violação do Direito à Educação. Embora, se sabe que a função social da escola é fazer com que ele permaneça ali em sala de aula, com pouca ou muita condição de aprendizagem, isso não acontece. Foi com esses alunos excluídos do processo ensino aprendizagem que se acentuou e se somou o desejo em encontrar soluções para esse e outros tipos de exclusão sejam na escola ou em outros ambientes.

O ingresso ao Mestrado em Educação foi a forma que encontrei para aprofundar o tema e a condição de contribuir na formação de crianças e adolescentes em seu cotidiano e de como desenvolver formação política, na tentativa de encontrar meios para que eles pudessem se descobrir como seres direitos sociais e políticos e portadores de direitos.

As experiências profissionais enquanto professora e pedagoga me instigava muito, mas não eram suficientes, e surgiu a primeira oportunidade para colher frutos desse desejo de investigar a formação política para crianças, em uma intervenção como proposta de disciplina de Infância e Educação Social como aluna não regular do Mestrado na Universidade Estadual de Maringá (UEM). A intervenção aconteceu em uma Escola Estadual do município de Maringá em que atuava como pedagoga no período matutino em 2013.

O Projeto-Piloto teve como objetivo realizar encontros lúdicos com crianças e adolescentes de onze a dezesseis anos, propor discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promover reflexões e levantar opiniões sobre como analisar se os Direitos do ECA estão sendo negados ou negligenciados na infância dessas crianças.

No ano de 2014, fui convidada pelo Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA), pelo Movimento Nacional

de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) a participar, em uma segunda experiência como educadora social. Desenvolvemos um projeto de formação política para crianças e adolescentes por um período de seis meses, com encontros duas vezes no mês denominado “Fórum de formação Política Social para crianças e adolescentes” em uma ONG, também na cidade de Maringá-PR. Essas experiências foram fundamentais para me estimular a continuar investigando o tema.

Acredito que não se pode pensar o mundo sem a criança, logo, é preciso que o adulto possibilite espaços para elas no seu discurso, nos direitos, na presença física e principalmente, nas mediações discursivas entre ela e o adulto. É necessário repensar as ações com as crianças e adolescentes, seja no âmbito educacional, social família/comunidade.

Sarmiento (1997, p. 183) contribui conosco, ao afirmar que “A infância é especialmente, prejudicada entre todos os grupos e categorias sociais excluídas, quer pela relativa invisibilidade face às políticas públicas e aos seus efeitos, quer por que é geralmente excluída do processo de decisão na vida colectiva”.

Tomás (2011) argumenta que a mudança do paradigma de controle e de negatividade para um paradigma que considere as crianças atores sociais participativos não só é necessário como urgente.

A formação política que defendo para a categoria infantojuvenil se opõe ao modelo de exclusão e de invisibilidade e se apresenta não só como necessidade, mas, sobretudo por uma sensível e árdua tarefa. Além disso, o contexto social em que cada criança e adolescente está inserido não é o mesmo, e a pluralidade de situações e características se constituem em diferentes lógicas: criança da escola, da rua, do bairro, exploradas sexualmente, sem famílias, trabalhadoras e tantas outras.

Assim como os autores que fundamentam as críticas estabelecidas têm uma postura ao tratar dos fenômenos antropológicos, sociais e históricos, favoráveis à transformação do mundo no presente e às iniciativas locais; também acredito e, neste sentido, em intelectuais, pesquisadores, sociólogos como Bauman (1998); Boaventura S. Santos (2007, 2001); e Paulo Freire (2011, 2001) que têm como princípio ético a responsabilidade para com o outro e com o mundo

por uma sociedade mais justa e solidária, por isso, concordamos com eles que é necessária e essencial a formação humana desde a infância.

Propomo-nos, assim como afirma Corsaro (2011, p. 56), a “levar as crianças a sério”. Vivenciamos no cotidiano, dadas às experiências como docente e podemos afirmar que são necessários para essa categoria outros pressupostos metodológicos e analíticos, pois como receptora de influências a que esta exposta, também é um ser em desenvolvimento e com capacidade de opinar sobre a si mesma e seu contexto social.

Para esclarecimento, usamos as expressões “meninos e meninas” em diferentes momentos do texto, embora saibamos que de acordo com o entendimento do ECA, Art. 2º:

Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (ECA, 1990, p.17).

Porém, optamos por assumir a linguagem do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que considera crianças os seres humanos com menos de dezoito anos (UNICEF, 1989).

Dentro desse contexto apresento o objeto de estudo em que está o foco desse trabalho que são práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças e adolescentes em espaços institucionais governamentais e não governamentais, por meio de atividades lúdicas que almejam o protagonismo infantojuvenil no município de Maringá, Estado do Paraná.

O objetivo geral é Investigar princípios e formas de mediações metodológicas para promover a formação política da criança e do adolescente. E os objetivos específicos em que ampliamos o contexto principal são:

- Apresentar as práticas pedagógicas realizadas em espaços institucionais com crianças e adolescentes;
- Fundamentar teoricamente a prática metodológica descrita a partir do enfoque histórico sociológico da infância;
- Desenvolver análises reflexivas incorporando os resultados práticos e teóricos dessa investigação;

- Propor princípios e formas para a formação política da criança e do adolescente.

Tendo em vista o contexto apresentado, e, para iniciar os estudos que tratam o tema: Práticas Pedagógicas e Formação Política na Infância, procurei alguns trabalhos que já foram produzidos nas academias por meio de teses, dissertações, artigos e livros. Embora, um levantamento bibliográfico não contempla todos os trabalhos produzidos e poderia deixar importantes contribuições sem o devido destaque, pesquisei trabalhos produzidos entre 2005 a 2015.

Na busca de leituras e materiais, tive acesso a dissertações, projetos e pesquisas que foram desenvolvidas por pesquisadores que participam no Programa Multidisciplinar de Estudo (PCA), Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente/UEM que são similares nos princípios são que nos propomos investigar. Dentre, os diversos materiais verificados encontramos trabalhos voltados para o aspecto educacional, brincadeiras, direitos, política pública, políticas sociais e governamentais e projetos para infância.

Continuando com a busca de pesquisas e direcionada a palavra “infância” em *sites* como Portais Periódicos, Capes, Biblioteca Virtual: Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lilacs e BDTD em que encontramos um total de cento e cinquenta e três documentos, sendo trinta e quatro teses e cento e dezenove dissertações. No entanto, para continuar com propósito, tornou-se necessário buscar trabalhos com as palavras “prática pedagógica” “formação política e infância” e dentre os documentos verificados não encontrei nenhum trabalho com essa temática, o que demonstra a importância da pesquisa.

Para compor o que fui destacando durante as pesquisas sobre o tema investigado, selecionei três dissertações de mestrado e uma tese de doutorado que se assemelham ao esse trabalho, com o objetivo de representar e valorizar os pesquisadores, pois de alguma forma se aproximam dos princípios que norteiam a promoção social da infância, destacamos a seguir.

A primeira pesquisa-se a Souza (2010) que traz contribuições em “O Projeto futuro hoje em Maringá-PR: desafios da educação social rumo à política pública” e seu objetivo principal é identificar quais os entraves e, a partir deles, os

desafios a serem vencidos para que o projeto seja convertido em uma política pública de educação social no município. Os resultados apontaram para a conclusão básica precedente de que, junto com a determinação de que o projeto seja transformado em política pública, incumbe-se necessariamente o controle sobre a garantia de que o mesmo mantenha a linha filosófica que vem seguindo.

A pesquisadora detecta como problemas as categorias da burocracia, da vontade política e do desconhecimento de sujeitos da rede social sobre política e outros conteúdos. Diante dos dados ela contrapõe-se à cultura dominante, defendendo que os desafios a enfrentar são os da formação política dos sujeitos envolvidos, da construção de políticas públicas preventivas e da participação efetiva por parte dos sujeitos do Futuro Hoje, em seus diversos contextos.

A segunda pesquisa foi em Arruda (2011), que destaca em seu trabalho “A Cidade pensada pelas crianças: conceitos e ações políticas para a consolidação da participação infantil” a participação infantil como objeto de estudo, cujo objetivo principal foi analisar as opiniões e sugestões das crianças para a cidade, a fim de propor fundamentos conceituais e ações políticas para a potencialização da participação infantil no município de Maringá, Estado do Paraná.

A autora analisa a realidade local e constata que as crianças pesquisadas estão insatisfeitas com a cidade, pois citam mais aspectos ruins do que bons em Maringá, tanto em relação aos espaços, serviços e equipamentos urbanos como a respeito das relações humanas e sociais, e estão com seus direitos violados em muitos aspectos.

Sua conclusão de acordo com o enredamento dos fundamentos conceituais e de práticas políticas básicas representa: a possibilidade de potencialização da participação das crianças em Maringá, de forma efetiva, constante e com frequência cada vez maior, visando o grau mais elevado da participação que é a decisão; como também que crianças interfiram na vida urbana junto com os adultos, na busca pela justiça e emancipação social.

Rodrigues (2014) mostra como se constitui a participação social da criança e do adolescente por meio de sua pesquisa “Participação Política de Meninos e Meninas: expedições de experiências e reflexões em curso” e em seu objetivo principal buscou evidenciar processos e conteúdos da participação política na infância com o intuito de contribuir na busca do rigor conceitual e nas teorias que

se referem a essa área. Foram investigados arquivos pessoais de registros históricos de experiências desenvolvidas com meninos e meninas em Maringá-PR, no Brasil, tendo em vista a disposição destas fontes de dados ao conhecimento e estudo acadêmico.

Santana (2007), em sua tese de doutorado “Cotidiano, Expressões Corporais e Trajetórias de Vida: uma Investigação Participativa com Crianças em Situação de Rua”, objetiva investigar o cotidiano das crianças inseridas em uma instituição pública destinada ao atendimento de crianças em situação de rua, suas produções culturais e suas trajetórias de vida. A autora em sua investigação parte do pressuposto de que as crianças são atores sociais e que devem, por isso, ser inseridas no processo de produção do conhecimento sobre si mesmas.

Nesse sentido, a tese se constrói por meio da conjugação de vários pontos de partida entre eles sua base teórica contempla os contributos da Sociologia da Infância. Essa área de conhecimento, de acordo com a pesquisadora, busca conhecer as crianças a partir do seu próprio campo; recorre às metodologias participativas e às orientações etnográficas como forma de aceder aos discursos das crianças; e considera as produções culturais das crianças como fonte principal de informações sobre elas próprias e seus mundos de vida.

A mesma autora contempla em suas investigações que há uma tensão entre as identidades singulares das crianças e os constrangimentos impostos pela realidade social em que vivem. “Criança em situação de rua” não é uma identidade, mas é uma condição, o que sustenta a necessidade de políticas adequadas a esses sujeitos.

Na continuidade das buscas, fizemos a seleção dos autores que nos fundamentaram e que demonstram postura crítica ante os problemas sociais, históricos e políticos como também, são favoráveis às iniciativas locais e à transformação do mundo no tempo presente, como os sociólogos Bauman (1989), Santos (2010).

Destacamos os autores que nos dão suporte na sociologia da infância: Müller (2007 2002); Sarmiento (2009 1997); Elias (1994); e Áries (2012 1991). A base ética e pedagógica com a qual nos direcionamos está em Freire (2001, 2011), pois sua proposta nos estimula e acentua nosso compromisso social de professora/ pedagoga e educadora social.

Esse trabalho tem, em seus pressupostos, a investigação de resultados de práticas aplicadas por meio de projetos de intervenção para formação política de crianças e adolescentes, e ampara-se em Triviños (1987) e Gil (1999) sendo de cunho qualitativo.

As experiências que investiguei foram realizadas em três espaços institucionais, sendo governamental e não governamental. Para atingir nossos objetivos, utilizamos registros que sistematizados em fichas de como foram desenvolvidas as práticas e para serem analisadas pela pesquisadora. Em todas elas, a pesquisadora foi anteriormente à educadora, a professora que protagonizou as práticas estudadas que foram registradas.

Na primeira situação pedagógica descrita, a pesquisadora mediou situação de conflito em Escola Estadual de Ensino Fundamental de Maringá, Estado do Paraná, com alunos de onze a dezesseis anos do sexto ao nono ano do período, matriculados devidamente no ano letivo de 2013.

A segunda situação descrita foi em projeto específico de formação política, em Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Maringá-PR, no final do ano letivo de 2013, com a participação de dez a vinte alunos (as), entre onze e dezesseis anos, do sexto ao nono ano, do período vespertino, em dias alternados da semana, totalizando dez encontros.

O critério de seleção ocorreu por meio de convites pessoais a alunos (as) com registros de indisciplina, indicados pela equipe pedagógica e com dificuldades de aprendizagem. Segundo a equipe pedagógica, na maioria das vezes, esses alunos concluem o ano letivo reprovado. Os horários dos encontros foram definidos pela direção da escola, sendo, na quarta aula em dois dias da semana, com duração de cinquenta minutos.

A terceira situação descrita foi por meio da realização de projeto denominado “Fórum de Formação Política para Crianças e Adolescentes” por um período de seis meses, uma vez por semana em uma ONG de Maringá-PR. A coordenadora da instituição sugeriu que o projeto fosse desenvolvido com a turma do pré-jovem em que no período matutino somam dez a vinte crianças e no vespertino acima de vinte, sendo que as idades variam entre treze e dezessete anos, todos devidamente matriculados em escolas da rede de estadual de ensino.

Fizemos encontros na ONG pela manhã e tarde, com duração de cinquenta minutos em um dia por semana totalizando dez encontros. No Capítulo Um, apresentamos, por meio de fichas, as práticas pedagógicas para formação política, vivenciada e desenvolvida com crianças e adolescentes durante o período de 2013 a 2015, em ambientes institucionais: governamental e não governamental. São fichas que não existiam antes e, portanto, já são resultados desta dissertação com registros de como foi a realização das práticas em cada ambiente. Apresento, no subtítulo do capítulo, o detalhamento da sistematização das fichas, com alinhavos pedagógicos e sociológicos que considero necessário no convívio e cotidiano das crianças.

O Capítulo Dois foi organizado em duas partes: apresento aspectos teóricos necessários à compreensão sociológica da infância e, na sequência, os textos escritos pelos meninos e meninas com o aporte teórico para interpretá-los e analisá-los. Procurei elencar o que as crianças e adolescentes veem como necessidade de mudar a partir de suas histórias, lugares, tempos e espaços, e no qual situamos nosso olhar pedagógico.

No Capítulo Três, relaciono as categorias que emergiram desses encontros e que se constituem em princípios aos quais teorizamos como necessários nos encontros de formação política para a categoria infantojuvenil.

Para finalizar, na Conclusão, tecemos as considerações de como foram sentidas e vividas as experiências com as crianças e adolescentes, em contraponto com aspectos da política hegemônica em que a categoria infância se encontra.

Assim, espero, com essa pesquisa, contribuir com a instituição ou com outra instância que desenvolva estudos sobre a temática o que ora apresentamos, pois acredito que a reflexão acerca da prática pedagógica sociopolítica para a infância e adolescência possa se constituir de táticas para outros estudos, fundamentos e ações para a prática de políticas que promovam a participação social da criança e do adolescente.

## 2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

[...] Dobras daqui, dobras dali, busquei lá no velho baú os retalhos que na infância tramavam as histórias, e percebi que as cores que havia neles estavam tristes e desbotadas. Puxei cuidadosamente, os pespontos da timidez, os alinhavos nas amizades escolares e os caseados dos amores escondidos e fui descobrindo: em cada ponto desmanchado ficavam manchas deixadas pelas linhas e alinhavos, pespontos apertados, às vezes, até cortantes [...].  
(BEGO, 2015)

Neste Capítulo, apresentamos as práticas pedagógicas desenvolvidas em projetos de intervenção para formação política de crianças e adolescentes, em experiências do cotidiano da pesquisadora, durante o período de 2013 a 2015, em ambientes institucionais: governamental e não governamental.

Descrevemos essas práticas por meio de fichas que foram elaboradas com objetivo de sistematizar todo o processo das propostas aplicadas. Por meio delas podemos visualizar resultados, além do passo a passo metodológico do que foi coletado e analisado pela pesquisadora para confecção desse trabalho.

Não obstante, tivemos o cuidado em tratar como ocorreu a progressão das temáticas que foram trabalhadas no decorrer dos encontros. Partimos do princípio em exercitar com as crianças, como reconhecer-se como sujeito de direitos com o tema Identidade e Cidadania. Intensificamos a proposta com a introdução dos aspectos legais em exercícios e estudos sobre a Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e pontuamos as situações de violação e de responsabilização na sociedade.

Sabemos que as temáticas podem ser selecionadas conforme o entendimento de cada educador, contudo partilhamos as que obtivemos êxito. A nosso ver por meio dos conteúdos trabalhados em cada encontro é que sustentamos as informações para promover as participações das crianças, tanto por meio da linguagem oral como linguagem escrita. Em detrimento de valorizar o todo e, para facilitar as análises, esses dados foram condensados e detalhados conforme vivenciados pela pesquisadora e pelas crianças.

No intuito de colaborar com a leitura, a organização das fichas a seguir apresenta a seguinte ordem:

- 1) Duas fichas que demonstram como se deu o processo de mediação por meio das práticas de formação política em ambiente do cotidiano como pedagoga em Escola Estadual de Maringá-PR;
- 2) Resultado das práticas como educadora social em nove fichas que dão a demonstração do início ao término do processo das atividades desenvolvidas no Projeto-Piloto de Formação Política para Meninos Meninas em Escola Estadual de Maringá-PR;
- 3) Resultados da prática como educadora social, apresentados em dez fichas que destacam parte dos resultados da formação política com crianças e adolescentes em ONG na cidade de Maringá-PR.

## 2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO COTIDIANO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE MARINGÁ-PR

As Fichas um e dois apresentam resultados de práticas pedagógicas em situações do cotidiano escolar. As experiências foram vivenciadas pela pesquisadora na resolução de conflito com dois alunos do sexto ano (11anos) e oito alunas e um aluno do oitavo ano (12 e 15 anos) em Escola Pública Estadual na cidade de Maringá-PR

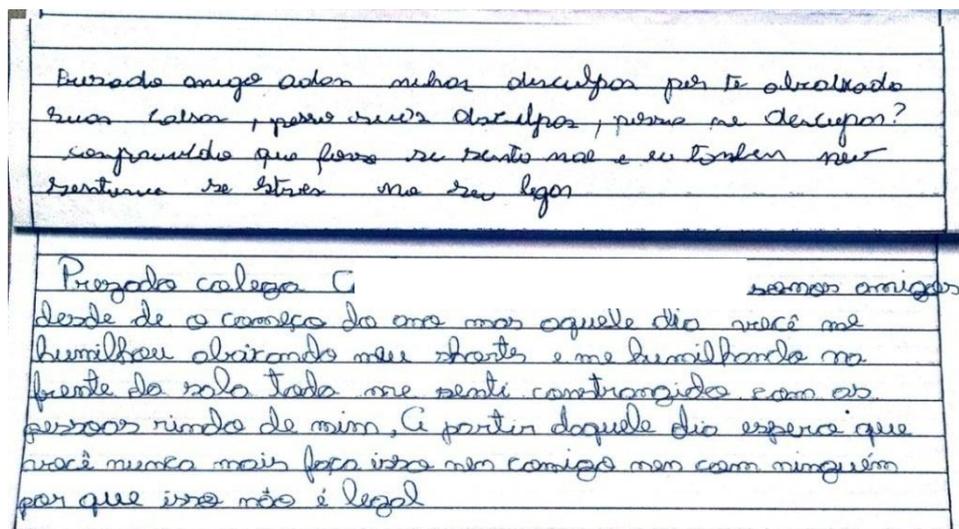
O objetivo dessa apresentação é visualizar como foi o processo da prática como mediação pedagógica, pois muitas vezes no cotidiano escolar a punição ocupa o lugar de destaque na resolução do conflito. Neste caso, demonstramos que a mediação de conflito escolar tem aspectos ligados aos Direitos Humanos e precisa estar pautada em princípios e ações que construam aprendizagem e relações democráticas e de respeito entre os envolvidos.

### FICHA 01

<b>Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em ambiente escolar</b>	
<b>Participantes</b>	Dois meninos do sexto ano do Ensino Fundamental do período vespertino, idade 11 anos.
<b>Situação</b>	Um aluno abaixa as calças do colega em sala de aula. Ambos foram retirados e encaminhados à sala pedagógica por promoverem a desordem.
<b>Ação Pedagógica da</b>	Promover a reflexão da atitude de cada um, a partir da exposição do fato

<b>Pesquisadora</b>	acontecido, mediado pelo Art. 16 do Capítulo II do ECA.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
<p>Acolhimento;          Promoção de descontração;          Privacidade (sala fechada);          Caneta e papel;          Exposição oral do fato;          Olhar atento às falas;          Mediação na situação;          Resolução;          Leitura de um Artigo do ECA.</p>	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>Os dois meninos foram convidados a se acalmar, pois cada um seria ouvido conforme sua versão, contando o fato do seu jeito. Ofereci água, brinquei, perguntando se eles haviam trazido um advogado. Eles me olharam e sorriram, quando ela disse: bem então eu serei a advogada dos dois. Pedi que lhe contasse o que havia acontecido. Cada um deles falou a seu modo. As mediações dela ocorreram quando se dirigiu a um dos garotos.</p> <p>Pedagoga: — Como seu amigo se sentiu, ao você abaixar a calça dele no meio da turma durante a aula?</p> <p>(C.10 anos): — Acho que ele ficou chateado e com vergonha.</p> <p>Pedagoga: — E você (J. 11 anos). Como você avalia o que seu colega fez com você?</p> <p>(J. 11 Anos): — Ele não devia fazer isso, fiquei com vergonha, ele tem que respeitar, porque se fosse com ele, não ia gostar e eu fiquei constrangido.</p> <p>Pedagoga:— Gostaria de convidar os dois a me ajudarem a encontrar qualidades um no outro, afinal estudarão o ano todo juntos e seria bom que a amizade de vocês fosse responsável e sincero. Vamos lá! Pensem em duas coisas boas que um tem do outro. Eles se olharam. Ambos apresentaram qualidades como: legal, me empresta material, brinca no recreio, é divertido, divide o lanche. Agora vocês perceberam que têm qualidades e que devem respeitar um ao outro e aos demais. Ninguém gosta de sofrer constrangimento. No Estatuto da Criança e do Adolescente há um Artigo que trata desse Direito (Fizemos a leitura e comentamos o Capítulo II do ECA). Meninos queridos, como são estudantes inteligentes e amigos, vamos pensar em uma solução para esse conflito. Cada um receberá uma folha e uma caneta e irão escrever o pedido de desculpa para o colega e me entregarem. Primeiro vou ler e em outro dia iremos ler juntos OK. A conversa durou em média 10 minutos. Entregaram o pequeno pedido de desculpas e nos despedimos formalmente pegando na mão um do outro. Foram para sala conversando, um deles colocou a mão no ombro do outro.</p>	
<p><b>ECA</b></p> <p><b>Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade</b></p>	
<b>E DEPOIS...?</b>	
<p>Abaixo, reprodução do conteúdo dos pequenos bilhetes lido por eles no dia seguinte, pois o objetivo era despertar a curiosidade neles sobre o que o colega ia escrever e fazer que refletissem sobre o fato. Procuraram-me juntos, para saber que horário iam fazer a leitura. Fantástico resultado. Um leu o bilhete do outro em silêncio, depois em voz alta. Perguntei o que acharam da forma como solucionamos o problema e disseram que acharam “muito legal” A agressividade, que vimos nos meninos ao saírem da sala de aula, no dia do fato, naquele momento na sala pedagógica, depois das mediações havia se dissipado.</p>	

Texto 1 – C.11 anos, 6º ano - Texto 2 – J. 11 anos, 6º ano



FICHA 02

Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em ambiente escolar	
<b>Participantes</b>	Oito meninas do oitavo e nono ano e um menino do oitavo ano, idade entre 12 a 15 anos.
<b>Situação</b>	Segundo comentários iniciais, uma das meninas foi ofendida moralmente por colegas de classe e expostas na rede como (menina rodada, que fica com todos os meninos, prostituta, drogada). Ofensas aos colegas na sala de aula.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Encontro na sala pedagógica, para uma roda de conversa e levá-los exercitar o direito de expressão e compartilhar situações de constrangimento e assédio moral. Refletir sobre o estar no lugar do outro.
SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
<p>Acolhida carinhosa do grupo;            Alunos sentados em círculo na sala pedagógica;            Privacidade (porta fechada);            Apresentação das regras da conversa (direito à vez e à voz, respeito e atenção ao que é dito, tempo para exposição oral do fato);            Definir o que é um assunto confidencial e particular;            Proposta de solução;            Avaliação.</p>	
DETALHAMENTO DO MOMENTO	
<p>No decorrer do recreio, as meninas estavam agitadas e entre as demais crianças corria um “zunzum” de que haveria briga na saída do colégio. Ao me procurarem, ansiosas e apressadas, falavam ao mesmo tempo sobre os comentários ofensivos para com (A. 14 anos), envolvendo o menino (C.15 anos). Ele estava muito agitado, falando alto, tentando defender a garota. Convidei-os para ir para a sala pedagógica. Acomodei-os, sentados em círculo; e para quebrar a tensão, brinquei que não tinha cafezinho para servir, durante a reunião. Riram. Depois de acolhidos, deixei claro para</p>	

eles que não haveria ali diferenças, eram pessoas em um círculo para conversar, respeitando um ao outro. Não havia ali posição de pedagoga e de alunos. Fechei a porta e disse a eles que, como se tratava de assunto particular, seria melhor ter mais privacidade. Estavam muito ansiosos, mas logo ela acalmou a todos dizendo que a melhor solução para fatos que não estão claros é o diálogo, Assim, propomos que um a um diriam a versão de como sabiam e o que sabiam sobre o ocorrido e que ao final a garota ofendida teria o direito de falar ou não, como ela desejasse. Concordaram, embora o menino interrompesse a todas, tentando forçosamente, dizer que ali “ninguém tinha o direito de julgá-la e que todos tinham defeitos” insistia nessa fala ao ponto de eu ter que intervir e fazer com que ele respeitasse as regras, ou seja, ainda não era vez dele. Todos se expressaram e com mediações feitas por mim, conforme necessário. A conversa iniciou com o seguinte questionamento válido para todos no grupo. 1- Como tudo começou? Quem a viu transando com todos os meninos na casa do menino (P.14 anos)? Como chegaram à conclusão de que ela é uma menina “rodada”, o que é isso? Ela é usuária de drogas? Eles ficaram em silêncio e a pedagoga mediou considerando que todos temos direitos e que a aluna acusada também tem. Vamos iniciar: A primeira menina se defendeu dizendo que não sabia que a garota acusada o que disse para ela. — *Então você passou adiante algo que não sabia.* Ela abaixou os olhos. A próxima repetiu o mesmo e assim foram se desculpando até chegar em (J.14 anos). — *Eu falei mesmo, porque eu sei o que é isso, já aconteceu comigo, eu fumava, saía com tudo que é menino e me chamavam de tudo que é nome (exaltada).* — *Muito bem. Parabéns pela coragem, pelo testemunho.* — e continuou: *Eu saí dessa, minha mãe me ajudou e hoje tenho meu namorado, vou à igreja.* — *Vocês percebem como é triste e como dói em cada um.* (todas estavam emocionadas e chorando). *Todos têm uma história de vida e todos sabem onde doem as feridas, os problemas que temos em casa, ou em particular dentro de nós. Quero lembrar a todas que a vida sexual e as escolhas sexuais são particulares, porém, insisto que quando viverem essa experiência seja com responsabilidade e que jamais sejam objetos dos meninos e ou homens em suas vidas.* Voltando para o jovem, pediu que ele refletisse sobre o que havia acontecido ali, pois ele ficou com a cabeça baixa o tempo em que a garota J 14 anos, deu seu testemunho. Após esse momento tão íntimo para todos ali, pedi que se retirassem e ficasse apenas a menina que sofreu as acusações e a que a julgou, embora tivesse vivido semelhante situação.

### ECA

## Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

### E DEPOIS...?

Assim que saíram, aproximei-me delas e pedi que sentassem perto uma da outra. Segurei as mãos das meninas e coloquei sobre a minha e pedia (J.14 anos): — *Olhe nos olhos de sua colega.* Ambas estavam chorando. *O que quer dizer para sua colega?* Disse a garota: — *Quero ajudar, eu sei o que ela está passando, quero ajudar ela sair dessa, vou falar com minha mãe, vou na sua casa e você vai conseguir.* A outra chorava e dizia: — *Quero sua ajuda.* Elas se abraçaram fortemente chorando, aproximei-me e abracei ambas. Ao saírem da sala as colegas a aguardavam e abraçaram a adolescente. No dia seguinte todas já sabiam o que havia acontecido. Os dias seguiram sem nenhuma confusão, a menina ofendida e as demais receberam orientações durante o término do ano letivo em outras rodas de conversa.

As experiências descritas acontecem continuamente, no espaço escolar e configuram que o processo educativo necessita ser mediado com elementos discursivos que relacionam os Direitos Humanos, os Direitos do ECA e os conflitos ali gerados.

## 2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - PROJETO DE INTERVENÇÃO EM ESCOLA ESTADUAL DE MARINGÁ-PR

As Fichas de um a nove abaixo demonstram práticas na execução de Projeto de Intervenção, realizado em Escola Estadual de Maringá-PR.

Esse foi um Projeto-Piloto de intervenção solicitado como prática na disciplina Infância e Educação Social enquanto aluna não regular do curso do Mestrado em 2013. O projeto de formação que propôs essa prática teve como objetivo geral apresentar o conteúdo do ECA por meio de atividades lúdicas e educativas aos meninos e meninas de sexto ao nono ano do período vespertino do Ensino Fundamental, promovendo a Política Social da Infância.

O critério de seleção se deu por meio de convite feito pela pesquisadora a cada criança e adolescente. A maioria foi indicada pelas pedagogas como alunos (as) com inúmeros registros de indisciplina e com risco de reprova.

O objetivo da visualização dessas fichas é apresentar os procedimentos da prática, desenvolvidos em nove encontros com os alunos (as), de outubro a novembro de 2013.

### FICHA 01

<b>Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em escola Pública de Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Alunos (as) do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental. Presente cinco participantes, duas meninas e três meninos, idade, entre 11 a 16 anos.
<b>Situação</b>	Realizar intervenção com alunos (as) em ambiente escolar Em especial, a intervenção foi com grupo de meninos e meninas do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental e, escolhidos pela pesquisadora e pedagogos da escola, considerados indisciplinados, com muitas advertências, e em risco de reprova.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Desenvolver o projeto em até dez encontros na escola. Promover o entendimento dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, estudá-lo e discuti-lo por meio de atividades lúdicas, promovendo reflexões e participações orais e escritas.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
Acolhida; Apresentação da professora; Explicação sobre o projeto; Convite para a participação; Agradecimentos.	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
Em 2013, eu trabalhava no período matutino da referida escola, isso favoreceu a comunicação com	

<p>a Direção e Equipe Pedagógica para autorização da intervenção, que foi muito bem acolhida por todos. Fui duas vezes ao período vespertino conversar com as pedagogas e verificar as pastas de registros dos alunos. Após a seleção, que somou por volta de trinta educandos, entrei em contato com alunos (as), antecipadamente, relacionados para convidá-los pessoalmente. Mas, era mês de outubro/2013 e muitos deles estavam desanimados, faltosos e já sabiam que iam reprovar, segundo informações levantadas. O primeiro encontro foi numa antiga varanda da escola e apenas cinco (02 meninas e 03 meninos) estavam presentes, os colegas relataram que os demais não vinham porque estavam fazendo recuperação, outros faltaram naquele dia. Perguntei aos cinco alunos (as) se gostariam de participar do projeto que íamos iniciar. Todos aceitaram. Mediante a aceitação, fiz breve exposição de como seriam os encontros. Terminada essa explicação eles retornaram para sala de aula, mas antes se despediram, uns me abraçando e outros dando tchau (em voz alta tchau professora) Deixei-os bem-informados sobre o dia e hora do próximo encontro.</p>
<p><b>ECA</b></p> <p><b>Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer</b></p>
<p><b>E DEPOIS...?</b></p>
<p>Os demais encontros foram realizados em dias e horários alternados da semana, conforme combinado com o grupo e autorizados pela direção da escola.</p>

### FICHA 02

<b>Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em escola Pública de Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Alunos (as) do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental. Idade entre 11 e 16 anos.
<b>Situação</b>	Os meninos e meninas do grupo são alunos considerados rebeldes, indisciplinados e com dificuldades de aprendizagem. No entanto, a escola não tem projetos ou atividades específicas para lidar com esses problemas, Apenas o registro de ocorrência é que nos permitiu entrar em contato com eles.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Promover a formação política de crianças reconhecidas com baixo rendimento escolar e verificar qual o entendimento que elas possuem sobre direitos violados e se conhecem o ECA.  Temática inicial identidade e cidadania.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
<p>Acolhida; Círculo de cadeiras; Dinâmica de apresentação (bola colorida); Roda de Conversa; Exposição oral dos objetivos do Projeto ao grupo; Material: crachás e retro projetor; Atividade Oral (explicações oral sobre a atividade); Atividade Escrita - Material impresso "Quero conhecer você;" Avaliação oral do encontro.</p>	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>Tive o cuidado de preparar o ambiente. O encontro aconteceu em um "cantinho" do grande Salão de Eventos da escola. Coloquei sobre a mesa dois exemplares do ECA, materiais que seriam utilizados, o retro projetor e as cadeiras em círculo. Apresentei oralmente breve explicação do projeto para quem estava pela primeira vez e, perguntei aos que vieram pela primeira vez se</p>	

<p>queriam participar, se sim, teriam que ter o compromisso de não faltar. Como o espaço era adequado, fiz a brincadeira da bola colorida. Assim, falei meu nome e joguei a bola para outro que deveria falar meu nome e jogar a bola para outro, e assim até todos se apresentarem. Ao término entreguei um a um o crachá com o nome e a turma (Exemplo: Pedro 6º D). Convidei-os para que voltassem e se sentassem, em círculo, para a explicação detalhada do projeto. Com auxílio do projeto, expliquei os objetivos e como seriam as atividades orais, esclareci o que era a roda de conversa, e como seriam as atividades escritas. Para iniciar eles falaram onde moravam e como vinham para escola. (a pé, ônibus, bicicleta, carro, outro). Todos tiveram a oportunidade de falar. Essa atividade constituiu-se em trabalhar a identidade de cada um “Queremos conhecer você” envolvendo o nome, família, endereço, itinerário. Ficou combinado que eles deveriam ir para casa e observar com atenção o que está ao seu redor, desde a escola até o bairro onde moram. Depois disso, propus que falassem o que acharam do encontro como proposta de avaliação: “O que mais chamou atenção de vocês neste encontro”. Não foi surpresa dizerem que gostaram muito, considerando o que tínhamos lido sobre eles na pasta de registros.</p>
<b>ECA</b>
<b>Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade</b>
<b>E DEPOIS...?</b>
<p>Devolveram os crachás para o próximo encontro, comuniquei a data e o horário. Despediram-se me abraçando, dando tchau, chamando-me pelo nome.</p>

### FICHA 03

<b>Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em escola Pública de Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Nesse encontro, contamos com a presença de cinco meninas e oito meninos, idade entre 11 e 16 anos.
<b>Situação</b>	Os participantes são de diferentes bairros e até de cidade vizinha. No encontro anterior, eram poucos e comentaram oralmente sua identificação (nome, preferências, escola etc.)
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	<p>Promover a formação política de crianças reconhecidas com baixo rendimento escolar e verificar qual o entendimento que elas possuem sobre direitos violados e se conhecem o ECA.</p> <p>Apresentar aos participantes atividades relacionadas ao seu cotidiano.</p>
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
<p>Acolhimento;  Dinâmica-(dinâmica da bola);  Atividade oral: (Exposição dos objetivos do projeto);  Material: crachás; (retro projetor, material impresso);  Atividade Escrita; (exercício impresso “Queremos conhecer você”);  Avaliação oral do encontro.</p>	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>A preparação do ambiente foi sempre um de meus cuidados, ao acolher as crianças. Como hoje vieram outros participantes, fizemos a brincadeira da bola para que eles também se apresentassem ao grupo. Fizemos breve explicação do projeto para quem estava pela primeira vez e perguntamos se queriam participar, se sim, teriam que ter o compromisso de não faltar. Voltamos ao círculo e fizemos a explicação detalhada do projeto, com auxílio de imagens, rerepresentamos os objetivos e como seriam as atividades, esclarecemos a roda de conversa, e a avaliação. Para iniciar, eles falaram onde moravam e como vinham para escola (a pé, ônibus, bicicleta, carro, outro). Todos</p>	

tiveram a oportunidade de falar. Essa atividade constituiu-se em trabalhar a identidade de cada um “Queremos conhecer você” envolvendo o nome, família, endereço, itinerário. No encontro anterior ficou combinado que eles deveriam ir para casa e observar com atenção o que esta ao seu redor, desde a escola ate o bairro onde moram, neste encontro fizeram a atividade escrita sobre o que eles haviam observado no trajeto de ida e volta para casa e ao seu entorno. Como estávamos em maior número, sentamos ao redor da mesa e com os materiais na mão eles puderem escrever o que no dia anterior apenas tinham comentado oralmente. As atividades foram recolhidas para serem lidas por eles no próximo encontro. Depois disso, apresentamos uma proposta de avaliação: “O que mais chamou atenção de vocês neste encontro”. Respeitando o tempo combinado, eles voltaram para as respectivas salas.

### ECA

### Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

### E DEPOIS...?

Devolveram os crachás para o próximo encontro, comunicamos a data e o horário. Despediram-se me abraçando, dando tchau, chamando-me pelo nome... etc. Alguns ficaram conversando, fazendo perguntas. Abaixo, seguem imagens do encontro e dos materiais.



## FICHA 04

<b>Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em escola Pública de Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, período vespertino. Neste encontro, estavam presentes oito meninas e nove meninos, idade entre 11 a 16 anos.
<b>Situação</b>	Na atividade anterior, foi solicitado que observassem a escola que freqüentam e qual o perfil do bairro e outras informações. Considerando os problemas apresentados e argumentados por eles, é que propusemos as formas das práticas pedagógicas para o momento.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Relacionar os principais problemas que foram observados pelo adolescente em sua escola, bairro ou cidade. Proposta de atividade “O ECA em meu Cotidiano”. Exercitar com por meio de explicação oral, e por meio de vídeo sobre o estatuto. As explicações orais permearam sobre qual a importância do estatuto, quando e por que foi criado e os cinco principais artigos.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
<p>Acolhimento;  Promover a descontração;  Exposição oral;  Atividade oral e escrita;  Material impresso;  Materiais multimídias;  Roda de conversa;  Leitura do ECA;  Cartinha para os participantes levarem para casa;  Avaliação.</p>	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>O grupo foi acolhido em sala já preparada, carteiras e cadeiras em círculo, toalha na mesa, exemplares do ECA, jarra com água e copos. Recebemos um a um na porta, nesse dia as crianças e adolescentes estavam bem animados. Perguntei um a um como tinham passado, pedi que entrassem e se sentassem. Logo após a acolhida, fomos brincar e como a proposta uma dinâmica para começar o encontro. Os crachás foram entregues aleatoriamente, virados para baixo, eles teriam que ver o nome e tentar entregar para quem pertencia e dar um abraço, e lembrar-se de uma informação sobre o colega. Interessante, eles se conhecem, mesmo sendo de séries diferentes. Neste encontro, entreguei cópias impressas para leitura do ECA em quadrinhos. Promovi que a leitura fosse por personagens e eles além de ler no impresso, podiam acompanhar os <i>slides</i>. Na sequência, começamos a roda de conversa, e, conforme havia sido solicitado anteriormente como parte das atividades, eles teriam que observar o itinerário, escola, bairro onde moram, destacando o que mais chama atenção deles. Iniciou-se a conversa deixando que decidissem quem começaria. Indicaram a professora e depois o da sua direita. Assim definido, iniciamos pelo menino da direita. Seguimos com proposta: Vamos falar do lugar onde moramos? 1. Identificação: Endereço, Rua, Nº, Bairro, Cidade. (Destaca-se que muitos moram na cidade vizinha, Sarandi-PR). 02 — O que mais chama sua atenção lá onde você mora? Depois que todos fizeram seus relatos, eles receberam o material onde deveriam escrever. Foi combinado que, assim que escrevessem, voltariam para sala de aula. Percebi que seria importante levarem para casa algo que os deixasse felizes. Elaborei uma cartinha como estímulo, para que levassem para casa e mostrassem-na aos seus familiares. Demonstraram imediatamente alegria. Na avaliação desse encontro, a maioria afirmou que não conhecia o ECA, mas gostaram da história em quadrinhos.</p>	
<b>ECA</b>	
<b>Capítulo III - Direito à Vida Social e Comunitária</b>	

## E DEPOIS...?

Recolhi as atividades e, com muito carinho e cuidado, li-as assim que saíram, tentando, ali mesmo, analisar como cada um deles tinha compreendido a atividade. Ficou combinado que o que escreveram seria lido no próximo encontro. A seguir, trechos de alguns textos dos participantes:

## E. 13 anos 7º B

Eu gosto do meu bairro de jeito  
que ele é, porque ele é limpo, tem  
a praça que é pública e tem um  
pouco sujo mas ~~é~~ eu e meus  
amigos nos divertimos.

Na sala eu não tenho vontade de ficar  
nela porque as professoras ficam mandando  
mim e elas me dão bronca.

## A. 15 anos 9º D

O que mais me chama atenção  
de NEGATIVO é uma rua onde  
só tem loja, e de BOM  
é só um campo de futebol onde  
há treinos juvenis.

NA SALA DE AULA SO GOSTO DE  
GEOGRAFIA PORQUE DE PORTUGUÊS  
NÃO TENHO INTERESSE

## G. 15 anos 8º B

Bom tem a praça perto de casa que ela  
está deserta e se não os brinquedos lá ai não  
tem brinquedos para as crianças.

Aqui na falta arrumar as salas. E professo  
res que ~~estão~~ encamada, professores com  
falta de educação

Tem uma fera toda quarta que é legal.

Bons

V.11 anos 6º C

me chamo a atenção de um metogau  
 perto de casa um metogau tem mas tem  
 grande chies de colza machos.

E. 16 anos 8º C

La luto no mundo como tem  
 uma grande a tem muita de  
 pauca mais tem um poa chis de  
 mais e tem um projeto que  
 ajuda as mães a trabalhar  
 empregos e os lugares mais  
 favoráveis tem a do lado  
 do mundo como a luto  
 do mundo não se a a a a  
 se a a a a a a a a a a  
 a a a a a a a a a a a a  
 os professores muitas para a a a a  
 que não os não sei de sabe  
 sem não que não, sei

M.14 anos 7º A

Bom se perto de casa não tem nada que  
 me agrada, e aqui no escola ~~o~~ que  
 falta é ter um refeitório, algumas  
 professoras que me incomodam muito,  
 quase sempre

## L 13 anos 6º A

Eu morei na casa da festa comunitária, é  
também morei perto da cantina, e da escola mgochê  
É uma escola Bacy, eu sei estudar lá, muito bem  
e comia, tudo lá e lá

Melhorar a escola com sua dimensão e as condições,  
melhorar a quadra e construir um campo de futebol ao lado da  
escola, para os ~~os~~ crianças jogar uma bola na final de semana,  
é eu celebrava uma colônia na família para não melhorar,  
também colaboro um gramado artificial.

## (J. 15 anos 9º C)

- \* O que mais chama minha atenção onde eu  
morei é a festa comunitária que existe lá para  
povo. É um local super bonito bem cuidado  
com os conteúdos com pi, de dfo, cabalinho, cerveja.
- \* Opote de saúde de baixo chama também minha  
atenção pois é muito desleado, desorganizado.
- \* Tem também o clube de Varzeiros, que é  
um encontro fraternal que oferece aulas  
para jovens e adultos ensinando  
para o 1º emprego. Eu para sempre fiz curso  
lá "Projovem Adolescente" e super ótimo.

## FICHA 05

<b>Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em escola Pública de Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, período vespertino. Neste encontro, estavam presentes quatro meninas e sete meninos, idade entre 11 a 16 anos.
<b>Situação</b>	Fizemos a leitura dos textos que cada adolescente escreveu e percebemos diferentes formas de denúncia, de tristeza, de exclusão, em que o contexto por eles expostos necessitava de mediação.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Propomos a leitura dos textos e fomos relacionando com eles o que destacaram como sendo aspectos positivos e negativos em suas observações. Depois disso, apresentei ao grupo vídeo sobre o ECA, mediado com explicações orais pela educadora social.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
Acolhimento; Dinâmica (quebra-cabeça); Atividade oral - (leitura dos textos e mediação do vídeo); Atividade escrita (relação dos pontos positivos e negativos nos textos); Avaliação do encontro.	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
Neste encontro, o grupo já havia feito as observações de seu bairro, sua escola, de sua comunidade e de alguns assuntos de seu cotidiano familiar. Fizemos a leitura de cada texto, demos liberdade para que esclarecessem, ou acrescentassem outras informações na atividade oral. Assim que todos leram, propomos se cada um poderia perceber o que era positivo e negativo naquilo que falaram. Iniciamos o exercício juntos. Relacionamos os positivos: horta comunitária, quadra esportiva, bairro limpo, pracinha, posto de saúde organizado etc. Negativos: falta de refeitório, matagal, drogado na praça, os professores mandam calar a boca, a merenda não é boa. Etc. O exercício desse dia, era perceber as necessidades para no próximo encontro tentar relacionar com eles as violações de acordo com os cinco principais direitos do ECA. Na avaliação, estenderam as conversas e começaram a falar de particularidades que envolviam aflição, tristeza, preocupação, família. Pediam para continuar, pois não queriam voltar para sala.	
<b>ECA</b>	
<b>Capítulo III - Direito à Vida Social e Comunitária</b>	
<b>E DEPOIS...?</b>	
Observou-se a criticidade e a denúncia de cada um nas suas fragilidades; parecem ser frases feitas do adulto em casa, como desabafos. Porém, depois de mediadas no encontro sobre como se dá o processo das violações, os meninos e meninas passaram a apresentar sugestões de soluções vindas intimamente de cada um. De todas as leituras, pôde se tirar elementos que marcam a necessidade de cada um em sua vida social e comunitária. Destaco que as falas orais eram muito cheia de denúncias, e críticas. Infelizmente, não foi possível gravar o encontro.	

## FICHA 06

<b>Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em escola Pública de Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, período vespertino. Neste encontro, estavam presentes quatro meninas e sete meninos, idade entre 11 a 16 anos.
<b>Situação</b>	Dados os enfoques positivos e negativos sobre as observações das crianças, e depois de relacionadas, vimos a necessidade de falar sobre Rede de Apoio, Conselhos Tutelares, Conselho da Criança e do Adolescente. Demonstrar o papel da autoridade e dos sujeitos, temas que eles demonstram pouco conhecimento.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	“Vamos brincar de autoridade!” Nesta atividade, os participantes puderam se imaginar uma autoridade. Como é estar no lugar do outro para decidir que ações podem ser realizadas para solução dos problemas que foram relatados por eles ao fazerem a tarefa da observação e escreverem em seus textos.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
<p>Acolhida;  Dinâmica (Desatar o Nó);  Escolha do participante que seria autoridade;  Material: (cartões dobrados em forma de envelope, com as palavras: Juiz, Presidente do Conselho Tutelar, Diretor da Escola, Promotor, Assistente Social);  Ambiente preparada para a atividade;  Atividade oral (relembrar com eles as situações problemas relacionadas);  Definição de quem resolveria o problema;  Avaliação do encontro.</p>	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>Neste encontro, o grupo já havia feito as observações de seu bairro, sua escola, de sua comunidade e de alguns assuntos de seu cotidiano familiar. Já haviam relacionado os pontos negativos e positivos. Também, na roda de conversa, os participantes puderam ter melhor entendimento sobre o ECA, e os Direitos. Então, nos momentos de estudo, foi possível proporcionar a eles reflexões sobre violação de direitos. Mediante essas observações, como já tínhamos os materiais prontos, explicamos oralmente como seria a atividade. Iniciamos a dinâmica entregando cartões a todos. Fizemos o exercício para identificar quem poderia resolver os problemas elencados. Se o diretor da escola, o prefeito, o Conselheiro Tutelar etc. Quem recebeu o cartão com definição de autoridade, se apresentaria, caso o problema discutido pudesse ser resolvido por ele e aqueles que não foram escolhidos para ser autoridade seriam os cidadãos. Assim, cada um começou a ler o que havia escrito, ou expressado oralmente. Ao término de cada leitura, procurei fazer análises com eles, sobre em qual área se situava o problema (por exemplo: educação, saúde, lazer, família etc.) e quem poderia resolver a situação. Pôde se citar o exemplo dos banheiros da escola que não tinha portas. A solução dada pela autoridade ali “Diretor” foi se comprometer em consertar as portas. Eles relataram também, como são resolvidos os problemas quando eles surgem em suas casas (saúde, moradia, transporte, lazer). Foi de extrema importância esse encontro; percebi que manifestaram interesse, pois alguns ficaram pensativos; outros, interessados, curiosos, e o resultado foi excelente. Na avaliação, eles queriam continuar com a dinâmica e começaram a contar problemas e mais problemas da vida deles, do cotidiano.</p>	
<b>ECA</b>	
<b>Capítulo III - Direito à Vida Social e Comunitária</b>	
<b>E DEPOIS...?</b>	

Pude observar, com esta atividade, que o (a) adolescente tem noção de como se pode resolver as situações, mesmo sem conhecer os Direitos, prescritos na Lei; eles sugerem, comentam, e propõem soluções. Mas, por outro lado, eles sentem a exclusão, a violação do direito e desconhecem a REDE, e não conheciam o ECA. A seguir, imagens do arquivo da pesquisadora. Momentos da dinâmica “Brincando de Autoridade”.



### FICHA 07

<b>Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em escola Pública de Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, período vespertino. Neste encontro, estavam presentes uma menina e três meninos com idade entre 11 a 16 anos.
<b>Situação</b>	Observamos, no encontro anterior, que eles desconheciam a existência de uma REDE de atendimento Básico e desde o início muitos nem sabiam o que era a ECA. Isso resultou em temas para serem discutido com o grupo, mesmo porque esse é o objetivo do projeto, formação política.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Proporcionar aos meninos e meninas a interpretação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, levando- os a refletir sobre a importância de se tornarem protagonistas dos direitos ali descritos, por meio de participação em diferentes espaços de suas vivências.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	

<p>Acolhimento;  Dinâmica (Brincadeira “Passe o lenço”);  Roda de conversa;  Cópia do Estatuto da Criança e do adolescente – ECA;  Leitura do ECA, em quadrinhos;  Cartões com detalhamento dos Artigos da Lei, com ilustrações;  Dinâmica: Comente o que entende sobre o Artigo citado no cartão escolhido, comparando-o com uma situação vivenciada.</p>
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>
<p>Neste encontro, os alunos (as) estavam preocupados em fazer recuperações e provas, por isso alguns vieram depois. Mas, mesmo assim, bem-recebidos para participar. Fiz o círculo no salão, como nos outros encontros, e com um pequeno lenço, ao iniciar a música, todos tinham que passar o lenço, bem rápido; ao parar a música, quem ficasse com o lenço teria que declamar um verso. Com muito riso e descontração, iniciamos as atividades. Sentei com as crianças ao redor de uma mesa, pois nesse dia estávamos em poucos. Sobre a mesa, havia cópia do Estatuto em quadrinhos e também cartões coloridos dispostos em círculo. Pedi que me ajudassem com a leitura do texto. Escolheram os personagens e iniciamos a leitura oral. Após a leitura, fiz algumas considerações sobre cada artigo e expliquei o que eram os cartões sobre a mesa. Os cartões continham os cinco artigos do ECA, mas de forma que não podiam ver o que estava escrito. Definimos quem começaria e o primeiro participante escolheu o cartão e fez a leitura do conteúdo e expressava seu entendimento sobre o que leu. Exemplo: “Direito ao Lazer e Esporte” e dava exemplos relacionando os principais problemas que foram observados por ele na sua escola, bairro ou cidade e íamos fazendo correlação de acordo com os estudos nos encontros. Muito importante, nesse momento os colegas queriam falar, ajudar na resposta, o que me deixou muito satisfeita. Para que o número de cartões fosse mais que os cinco artigos, detalhamos conforme se apresenta abaixo. Terminei a atividade com a avaliação, que foi satisfatória pela própria participação de cada um dos meninos e meninas no decorrer de suas falas e a forma como se expressavam para explicar como entendiam o Estatuto. Nesses momentos, procurei fazer mediações sobre a REDE e como se dá o seu funcionamento, por meio dos exemplos de violação que eles apresentavam.</p>
<b>ECA</b>
<b>Vamos conhecer mais sobre os Direitos</b>
<p>Direito à Liberdade;  Direito ao Respeito;  Direito à Cultura;  Direito à Vida;  Direito à Convivência Familiar /Comunitária;  Direito ao Lazer;  Direito à Educação;  Direito à Saúde;  Direito à Profissionalização;  Direito à Dignidade;  Direito à Alimentação.</p>
<b>E DEPOIS...?</b>

Aspecto interessante, neste encontro, foi a tranquilidade e o comprometimento com as respostas, além da demonstração do entendimento do ECA. Um queria ajudar ao outro, como se soubesse mais, ou pudesse esclarecer, a seu modo, o artigo ali apresentado. Propomos uma atividade para fazerem em casa. Entregamos material para os que não puderam estar ali por estar fazendo recuperação de estudos.



### FICHA 08

<b>Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em escola Pública de Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, período vespertino. Neste encontro, estavam presentes quatro meninas e quatro meninos com idade entre 11 a 16 anos.
<b>Situação</b>	Nos encontros anteriores, os depoimentos pessoais, a troca de papel na dinâmica da autoridade, as denúncias nos textos foi de fundamental importância. No entanto, fiquei muito preocupada com a situação educacional de cada um, risco de reprova, indisciplina e preparei o penúltimo encontro, motivada por essa preocupação: Por que muitos deles estavam em situação de reprova na escola? De acordo com a equipe pedagógica, a maioria tem histórico indisciplinar.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Apresentar o Direito à Educação e propor reflexões sobre esse Direito, mediando a participação por meio de dois questionamentos: 1- O que mais te chateia na escola? 2- Qual dos direitos é mais violado, em sua opinião, no seu cotidiano?
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
Acolhida; Roda de conversa; Dinâmica (papel amassado); Roda de conversa; Atividade oral (leitura dos textos de cada participante); Mediação (escuta da leitura com mediações); Avaliação.	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
Depois de acolhidos, iniciamos com a brincadeira da folha amassada; eles tinham que escrever palavras que expressassem sentimentos bons, nos quatro cantos da folha. Depois, segurando-a pela pontinha, fariam movimento para provocar barulho. Na sequência, eles amassaram a folha e tentaram	

fazer barulho, mas isso não aconteceu. Moral: assim são as palavras que usamos depois de expressadas; elas surtem efeitos que podem fazer bem ou mal. No encontro anterior, eles receberam uma atividade para ser feita em casa. Dois questionamentos foram propostos ao grupo: 1- O que te chateia na escola? 2- Qual dos Direitos é mais violado, em sua opinião, no seu cotidiano? Os meninos e meninas levaram essa atividade no encontro anterior e trouxeram preenchidas. Isso contribuiu com o tempo, que estava ficando curto para o fechamento das ações planejadas. Neste encontro os participantes já tinham outra interpretação sobre os direitos, daquelas que foram apresentadas oralmente por eles nos primeiros encontros. Cada menino e menina fizeram a leitura de seu texto e manifestou sua explicação sobre o que havia escrito. Assim que cada um terminava sua participação, eu fazia esclarecimentos, contextualizando com a proposta que é formá-los politicamente, mostrando as possibilidades de participação das pessoas nos espaços de vivência. O encontro demorou um pouco mais, visto que demos liberdade a todos para exporem suas participações.

### ECA

Título II - Dos Direitos Fundamentais

Capítulo I - Do Direito à Vida e à Saúde

Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Capítulo III - Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Capítulo V- Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

### E DEPOIS...?

Os pequenos textos foram lidos cuidadosamente por mim, após a atividade. A seguir, os apresentamos digitados, pois as cópias das atividades foram devolvidas ao aluno (a). Os relatos obedecem à ordem dos questionamentos 1 e 2. Preservei a fidelidade da escrita da criança. Faz-se necessário observar que as reclamações são repletas de sentimentos; às vezes, de raiva; outras, de desabafos, seja da escola, seja no seu entendimento de Direitos.

(L. 13 anos 6º A)

- 1- A escola não tem alimentação boa, melhorar a infraestrutura da escola; o ambiente na sala de aula; eu não gosto de estudar, nunca gostei, adoro educação física, tenho um primo q é jogador de futebol;
- 2- O direito a saúde, o atendimento é ruim, se depender do SUS morre, vejo na TV.

(M. 12 anos 7º ano)

1- “Muita briga Bullyng, o princípio das brigas são conversas bobas; não ligo se a pessoa é feia bonita, quase ranquei a senha do *fireweel* do Microsoft; assisti a um filme sim senhor’ (contou o filme) comprei este relógio pelo *site*, na sexta o frete é grátis”

2- Direito à Saúde – Liberdade- Educação, quando o aluno não deixa o outro estudar, se o aluno tem tosse, passa pra todos.

(L. 13 anos 6ª A)

1- Nada, o recreio é muito curto, assim como a aula de 50 min.; fiquei em duas matéria; foi a professora, estava conversando com você (fala do colega de sala) e ele se intrometeu, ele é folgado; Você jogou a cadeira nele; Educação Física; jogar bola;

2- Estão lesados quando os pais proibem, quando não tem os locais; tem só a pracinha da Gloria; Direito à Liberdade, os pais prendem as crianças, às vezes, para o bem e para o mal.

(E. 14 anos – 7º B)

- 1- Não concorda de dois adolescentes morarem juntos; a Profª leva todos para a quadra e a gente fica na sala copiando texto, me acho um bom jogador e não fui chamado para a copa Unimed; os banheiros não são legal não funcionam;  
2- Direito ao lazer, as crianças brincam bem pouco e o recreio é pouco; em casa eu brinco, faço minhas tarefas e brinco; eu não conhecia o ECA.

(M. 14 anos 7º ano)

- 1- Interessante – o aprendizado, o que os professores ensinam, educar; direito à alimentação, na escola não tem refeitório-espço adequado para merenda; têm professores mal educados, alunos mal educados, a discussão começa por coisas bobas;  
2- No direito à educação, não tem ar condicionado; não tem espaço para brincar, nunca brinquei de bonecas; nunca ouvi falar da ECA; moro com o pai, avó e tia.

(M. -14 anos 6º D)

- 1- Vou embora para Minas, morar com minha mãe; moro com avó e avô; sempre estudei aqui só um ano em outro; melhorar a merenda não gosto as vezes, sopa sem sal;Esse ano os professores estão melhores; mas o ano passado a professora gritava muito com o aluno, senta aí, ela grita;  
2- As crianças estão sendo lesadas no direito à liberdade; os pais ficam com medo de soltar os filhos para jogar bola, ir ao cinema; Direito ao respeito - ofensas, às vezes brincam e começam a discutir e se agridem fisicamente; nunca ouvi falar do ECA.

(S. 14 anos 7º D)

- 2- Direito lesado na infância, ao Lazer, Esporte, Respeito, Educação.  
Lazer, espaço para brincar; as cidades não oferecem espaços para brincar e, quando tem, está poluído (lixo, fezes, drogas, restos de bebida...).
- Esporte - as quadras não são adequadas, basquete, vôlei e as escolas não abrem pra isso e as quadras estão cheias de lixo, campeonatos escolares. Respeito – bate na cabeça, passa a mão na bunda. Respeito – corrigir por meio de psicólogo ajuda muito;
- Educação - nas escolas, as crianças não têm educação, há muitos professores ignorantes, gritam, ofendem. Direito à convivência, meu pai traiu minha mãe e, por isso, eles prejudicaram os filhos e eles mesmos; Já havia ouvido falar da ECA.

(G. 12 anos – 6º D)

- 1- Os professores não entendem a gente, não explicam, vêm com ignorância e não dão resposta; a professora não gosta de mim; ela fala nem preciso explicar eu vou ganhar a mesma forma, há professores que pressionam, dizendo que é ruim; “Eu gostei do jeito que você nos tratou, me entende (referiu-se à pesquisadora); a minha mãe me xinga; não aceita que eu estou certa; minha mãe separou do meu pai, ela traiu ele, eu sou amigo do meu pai; discute muito com a mãe; ela não aceita minhas opiniões; nunca ouvi sobre o ECA.

## FICHA 09

### Práticas do cotidiano vivenciadas pela pesquisadora em escola Pública de Maringá-PR

<b>Participantes</b>	Alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, período vespertino. Neste encontro, estavam presentes uma menina e quatro meninos com idade
----------------------	--

	entre 11 a 16 anos.
<b>Situação</b>	Conforme foi combinado, o término dos encontros seria confraternização, entrega dos materiais impressos, crachá, cartão de Natal e certificado de participação.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Preparamos a mesa, os certificados e realizamos primeiramente uma roda de conversa para falarmos do projeto e cada participante expressou o que achou e como se sentiu. Foi feito a certificação a cada um dos presentes pela participação. Ficamos mais tempo na sala para que aqueles que estavam em recuperação pudessem buscar seus materiais e o certificado.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
<p>Acolhida;  Dinâmica;  Roda de Conversa;  Entrega dos certificados de participação no Projeto;  Lanches e refrigerante para a confraternização;  Máquina fotográfica;  Entrega dos materiais impressos com as atividades realizadas como devolutiva, a cada um deles;  Entrega de cartão de Boas Festas a cada participante.</p>	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>Os meninos e meninas foram recebidos com muita alegria. A mesa estava posta com copos, refrigerantes e lanchinhos. Nossa dinâmica foi cada um ler um retalho de papel que continha dois versos do poema "Meus Oito Anos"- (Casimiro de Abreu). Depois de lido, tínhamos que colocá-lo na ordem. Expressei os agradecimentos um a um e disse o quanto me sentia satisfeita com os resultados. Pedi que falassem sobre o projeto e se gostariam de continuar os estudos sobre o Estatuto. Todos concordaram e acharam importante o que fizeram. Foram entregues os certificados, conforme chamada pelo nome e registrado o momento. Muitos não puderam estar no final, pois tinham recuperação de estudo; outros tinham prova. Aguardei um pouco mais e fui entregando aos que não puderam estar ali. A cada um foi dado o abraço de agradecimento pela participação e feita a entrega do certificado.</p>	
<b>DIREITOS HUMANOS</b>	
<p>Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade</p>	
<b>E DEPOIS...?</b>	
<p>Na despedida, teve lágrimas, abraços e muito afeto. E o Projeto continua...</p>	

### 2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - PROJETO DE INTERVENÇÃO, EM ONG- DA CIDADE DEMARINGÁ-PR

As Fichas de um a dez, a seguir, referem-se à parte da sistematização dos resultados do Projeto nominado "Fórum de Formação Política para crianças e

adolescentes”, realizado em Organização não Governamental-ONG, de Maringá, Estado do Paraná, com o apoio do PCA/UEM, MNMMR e CMDCA.

O principal objetivo da realização do projeto foi desenvolver atividades para a introdução de uma cultura de participação política de crianças e adolescentes em idade escolar e que ficam no período contraturno da instituição que foi selecionada para aplicação do projeto.

Além disso, os propósitos dos objetivos específicos foram planejados com o sentido de instrumentalizar as crianças para participação política social; realizar encontros lúdicos educativos e promover a interação e a informação a respeito de sua cidadania além de possibilitar formas de participação em seus espaços de vivência.

O projeto durou seis meses, entre julho de 2014 a dezembro do mesmo ano. O início se deu com a formação e preparação de dez educadores sociais para desenvolverem práticas de formação política em cinco instituições não governamentais de Maringá-PR.

Os encontros com os/as meninos/as foram planejados com duração de cinquenta minutos, pela manhã e tarde uma vez por semana, respeitando os horários, conforme definido em reunião com a coordenação da instituição, para assim atender às crianças do pré-jovem, nos dois períodos de contraturno.

Ressaltamos que as práticas desenvolvidas na ONG atenderam, em alguns encontros, aos temas levantados e apresentados pelos participantes, e que, considerando o cotidiano das ações pedagógicas da instituição, ocorreu a soma de ações educativas. Mesmo porque, na rotina das ações pedagógicas dos dois períodos, já é feita a definição e escolha de um dia em que as atividades são definidas em consenso pelas crianças. Desta forma, a proposta apresentada veio somar ao que já se realizava na instituição.

## FICHA 1

<b>Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora como educadora social, em ONG/Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Coordenadora geral, pedagogos, monitores do período matutino e vespertino de ONG/Maringá-PR.

<b>Situação</b>	Após contatos anteriores, realizei em parceria com o educador social, João Francisco, a primeira roda de conversa com a coordenadora, pedagogos e monitores da instituição para exposição da proposta do Projeto de Formação Política para Crianças e Adolescentes.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	<p>Apresentei a proposta do projeto, enfatizando que o principal objetivo era estudar os Direitos Fundamentais de Proteção à Infância – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. E, por meio de atividades e práticas pedagógicas, desenvolver a cultura de participação política com crianças e adolescentes da cidade de Maringá, Paraná. Esses encontros, em seus objetivos específicos vão instrumentalizar crianças e adolescentes para participação em espaços de decisão institucional.</p> <p>Detalhei que as metodologias lúdicas e educativas promovem a interação e a informação a respeito da cidadania, possibilitando à criança e ao adolescente a atuação e participação em seus espaços de vivência.</p>
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
<p>Acolhida; Roda de Conversa; Apresentação do Projeto.</p>	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>Conforme contato antecipado com a direção da instituição, eu e João Francisco fizemos a primeira reunião para apresentar os principais objetivos da proposta. A data foi marcada de acordo com a Agenda da Diretora. Ao chegarmos, fomos muito bem acolhidos, e, assim que iniciamos a exposição da proposta, a diretora, muito centrada em nossos objetivos, convidou a coordenadora pedagógica e monitores para juntar-se ao grupo e participar da reunião. Fizemos a exposição da proposta, assim como enfatizamos quem estava coordenando o projeto, PCA/UEM e MNMMR e CMDCA de Maringá-PR. Comentamos os objetivos, metodologia, e de que forma poderiam contribuir com a proposta. Neste momento, também participou da reunião o educador, que tem duas turmas do pré-jovem e que demonstrou muito interesse em acompanhar nossas ações. No mesmo período a Instituição estava desenvolvendo trabalho em dois dias por semana, chamado “Dia Interativo”, em que os participantes decidem o que querem fazer nas ações do dia e como querem brincar. A proposta visa dar a eles autonomia em decidir e expor suas ideias. Observou-se, então, ao término da reunião, que nossa proposta poderia contribuir para que isso se acentuasse e as ações planejadas viessem favorecer o desenvolvimento político social dos participantes. Ficou definido que os encontros seriam com a turma do monitor Antonio (nome fictício) e, se outras crianças quisessem, poderiam participar. Desta forma, conseguimos a aprovação para execução do projeto.</p>	
<b>DIREITOS HUMANOS</b>	
<b>Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.</b>	
<b>E depois...?</b>	
<p>Aguardar a data para iniciar as ações planejadas com os meninos e meninas que foram convidados pelo Educador responsável por eles.</p>	

## FICHA 02

**Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora como educadora social, em ONG/Maringá-PR**

<b>Participantes</b>	Crianças e adolescentes do Pré-jovem, do período matutino de ONG/Maringá- PR (Idade 11 anos).
<b>Situação</b>	Propor um contato diferenciado daquele que os meninos e meninas já possuem no cotidiano da Instituição e deixar que eles fiquem à vontade para participar ou não do projeto.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Apresentação do Projeto e Objetivo geral: Proporcionar aos meninos e meninas da ONG a interpretação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, levando-os a refletir sobre a importância de se tornarem protagonista dos direitos ali descritos, por meio de participação em diferentes espaços públicos.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
<p>Acolhida;          Preparação do espaço para a acolhida;          Cadeiras em círculo;          Dinâmica: “Bolas coloridas”;          Apresentação oral do Projeto ao grupo;          Avaliação.</p>	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>Nesta data, fomos para o primeiro momento com a meninada, seguindo o que havíamos planejado e acompanhados pelo educador da instituição. Em uma sala, já preparada para nossas atividades acolhemos cada participante na porta e os convidamos para entrar. Assim que todos estavam acomodados, iniciamos nos apresentando falando sobre a nossa formação, trabalho, família e a alegria de estar ali com eles. Na sequência, fizemos uma explicação ao grupo sobre a razão de estarmos com eles. Falamos o que significava CMDCA e PCA/UEM e quais os objetivos do projeto. Fizemos algumas considerações sobre o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e destacamos que alguns já sabiam o que era o ECA. Deixamos claro que eles eram livres para participar das ações. O educador João me acompanhou em todos os encontros, pois sua experiência sobre formação política é muito rica e de suma importância para nosso crescimento. Ele também participou explicando a importância da participação dos adolescentes em outros espaços, falou de sua experiência com meninos e meninas de Sarandi - PR, disse como é o processo de tornar-se participante nas decisões que dizem respeito a eles, e como naquele dia queríamos saber um pouco mais sobre eles, deu uma definição do que é Identidade e Cidadania. Após essas considerações iniciais, propusemos um círculo e começamos as apresentações, usando uma bola colorida, “dinâmica da apresentação”. Apenas uma garota não quis participar, rapidamente os sorrisos e a alegria tomou conta do grupo. Assim que todos se apresentaram, falei um pouco sobre minha vida pessoal e profissional, de minha cidade e em seguida deixamos que cada um falasse sobre si mesmo, o bairro em que morava. O educador João comentou sobre sua vida, seu trabalho, sua cidade natal. Infelizmente, o tempo passou rápido e encerramos, dizendo que, no encontro seguinte, iniciariamos com construção de um mural de fotos, materiais produzidos e um nome para o Projeto, assim todos poderiam saber e eles divulgariam para quem quisesse participar. Fomos convidados a almoçar com eles e foi muito agradável a experiência. Eles nos deram muita atenção e queriam nos servir, ofereciam alimentos e pudemos perceber os hábitos que eles já desenvolveram: uso do garfo e faca, cuidados na higiene da mesa e a alegria e, ao mesmo tempo, curiosidade nos observavam.</p>	
<b>ECA</b>	
<b>E DEPOIS...?</b>	
<p>Fomos muito bem-recebidos pelas crianças. Elas ficaram meio tímidas, mas enquanto almoçávamos fizeram várias perguntas como, por exemplo, quando íamos voltar, o que eles iriam fazer, e assim curiosos e felizes. A seguir, imagens das dinâmicas com o grupo e o momento do almoço na companhia deles.</p>	



### FICHA 03

<b>Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora como educadora social, em ONG/Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Crianças e adolescentes do Pré-jovem do período <u>vespertino</u> , idade entre 11 e 16 anos.
<b>Situação</b>	Propor um contato diferenciado daquele que os meninos e meninas já possuem no cotidiano da Instituição, e deixar que eles fiquem à vontade para participar ou não do projeto. Nesta turma, os participantes são mais de 15.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Apresentação do Projeto para os participantes presentes.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
<p>Acolhida;            Preparação do espaço para a acolhida;            Cadeiras em círculo;            Dinâmica: "Bolas coloridas";            Apresentação oral do Projeto ao grupo;            Avaliação.</p>	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>Este foi o primeiro momento com o grupo vespertino. Eles já são de sétimo e oitavo ano, com idade entre doze e catorze anos, mas tinham dois com quinze anos. Pareciam meio ariscos, mas foram chegando à sala já preparada. Todos foram recebidos na porta, com cumprimentos pela mão, algumas brincadeiras como toque no ombro, que bom que você veio etc. Nesse dia, nosso objetivo era conhecê-los e apresentar a proposta do projeto. Para iniciar, convidamos todos para fazer um círculo e iniciamos a apresentação de cada um, com a brincadeira da bola colorida. No início, ficaram meio tímidos, mas, ao final, estávamos todos animados e falantes. Sentados em círculo, ouviram atentamente as explicações sobre os objetivos dos encontros e, em seguida, perguntamos se estavam dispostos a participar e se aceitavam. Todos, num primeiro momento, aceitaram; pedimos que fossem compromissados, mas que eram livres para decidir. Definimos os dias e horários e nos despedimos naquele dia.</p>	

<p><b>ECA</b></p> <p>Título II - Dos Direitos Fundamentais</p> <p>Capítulo I - Do Direito à Vida e à Saúde</p> <p>Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade</p> <p>Capítulo III - Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária</p> <p>Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer</p> <p>Capítulo V - Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho</p>
<b>E DEPOIS...?</b>
Fomos convidados pela pedagoga para tomar o café da tarde com o pessoal. Ficamos muito gratos. Em seguida, despedimo-nos felizes para voltarmos.

#### FICHA 04

<b>Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora como educadora social, em ONG/Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Crianças e adolescentes do Pré-jovem do período vespertino, idade entre 11 e 16 anos.
<b>Situação</b>	Propor um contato diferenciado daquele que os meninos e meninas já possuem no cotidiano da Instituição, e deixar que eles fiquem à vontade para participar ou não do projeto.
<b>Ação Pedagógica da pesquisadora</b>	Apresentar os Direitos Fundamentais de Proteção à Infância – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.  Proporcionar aos participantes o entendimento de Identidade e Cidadania.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
Acolhida; Cadeiras em círculo; Dinâmica; Atividade Oral; Roda de conversa; Avaliação.	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
O encontro foi realizado com a turma do vespertino conforme havíamos planejado. Acompanhados pelo educador da instituição, fomos até a sala preparada para nossas atividades. Acolhemos cada participante na porta (adolescentes altos e simpáticos) e os convidamos para entrar. Assim que todos estavam acomodados, iniciamos nos apresentando falando sobre a nossa formação, trabalho, família e a alegria de estar ali com eles. Na sequência, fizemos uma explicação ao grupo sobre a razão de estarmos com eles. Falamos o que significava CMDCA e PCA/UEM e quais os objetivos do projeto. Fizemos algumas considerações sobre o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA - e destacamos que alguns já sabiam o que era o ECA. O educador João participou, explicando a importância da participação dos adolescentes em outros espaços, falou de sua experiência com meninos e meninas e explicou brevemente como é o processo de tornar-se participante nas decisões que dizem respeito a eles, e como naquele dia queríamos saber um pouco mais sobre eles, deu uma definição do que é	

Identidade e Cidadania. Falei um pouco de minha vida pessoal e profissional, de minha cidade e, em seguida, deixamos que cada um falasse sobre si mesmo, o bairro em que moravam. Constatamos adolescentes de mais de oito bairros estavam ali naquele grupo de 20. O educador João comentou sobre sua vida, seu trabalho, sua cidade natal. Infelizmente o tempo passou rápido, encerramos dizendo que no próximo encontro iniciariamos com construção de um mural de fotos, materiais produzidos e divulgar as atividades. Mostraram-se dispostos e ficaram conversando.

### ECA

### CAPÍTULO I - DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

### E DEPOIS...?

Nesta tarde, ficamos para o lanche com todos da Instituição.



### FICHA 05

<b>Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora como educadora social, em ONG/Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Crianças e adolescentes do Pré-jovem do período <u>matutino</u> , idade entre 11 e 12 anos.
<b>Situação</b>	Na roda de conversa, ficamos informados por eles, por meio da atividade, que eles são de diferentes bairros que vêm para ONG participar das atividades oferecidas. Em seus depoimentos, estava presente muitos desafios, para lidar com o cotidiano: transporte, distancia da escola, violencia, drogas, entre outros.
<b>Ação Pedagógica da pesquisadora</b>	Continuar com a explicação sobre Identidade e Cidadania, utilizando vídeo e leituras sobre o Estatuto e Rede de Atendimento.

<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
Acolhida; Dinâmica: ( Cobra cega); Atividade Oral; Roda de conversa; Avaliação.	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>Acolhemos, com muito carinho, os pequenos. Sim, eles são de estaturas pequenas, com idade entre onze e doze anos. Fizemos a dinâmica da “cobra cega”. Coloquei uma venda nos olhos de um dos participantes, rodamos um pouco, e em seguida falávamos um nome e ele tinha que tentar localizá-lo usando as mãos, e dizer uma característica do colega. Foi muito animado, eles demonstraram que gostaram. Alguns já sabiam o que iam dizer do colega. Assim que terminamos a dinâmica, todos foram convidados a sentarem-se no círculo para iniciarmos a roda de conversa. A temática da roda foi comentar sobre como é seu bairro (se tem escola, hospital, área de lazer etc.), onde estudam e qual meio de transporte que utilizam. Ficou definido que todos teriam tempo para falar e iniciariamos sentido horário. Esclarecemos o que é a Roda de Conversa e definir algumas regras com o grupo e apresentar a proposta do Projeto. Esclarecemos que daremos liberdade para todos se expressarem e que deve ser de forma espontânea e livremente. Iniciamos e todos puderam participar, falando de seus bairros, de sua escola, esporte preferido, ano que estuda e disciplina que mais gosta. Podiam dizer o que gostaria de ser etc. A linguagem deles é muito determinada e definida, quando gostam dizem que gostam, quando não gostam também. Observamos na apresentação dos adolescentes, que muitos são de bairros e escola distintos, o que caracteriza a diversidade sociocultural do grupo.</p>	
<b>ECA</b>	
<b>Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer</b>	
<b>E DEPOIS...?</b>	
Nesta manhã, ficamos para o almoço, pois, à tarde, teríamos outra turma.	

### FICHA 06

<b>Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora como educadora social, em ONG/Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Crianças e adolescentes do Pré-jovem do período matutino, idade entre 11 e 12 anos.
<b>Situação</b>	A cada encontro, fazíamos uma avaliação (eu e João). Isso nos dava a direção de cada situação para preparar ou adequar o que havíamos planejado. Então, tendo como conteúdo a realidade dos participantes, tínhamos que proporcionar aquela garotada o conhecimento do ECA e de como se constituem as Políticas Públicas para Infância e Adolescência.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Proporcionar a interpretação do ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para que o grupo possa se sentir protagonista dos direitos ali descritos, por meio de participação.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	

Acolhimento;  
 Dinâmica: (Desatar o nó);  
 Atividade oral ( encontrar a parte que falta);  
 Participação de meninos e meninas de Sarandi-PR;  
 Roda de conversa;  
 Avaliação.

### DETALHAMENTO DA PRÁTICA

Para este encontro, preparei o tema Cidadania, Respeito, Dignidade, Convivência Comunitária. No círculo, cartazes com ilustrações do ECA e um em branco, para montarmos com imagens no próximo encontro. Tivemos a participação de alguns adolescentes da cidade de Sarandi, os quais já desenvolvem um processo discursivo sobre as temáticas. Assim, os adolescentes vindos de Sarandi da “Associação Novo Amanhã”, acompanhados da educadora Cícera, objetivaram a troca de relatos, experiências e vivências entre os grupos. A acolhida foi bem alegre, muitas apresentações, abraços, apertos de mãos. Iniciamos com uma atividade em preparamos retalhos de papel, com os cinco principais direitos do ECA, que foram recortados, ou seja, dividido em duas partes. Cada participante recebeu uma tira de papel e eles tinham que encontrar a parte que faltava entre os colegas do grupo. Dado o momento, eles saem à procura do sentido de seu texto. Assim que cada um encontrar, ficarão próximos e formarão uma dupla. Depois de todos acomodados, iniciamos exposição oral de cada dupla, que faria a explicação do que entendiam sobre aquele direito. A atividade era mediada com a utilização de slides para melhor entendimento do conteúdo. O educador João mediava as situações exemplificando com o cotidiano de cada um e as experiências em Sarandi. A participação dos convidados foi muito importante, pois eram meninos (as) falando com meninos (as). Os adolescentes assistiram a um vídeo para completar o entendimento do que foi exposto sobre o ECA. “Neste encontro fizemos a dinâmica do ‘Desatar o nó’”, com muito riso, alegria e participação. A avaliação foi cheia de palavras sobre o valor do encontro; gostaram muito.

### ECA

#### Capítulo IV- Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

#### E DEPOIS...?

Muitos se aproximaram de nós, questionando particularidades de suas vidas e perguntando quando seria o próximo encontro. Alguns têm um discurso crítico de que lhes falta espaço para lazer, jogar bola, andar de patins. A seguir, imagens dos momentos com o grupo. Tomamos o lanche da tarde com todos



## FICHA 07

<b>Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora como educadora social, em ONG/Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Crianças e adolescentes do Pré-jovem do período vespertino, idade entre 11 e 16 anos.
<b>Situação</b>	Os depoimentos da atividade para expressarem sobre o seu bairro, escola, e cotidiano no encontro anterior mostraram o quanto às crianças e adolescentes percebem os problemas a sua volta e sentem-se machucados com isso. Comprova-se que eles desconhecem os caminhos para aonde ir.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Proporcionar a interpretação da ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, para que o grupo possa se sentir protagonista dos direitos ali descritos, por meio de participação. A atividade foi adequada ao dia, e cada um pode falar de seu bairro, sua escola e as dificuldades que eles percebem em suas comunidades.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
Acolhida ( no pátio); Roda de conversa; Apresentação do grupo de Sarandi-PR; Exposição oral: (apresentação, nome, escolaridade); Dinâmica do “Nó”; Avaliação.	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>As atividades foram realizadas no pátio, pois havia um grande número de participantes. Os convidados de Sarandi-PR ficaram para participar das atividades com o grupo da tarde. Almoçamos junto com as crianças e adolescentes e aguardamos a chegada do pessoal da tarde. Acomodamos todos em um círculo e cada participante foi convidado a falar o nome, a idade e o ano escolar. Essa apresentação foi necessária, pois os adolescentes não sabiam quem eram os convidados de Sarandi. Na sequência, como o grupo já sabia que íamos comentar sobre seus bairros e de que maneira poderiam ser observadas as dificuldades e necessidades de cada comunidade em suas diferentes áreas. Tomamos como critério os artigos da ECA. Cada um dos presentes fez seus comentários nos quais fomos registrando e elencamos da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de acesso (falta de asfalto);</li> <li>• Escolas distantes dos bairros;</li> <li>• Perigo e falta de segurança, medo;</li> <li>• Lazer: TV, Internet, Shopping, ATÍ;</li> <li>• Transporte;</li> <li>• Não se tem programação dos centros esportivos;</li> <li>• Não se sabe o que acontece na cultura (teatros da cidade);</li> <li>• Presença constante de usuários de drogas;</li> <li>• Inter-relações conflituosas entre escola e jovem;</li> </ul> <p>A participação foi muito boa; todos se sentiram à vontade em comentar suas observações sobre o bairro e a qualidade de vida ali oferecida. Os depoimentos foram acolhidos e procurávamos mediar com propostas reflexivas com os artigos do Eca. Ao término, propusemos a dinâmica do nó. Ao som de música, eles fizeram um círculo e observaram quem estava ao seu lado direito. Dado o sinal, começaram a andar por diferentes direções. Ao som de um apito, eles tinham que parar e dar a mão direita ao colega que havia ficado ao seu lado. Essa ação virou um nó, e para desatá-lo, não poderiam se soltar. Todos se divertiram muito e houve a interação entre eles e mais descontração.</p>	
<b>ECA</b>	

**Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer**

**E DEPOIS...?**

Terminada a atividade do dia, já era hora do lanche. Muitos ficaram conversando com o pessoal de Sarandi, sorridentes e falantes foram para o refeitório. Observamos, durante a roda de conversa, que eles têm muito em comum, considerando as Políticas Públicas ofertadas aos municípios.



**FICHA 08**

**Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora como educadora social, em ONG/Maringá-PR**

<b>Participantes</b>	Crianças e adolescentes do Pré-juvem do período vespertino, idade entre 11 e 16 anos.
<b>Situação</b>	Os relatos dos adolescentes sobre seus bairros e a situação exposta por cada um deles, provocou revolta em alguns, tristeza e impotência em outros. Os problemas revelados por meio de desenhos.
<b>Ação Pedagógica</b>	Expressar por meio de desenho o entendimento entre a Lei e a realidade por eles apresentada com relação ao bairro. Promover a compreensão entre a relação Política e o que é oferecido a comunidade. Conhecer o que é a REDE na cidade de Maringá.

**SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Acolhida;  
 Atividade realizada em grupo;  
 Material (papel sulfite; Lápis de cor; Pincel atômico colorido);  
 Atividade escrita; (confeção de desenhos que representam o bairro);  
 Exposição oral ; explicativa de cada desenho;  
 Confeção do mural;

Avaliação.

**DETALHAMENTO DO MOMENTO**

A acolhida hoje foi bem diferente, cumprimentamos um a um e entregamos uma bala cada um. Assim que se sentaram, não encontraram as cadeiras em círculos, mas em grupos de quatro lugares. A dinâmica era que eles só poderiam comer a bala, quando encontrassem as quatro balas do mesmo sabor. Ficaram surpresos e assim formaram os grupos. A atividade teve seu início com a explicação sobre o desenho que iriam fazer: imaginar e pensar no que o bairro tem de mais importante para eles por meio de desenho. Os participantes receberam papel, lápis, régua, lápis colorido, pincéis e vários outros materiais que eram necessários para a atividade. Fizeram seus desenhos conversando, comentando fatos e todos eram ouvidos. Ao término, eles fizeram o círculo, apresentaram o desenho e um breve comentário sobre o que haviam exposto no desenho. Recolhemos o material para ser feito o mural. Ficou exposto na instituição para que as outras crianças pudessem observar e os desenhistas puderam ver um do outro. A espontaneidade no momento dessa atividade demonstrou a simplicidade e humildade no refletir sobre a qualidade de vida que eles têm. Motivá-los nesse momento foi muito importante, pois eles puderam visualizar em seus desenhos o quão distante estão de uma cidade que lhes garante qualidade de vida, educação, saúde e segurança. Muitos denunciavam em suas falas durante o desenho, que eles não têm uma casa, que pagam aluguel. Eles também comentavam muita decepção na escola, no respeito do professor(a) para com eles, nos maus tratos da polícia, no contínuo contato com as drogas, e alguns criticaram a falta de educação que os motoristas do transporte coletivo têm para com eles, simplesmente por vê-los de uniforme. Na avaliação o que mais eles comentaram é que nem tinham coisas para desenhar, pois faltavam muitas coisas nos seus bairros.

**ECA****Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer****E DEPOIS...?**

Os desenhos foram expostos para que todos da associação pudessem observar.



## FICHA 09

<b>Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora como educadora social, em ONG/Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Crianças e adolescentes do Pré-jovem do período matutino, idade entre 11 e 12 anos.
<b>Situação</b>	Verificar se os participantes conseguiam expressar os a partir da compreensão dos Direitos Fundamentais do ECA trabalhados durante os encontros.
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Promover o entendimento entre a relação Política e o que é oferecido à comunidade. Conhecer o que é a REDE na cidade de Maringá.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
<p>Acolhida;  Dinâmica do barbante;  Roda de Conversa;  Atividade Oral: (exposição do sobre a REDE sobre o ECA; e cartões com os cinco principais Direitos descritos no ECA);  Avaliação.</p>	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>Iniciamos o encontro, acolhendo-os; a sala já tinha outro aparência, cartazes, nas paredes, e uma mesa ao centro do círculo com cartões para revisar o entendimento do ECA. O educador João fez explicações orais para o grupo de como se constitui a REDE de Atendimento Básico. Comentou sobre a função do Conselho Tutelar, do CMDCA-Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho da Merenda Escolar, etc. Não deixou de esclarecer sobre os problemas que envolvem as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Explicou o termo, falou dos atendimentos oferecidos e exemplificou cada caso. Depois disso, fizemos uso dos cartões com os cinco principais artigos do ECA. Eles escolhiam um cartão e não podiam abrir, so depois que todos tivessem o seu. Depois disso, eles abriam os cartões e liam o conteúdo, dando seu entendimento sobre o que estava escrito e com isso cada um foi expressando o seu entendimento e tentando a seu modo relacionar com os problemas que surgiram na roda de conversa e nos desenhos sobre suas realidades. A avaliação surgiu questionamentos sobre como resolver o problea das drogas, da segurança e do lazer.</p>	
<b>ECA</b>	
<p>Direito à Liberdade;  Direito ao Respeito;  Direito à Cultura;  Direito à Vida;  Direito à Convivência Familiar /Comunitária;  Direito ao Lazer;  Direito à Educação;  Direito à Saúde;  Direito à Profissionalização;  Direito à Dignidade;  Direito à Alimentação.</p>	
<b>E DEPOIS</b>	
<p>Levaram para casa a tarefa de observar atentamente o bairro em quem moram; sua escola, seu itinerário e ver pontos positivos e negativos.</p>	

## FICHA 10

<b>Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora como educadora social, em ONG/Maringá-PR</b>	
<b>Participantes</b>	Crianças e adolescentes do Pré-jovem do período vespertino, idade entre 11 e 16 anos.
<b>Situação</b>	As crianças iriam expressar o que mais elas precisam no cotidiano delas, a partir do seguinte questionamento: O que é preciso fazer?
<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Ouvir e registrar o discurso de cada participante, com relação ao seu entendimento de violação da Lei, tendo em vista os principais Direitos trabalhados nos encontros.
<b>SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	
Acolhida; Dinâmica: (Balas e sabores); Roda da Conversa; Atividade Oral; Registro das falas; Avaliação.	
<b>DETALHAMENTO DO MOMENTO</b>	
<p>A turma vespertina também ganhou bala, porém eles ficaram em círculo, pois iríamos gravar as falas. No início da conversa, todos os adolescentes presentes comentaram que se encontravam desanimados e desmotivados com o encerramento das atividades na ONG. Outro relato que chamou a atenção foi que não se apresentou, até o momento, nenhuma alternativa para eles (adolescentes) e que ainda não sabem o que os aguarda para o ano de 2015, com isso os mesmos não têm quaisquer perspectivas de continuarem em algum projeto social. Dado esses desabafos, muito respeitado, fizemos nossa mediação, estimulando-os a se organizar e realizar muitas coisas boas. Valorizamos a maturidade com que cada um participou nos encontros. Eles foram convidados a participar oralmente, com sugestões para solução dos diferentes problemas que apresentaram, tanto em forma de desenho, como nas falas espontâneas. Foram avisados que gravaríamos as falas, para depois transcrevê-las se necessário. Como avaliação, eles também puderam dizer o que mais gostaram nos encontros. As respostas foram muito boas, e principalmente porque disseram que deveria ter mais vezes, todos os dias um afirmou.</p>	
<b>ECA</b>	
<b>Título II - Dos Direitos Fundamentais</b>  <b>Capítulo I - Do Direito à Vida e à Saúde</b>  <b>Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade</b>  <b>Capítulo III - Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária</b>  <b>Capítulo IV- Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer</b>  <b>Capítulo V- Do Direito à Profissionalização à Proteção no Trabalho</b>	
<b>E DEPOIS...?</b>	
<p>Os adolescentes, após analisar os problemas por eles levantados e com a compreensão dos direitos fundamentais do ECA, apresentaram oralmente sugestões para solução dos problemas. A ação foi gravada e os registros transcritos na íntegra para esse material</p>	

- Academias para o público infantil como as da Terceira Idade;
- Mais Centros Esportivos;
- Atividades nos bairros de oficinas de judô, karatê etc.;
- Melhorar a segurança pública;
- Haver espaços próprios para a prática do skate;
- Restauração e reestruturação das praças públicas;
- Melhorar as estruturas físicas das escolas;
- Diminuir o número de alunos em cada sala de aula;
- Que a qualidade de vida significa possuir as coisas com qualidade (saúde, alimentação, água, meio ambiente etc.);
- Que haja a rediscussão sobre a falta de respeito social para com o outro, que, muitas vezes, “não aprende” na infância;
- Que há muita falta de respeito entre as faixas etárias e que normalmente os adultos falam que os adolescentes são “deseducados”;
- Um exemplo sobre a questão do respeito é que a lei que proíbe o uso de celular em sala de aula está sendo aplicado apenas para os alunos e que os professores continuam fazendo uso do celular em sala;
- Que as políticas de cultura do município em geral não vão até os bairros;
- O entendimento de Cultura é pouco falado, explicada e com isso pouco compreendida e apoiada;
- O esporte é o mais fácil de ser praticado e que em determinados bairros são estas práticas feitas nas ruas (futebol) e que em muitas outras vezes os adultos não deixam as crianças brincarem nas ruas;
- Há uma falta em geral de equipamentos e materiais para as práticas esportivas;
- O direito ao esporte teria que ser mais amplo e teria que haver uma maior oferta de atividades;
- Que o lazer é mais tranquilo e que se faz muitas vezes individualmente e em grupos, podendo ser na própria residência ou nos bairros;
- Mas que há falta de espaços adequados para o lazer nos bairros;
- Que em relação à profissionalização o mais comentado foi que o Marista não mais desenvolverá o Projeto Aprendiz e com isso toda a comunidade formada pelos adolescentes, terá uma perda incalculável;
- Entendem que em relação à convivência familiar são com as pessoas que você ama e se sente acolhido;
- E a convivência comunitária é aquela em que participe enquanto pessoa e a família estejam inseridas;
- Em relação à saúde teria que ter maior incidência na prevenção, via, por exemplo, palestras;
- A liberdade de ir e vir, ter direito a escolha religiosa, sexualidade etc.;
- Comentaram que a alimentação deveria ser igual para todos e que precisa ser mais bem discutido o

assunto sobre os diversos tipos de alimentos oferecidos para as crianças e adolescentes.

Ao final, ocorreu um debate a partir da expressão “bagunceiro” em que, muitas vezes, é usado apenas para um aluno ou pessoa e com isso justifica o comportamento do grupo, já que a “culpa” é daquele bagunceiro que perturba sempre a turma e que se aproveitam da “rotulação” para quase todos fazerem a bagunça e com isso não se percebe ou não se quer perceber a situação no geral e fica mais simples e fácil sempre culpa o mesmo. Comentaram ser muito importante a participação nesses momentos porque nem todos conhecem e, assim, passam a ter o primeiro contato sobre os direitos.

## 2.4 ALINHAVOS PEDAGÓGICOS E SOCIOLÓGICOS DA SISTEMATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EM FICHAS

Puxei cuidadosamente, os pespontos da timidez, os alinhavos nas amizades escolares e os caseados dos amores escondidos e fui descobrindo: cada ponto desmanchado ficava manchas deixadas pelas linhas e alinhavos, pespontos apertados, às vezes, até cortantes.

(BEGO, 2015)

Esta parte do texto foi elaborada a fim de detalhar como se deu a sistematização dos resultados. Na elaboração das fichas, fomos destacando o que aconteceu e como desenvolvi as atividades nos encontros. Mediante os objetivos propostos na investigação, alinhabei, passo a passo, essas atividades por meio de conceitos da sociologia da infância que, de certa forma, caracterizam o olhar pedagógico e metodológico que tenho no trato com crianças.

As “Fichas” contêm tópicos específicos que traduzem o que a pesquisadora considerou sensível entre a pedagogia e a sociologia da infância. Listei e enumerei com recortes da ficha para que o leitor possa localizá-los durante a leitura. O detalhamento foi feito conforme abaixo:

- 1) Práticas do Cotidiano;
- 2) Situação;
- 3) Ação Pedagógica da Pesquisadora;
- 4) Síntese das Práticas Pedagógicas;
- 5) Detalhamento do Momento;
- 6) A Lei: Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA;
- 7) E Depois.

## 1- Práticas do Cotidiano

A ficha tem, em seu cabeçalho, por exemplo, “Momentos do cotidiano vivenciados pela pesquisadora<sup>2</sup>, em ONG/Maringá-PR”. Por que “Momentos do Cotidiano”? Aflige-nos presenciar a realidade que acompanhamos com o público infantojuvenil, em que testemunhamos muitas formas de violação de direitos. Além disso, a cada situação e conflito, nos é dada a oportunidade de promover reflexões acerca dos Direitos Humanos que necessitam ser restaurados e tantos outros respeitados com atividades educativas.

A determinação “Práticas do Cotidiano” foi definida, pois a proposta é que a formação política deve acontecer nas inter-relações entre a criança, adolescente e adulto, tanto em situações formais como informais. Ao traduzir essas experiências também aponto caminhos de como a linguagem, “jeito de falar” e “expor”, que as crianças sabem e entendem sobre direitos; e que tentaremos explicar e interpretar em seus contextos.

Práticas do cotidiano...	
Participantes	

No cotidiano infantojuvenil, observam-se muitos atos de violação de direitos que estão aos nossos olhos (invisibilidade, não participação nos espaços de vivência, discriminação, bullying) e que se somam ao que os pesquisadores já vêm construindo nos conceitos da sociologia para a categoria infância, além do que, se está longe de promover formação para que essa categoria assegure que elas conheçam e compreendam o processo político que constituem seus direitos e sua presença social.

Concordo que há dimensões políticas que se relacionam e que é preciso que a participação seja na família, na escola enquanto espaço de formação, seja na mobilização de crianças e jovens na refundação dos sentidos<sup>3</sup> e que os (as) educadores (as) possam estar atentos a esse contexto. Com base nesse recorte,

<sup>2</sup> Na experiência descrita, apresentei-me como educadora social.

<sup>3</sup> “[...] a mobilização da participação das crianças e dos jovens na refundação dos sentidos para uma instituição que os ocupa cada vez mais, no sentido da promoção de ‘lógicas da ação’” (SARMENTO, 2000, p.3), que habilitem a escola como instância promotora da cidadania.

Sarmiento (2002) nos alerta que, para compreender a infância, é necessário conhecer os itinerários onde há infância e que tipo de infância:

Conhecer as crianças impõe, por suposto, conhecer a infância. Isto vale por dizer que os itinerários individuais, privados e singulares de cada criança só fazem completo sentido se perspectivados à luz das condições estruturais que constroem e condicionam cada existência humana. Essas condições, relativamente a cada categoria geracional, constituem o pano de fundo sobre o qual intervém cada um dos actores, ou, dito de modo mais rigoroso, exprimem o conjunto de constrangimentos estruturais que cada membro da sociedade continuamente sofre, interpreta, reproduz e refaz na sua interacção com os outros (SARMENTO, 2002, p.4).

A compreensão da história da infância, marcada por tantos empecilhos, confirma a necessidade de políticas públicas que venham diminuir os dados de mortalidade, de analfabetismo, de abandono e tantos outros. Essa realidade, na sociedade contemporânea, tem intensificado formas doloridas de exclusão da infância e adolescência, e, todos os dias, são marcadas pela violência, pela falta de segurança urbana, pelas doenças e pela ruptura da família.

Chama-nos a atenção quando o poder difunde e formata a vida das pessoas e, assim, vai se construindo o cotidiano e a realidade que ai esta, o que nos leva a defender que deve haver definição de lugar, espaço e tempo com dignidade para o ser humano, e que a categoria infância se faça presente, onde seja possível discutir e refletir sobre realidades que se referem às Políticas Públicas, aos Direitos Humanos e ao ECA.

Esses caseados moveram-me para realizar inferências ao cotidiano e acredito que, em todas as situações de convivências interpessoais, pude aprender e ensinar e reaprender com a criança e o adolescente. Destaco, ainda, no início da ficha, os participantes e a idade. Na sequência, o porquê, ou com que intenção vai se reunir meninos e meninas, qual ou quais situações requerem a mediação de formação política.

## 2- Situação

Uso o termo “situação” para definir quais problemas do cotidiano de meninos e meninas em diferentes espaços institucionais ou não institucionais, que

podem ser mediadas por meio da prática pedagógica político-social descrita. Pela definição da situação é que foi possível identificar outros conflitos, violações, ou mesmo objetivando formação para que os participantes possam apontar como a violação dos Direitos acontece em suas vidas. Além disso, discutir e propor intervenções me levaram a traçar os objetivos a serem alcançados nos encontros com a meninada.

Situação	Realizar encontros com crianças e adolescentes de onze a dezesseis anos, propondo discussões sobre a ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, promovendo reflexões e levantando, com eles, onde e quais Direitos estão sendo violados em seu cotidiano.
----------	--

Ao dar sentido à “situação”, seja na escola, na sala de aula, ou nas atividades em outros espaços não institucionais, a forma de mediação e a reflexão passam a ser entendidas por meio dos interlocutores que são os meninos e meninas e o adulto, e não apenas pela participação do adulto. Também Müller (2007, p. 138) sustenta essa afirmação, ao referir que “Temos que escutar suas palavras, conhecer seus pareceres, registrar a infância também a partir das crianças”.

Ao definir “onde” e “como”, temos um leque de situações vividas no cotidiano do público infantojuvenil que precisam ser ouvidas e mediadas, seja pelo educador social, professor ou pedagogo. Deste ponto de vista, Sarmiento (2002) contribui no sentido de perceber que, pela escuta das crianças e adolescentes, identificamos a violação de direitos. O autor conceitua que a violação na modernidade ocorre como ruptura da infância:

Uma rápida leitura sobre os títulos dos jornais induzir-nos-ia facilmente à conclusão de que há uma *crise social da infância*. Esta imagem recorrente da geração jovem a percorrer itinerários de ruptura, de exclusão ou de desviância social é construída a partir de títulos e imagens que remetem para questões como as drogas, os maus-tratos infantis, a violência, a Sida etc. Por vezes, surgem referências a políticas sociais públicas que precisamente se procuram confrontar com as “crianças e jovens em perigo/risco”. Outras vezes são as crianças que aparecem como destinatários da violência social (por exemplo, como vítimas da guerra, ou alvo de agressões racistas ou pedófilas, ou ainda do desemprego e da pobreza). Em contrapartida, raras são as referências a iniciativas que atribuam às crianças o papel de agentes activos na construção da agenda social e política. O

mundo da infância aparece invadido pela morte, pela injustiça (ou o mesmo é dizer, pela ausência ou ineficácia da justiça), pela doença, pelo desconforto, pelo abandono e pela violência (SARMENTO 2002, p.15).

As afirmativas do sociólogo evidenciam que é preciso buscar caminhos, propor participações, inserir o público infantojuvenil desde muito cedo em espaços sociais de vivência, e o desenvolvimento das relações e os laços de sociabilidade é condição necessária para a interação das crianças.

Ao colocar a Lei em prática nas situações que são sentidas e vividas por eles em sua realidade social, estou acrescentando saberes sobre seus direitos, em suas relações e em sua totalidade. Santos (2010), sobre esses aspectos, afirma que é preciso “reinventar as políticas sociais”<sup>4</sup>. Pesponto, com esses fundamentos, de que a categoria infantojuvenil seja reconhecida como ser de direito e de voz, não apenas teoricamente, mas continuamente nas situações do cotidiano.

### 3- Ação Pedagógica da pesquisadora

Chamamos de “Ação Pedagógica” o que queremos dialogar com os participantes conforme identificado na “Situação”, seja um fato ocorrido em sala de aula, seja sobre o bairro, a escola, a família, tudo que esteja relacionado ao contexto em que as crianças e adolescentes estejam inseridos e que se encaixa na proposta de Formação Política e mediados pelo ECA.

<b>Ação Pedagógica da Pesquisadora</b>	Relacionar os principais problemas que foram observados pelos adolescentes em sua escola, bairro ou cidade. Exercitar com eles, utilizando artigos do ECA oralmente e escrito quais situações são consideradas dificuldades que geram a violação dos Direitos Humanos no dia a dia.
--	---

Por meio da “Ação Pedagógica”, defino como será a prática, para poder ouvir as crianças e os adolescentes, propor discussões, fazer análises sobre a realidade deles, levantar e propor soluções. Dar a eles o momento para defender o que entendem como direito e promover com eles como reivindicar o direito a ter

<sup>4</sup> Ler Reinvenção das Políticas Sociais, em **A Gramática do tempo para uma nova cultura política** (SANTOS, 2002, p.27).

direitos. Contribui com esse propósito Tomás (2011, p. 81), no sentido de que: “Num mundo que se caracteriza pela complexidade, os direitos das crianças são tão importantes como outras lutas”. No entanto, também temos consciência que a resolução da complexidade dessa temática não se encontra na pauta agendada para políticas nacionais e mundiais.

Com base na realidade percorrida nas investigações e no que foi colhido das falas dos participantes, tracei a ação pedagógica. Por meio da ação pedagógica, identifiquei diferentes dados sobre o cotidiano deles, informações, e, sobretudo, contradições no meio social em que estão inseridos os meninos (as). Ao visualizar as dimensões, quero que eles percebam na vida deles como, por exemplo, a promoção da saúde, a qualidade na educação, a participação no esporte e lazer.

Do ponto de vista democrático, depois de conhecidos o local e os participantes, na definição da ação, posso também acatar escolhas apresentadas pelas crianças e adolescentes sobre aquilo que eles sintam como importante em suas vidas.

Ao propor essa ação democrática, também quero escutar e dar atenção ao falar desses atores sociais. Neste sentido, Elias (1994, p.95) enfatiza que a sociedade prima por uma tendência a enxergar “um adulto que nunca fora criança”. Segundo ele, a criança, durante muito tempo, foi vista como um ser privado do aparato mental que o adulto possui. Desta perspectiva, a possibilidade de deixar que cada criança e adolescente revele o seu olhar sobre a realidade que a cerca, passa a ter acesso à informação como participante do processo político e social, isto é, a acreditar na promoção e no seu crescimento:

A historicidade de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a “sociedade”. A sociabilidade inerente aos seres humanos só se evidencia quando se tem presente o que significam as relações com outras pessoas para a criança pequena (ELIAS, 1994, p. 30).

Percebo, então, pelas inferências de cada um no grupo, que ocorre a sociabilidade, e todos passam a ser ouvidos, independente, das relações e da realidade que há entre eles. Concordo que o enfrentamento do conflito com a determinação da garantia dos direitos e da importância de se usar o espaço do argumento, da exposição da sua ideia, da sua vontade é algo cotidiano que pode

passar de conflito à harmonia (MAGER, 2011). Entendo que assim ocorre a lógica do diálogo com o cotidiano e com a Lei, ambos em direção à harmonia gerada pelo respeito.

O momento da “Ação Pedagógica”, aqui descrito, obedece à lógica de dar voz e vez a esses meninos e meninas que, cuidadosamente, exerce-se o saber ouvi-los (as), conhecer suas histórias de vida e o entendimento deles (as) sobre política, sobre sociedade. A participação da criança, neste sentido, vai validar a necessidade que ela tem em participar da vida para que se desenvolva e se torne adulta (o).

Segundo Elias (1994, p.30), “somente com base nesse diálogo instintivo contínuo com outras pessoas é que os impulsos elementares e informes da criança pequena tomam uma direção mais definida, assumem uma estrutura mais clara”. Percebo que, por esse fio delicado e frágil, eles (as) podem tecer suas histórias, atuar e participar, tornando se fortes e respeitados (as). Evidenciamos que o diálogo construído com objetivo proposto para seu desenvolvimento promoverá um amadurecimento construído pela interação e não pela imposição de regras do interlocutor no diálogo.

#### 4- Síntese das Práticas Pedagógicas

A síntese das práticas apresentadas na ficha foi forma que encontrei para destacar quais ações seriam utilizadas em cada encontro. Do meu ponto de vista, a “Prática Pedagógica” é o que chamo de “preparar o clima” para as inter-relações entre criança, adolescentes e o adulto (professor, educador, ou mediador).

No momento da prática, vou fazer a partilha: aprender, sentir, ensinar com as crianças. Freire (2011, p.59) vem cerzir, com sua pedagogia, que “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos conceder uns aos outros.” Ancorada na pedagogia do autor, cada gesto partilhado no momento da prática reflete como entendo as participações e inter-relações humanas sejam orais ou escritas.

Alimenta-me a esperança, quando percebo com que capacidade a criança contrária à lógica por conta de sua socialização inerente:

No processo de socialização, as crianças não se limitam a interiorizar: elas participam, resistem, tentam contrariar a lógica de imobilização existente e conseguem usufruir < margem de manobra > para a reinvenção e reprodução. Nesse processo, a actividade coletiva é central para compreender como as crianças negociam, compartilham e criam culturas com os adultos e seus pares (TOMÁS, 2011, p. 88).

Mediante o contexto e o entendimento de relação entre adulto e criança, sinto que a socialização no momento da prática, ao mesmo tempo em que socializa os participantes, também promove a construção deles consigo mesmos. São trocas que reproduzem a realidade que, muitas vezes, é comum a todos.

No recorte a seguir, relaciono algumas formas em que no momento da prática, produziram reações, que foram observadas, anotadas e avaliadas, com o jeito de ser de cada menino e menina presentes naquele momento.

#### SÍNTESE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Acolhimento;  
 Promover descontração;  
 Privacidade;  
 Exposição oral;  
 Atividades oral;  
 Material impresso: (atividades escritas);  
 Materiais multimídia;  
 Outros materiais (caneta e papel);  
 Olhar atento às falas;  
 Mediação;  
 Resolução do conflito;  
 Leitura de um Artigo do ECA;  
 Confecção de materiais (cartazes, painéis);  
 Roda de conversa;  
 Avaliação.

Considero relevantes as ações citadas acima para esse momento da prática, pois acredito que elas dão sentido, alegria, instigam a participação de forma agradável aos participantes; é a oportunidade de sentirem-se parte na proposta do encontro. Não afirmo que a acolhida, atividade lúdica, a roda de conversa e as demais citadas sejam as únicas, pois há práticas que podem ser aplicadas em qualquer das situações que forem trabalhadas, desde que o propósito seja a formação para sustentar o que pode ser modificado. Deste ponto de vista, Sarmiento (2011, p. 33) salienta:

[...] quem quer que se ocupe com a análise das concepções de criança que subjazem quer ao discurso comum quer à produção científica centrada no mundo infantil, rapidamente se dará conta de uma grande disparidade de posições. Uns valorizam aquilo que a criança já é e que a faz ser, de fato, uma criança; outros, pelo contrário, enfatizam o que lhe falta e o que ela poderá (ou deverá) vir a ser. Uns insistem na importância da iniciação ao mundo adulto; outros defendem a necessidade da proteção face a esse mundo. Uns encaram a criança como um agente de competências e capacidades; outros realçam aquilo de que ela carece.

Na perspectiva de promover atitudes interpessoais, pratico, nos encontros, ações que integram a prática da formação, permeada pelo sentimento de amor por gente, que é o que dá vida em minhas experiências durante todos esses anos como docente.

Freire (2011, p.55) ajuda a entender essa relação do humano para com o humano, quando afirma que “onde há vida há inacabamento”; “mas só entre os seres humanos, homens e mulheres isso se tornou consciente”. Acredito encontrar meios de costurar essa relação entre o adulto e a infância deve ser uma conduta contínua, uma vez que o adulto é inacabado. Então, nesse processo de mudanças, não posso permitir ausências, mas, sim, presenças.

A seguir, faço um breve detalhamento das práticas feitas nos encontros, por ordem como foram aplicadas:

O “acolhimento” é o primeiro cuidado ao qual me refiro aqui, pois receber crianças e adolescentes não é uma prática qualquer, ou como a costumeira entrada em sala de aula, ou outro ambiente. O acolhimento deve ser percebido pelo participante ao chegar, a percepção dele vai anteciper sua interpretação do encontro, ou do que vai acontecer. A alegria, os cumprimentos e a recepção no olhar ao acolhê-los é o passaporte para o sentir-se bem com os demais e praticada continuamente nos encontros.

Depois da acolhida, desenvolvo a ação lúdica, descontração ou dinâmica de interação, que coloca todos os participantes em situação de receptividade um ao outro em meio ao brincar aprendendo. Esse momento dissipa medos e inseguranças que precedem os encontros. Em Freire (2011), faço um caseado sobre o sentir-se inserido e o que é participar espontaneamente:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo de que não é de quem

nada tem a ver com ele e se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito da história (FREIRE, 2011, p. 53).

Aplico em todas as atividades que desenvolvo a inserção que o autor recomenda e que passa pelo diálogo, que, a meu ver, é a mais bela forma de comunicação entre as pessoas. O diálogo torna-se a ferramenta que utilizo para mostrar para os participantes os caminhos, os empecilhos e as portas das resoluções dos conflitos de como posicionar-se desde pequeno e participar como sujeito da história. O valor dado oralidade ao me dirigir ao outro é porque por meio dela adentro ao mundo dele levando minha bagagem e trazendo dele algo para mim.

Bakhtin (1992) promove e valoriza a “Atividade oral” e, com ela, faço uso e entendimento no cotidiano:

O dialogismo é característica essencial da linguagem e elemento constitutivo de todo enunciado, sendo, por isso, condição de seu sentido, já que “a língua penetra na vida através de enunciados concretos que a realizam, e é também através de enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 1992, p. 282).

Durante as práticas, os gestos e até mesmo os silêncios levam ao conhecimento e à informação que são de extrema importância ao me dirigir ao outro, pois é por meio do enunciado que estabeleço a relação de entendimento do que pretendo alcançar, identificar, conhecer. Para Bakhtin (1992), o mundo está repleto de enunciados:

O mundo que nos rodeia está povoado de vozes de outras pessoas, vozes são palavras no sentido de —Vivo em um mundo povoado de palavras alheias. E toda a minha vida, então, não é senão a orientação no mundo das palavras alheias, desde assimilá-las, no processo de aquisição da fala, e até apropriar-me de todos os tesouros da cultura! (BAKHTIN, 1992, p. 347).

Para as crianças e adolescentes, é fundamental enunciados orais, ou “Exposição oral” de todas as regras, combinados, sugestões que antecedem o início das atividades. Os esclarecimentos dão, a cada participante, a possibilidade de reconstrução de conhecimento. Pela explicação clara do enunciado da atividade, adentro às dimensões da vivência das crianças e adolescentes, das opiniões e sugestões. Isso promove convivência, sem que haja pretensões de

poder ou autoridade entre mim e os participantes e nas trocas entre todos no grupo.

Nas atividades relativas às formas metodológicas, recorro a materiais usados continuamente. Assim, ao definir “Materiais” nas práticas, refiro-me aos recursos que possam ilustrar o tema definido para estudo com e no grupo (lápiz, caneta, cola, fita adesiva, barbante, cartolina, DVD, o CD, Internet, ECA, textos, exercícios impressos etc.) Mediante o entendimento e os procedimentos, por meio das explicações orais sobre a situação proposta, o professor, pedagogo ou educador, prevê o que será utilizado. Ainda, nessa ação, posso contar com a participação de todos na confecção e construção de materiais como: cartazes, murais, fotos, vídeos, e outros que se fizerem necessários.

“Roda de Conversa” é a prática muito utilizada em projetos desenvolvidos pelo MNMMR e em tantos outros espaços. Com a mesma definição é que utilizo essas práticas:

Nas tardes de brincadeiras, a Roda da Conversa é o momento obrigatório da reflexão, da exposição de ideias, de análises, de reclamações, de proposições e de decisões. A Roda da Conversa, por princípio, é realizada com as diferentes idades em conjunto, já que, na vida, estamos inevitavelmente destinados a conviver com diferentes idades, pensamentos, comportamentos e responsabilidades. A escola moderna, na sua organização das séries por idade, tem impedido esse exercício que faz tanta falta no mundo adulto. A Roda da Conversa pode acontecer antes das brincadeiras (para se combinar regrinhas e explicar a atividade), durante a brincadeira (quando se pára para rediscutir alguma coisa que não está funcionando bem na atividade) e no final (para se avaliar e propor atividades) (MAGER, 2011, p.69).

Observei que, no final dos encontros, os participantes faziam vários questionamentos sobre o tema discutido. Essa atitude levou-me a acrescentar a “Avaliação” como exercício, além disso, foi uma forma para que todos tivessem a oportunidade de trazer para a roda os comentários, propostas e sugestões que contemplassem o entendimento e a participação de todos.

Enfatizo que o exercício da compreensão dos Direitos e da participação deve ser contínuo entre todos, pois a autonomia no grupo favorece o entendimento do que foi vivenciado por eles em toda sua amplitude.

Elias (1994, p.30) afirma como princípio “que devemos ensinar a criança durante todo seu crescimento”. Considerando que o universo infantojuvenil vem

se ampliando e que os resultados mostrados pela mídia e outras fontes de registros reafirmam a fragilidade dessa categoria, tanto no que se refere à vida em família, educação, saúde e segurança social, e, enquanto ser social e político é que considero importante à formação política.

Destaco que haver lista de necessidades de vida digna e com segurança não basta e não se encerra em uma lista, mas que, além disso, ressalte-se a presença dessa categoria social dando-lhe voz e respeitando os seus direitos. Em Freire (2011), busco saberes que contribuem para o exercício do ensinar e do aprender, pois são exercícios contínuos e é nessa perspectiva da formação da criança e do adolescente meu entendimento de política social:

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade (FREIRE, 2011, p. 26).

Por isso, concordo que o adulto e a criança podem perfilar entre si mesmos aquilo que lhes é concedido como seres sociais e de direito, e não apenas por meio de necessidades relacionadas em Leis é que se verifica a presença do humano em ambos. Acredito que, com esse olhar, adentro ao humano da infância, e do adulto, descubro e provooco neles a curiosidade e o desejo de modificar o que está promovendo desigualdade.

Ao elaborar as atividades para serem trabalhadas em diferentes situações que mediamos, aprendemos que o ato pedagógico por meio da sociabilização exerce a função de transformar o outro e mediar à participação na interlocução. Além disso, ao inserir o aspecto lúdico nas atividades, observo que ele contribui na mediação, sendo o elemento que promove leveza na comunicação entre os sujeitos. E o objetivo da ludicidade é favorecer e promover a espontaneidade, o sentir-se bem no encontro.

Mager (2011, p.79) afirma que há “interesses e prazeres comuns nas diferentes idades e se estabelecem relações bem importantes quanto às atitudes solidárias, de compreensão, de ensino entre as crianças, de amizade”. Acreditamos, também, que além de reconhecimento de si própria e dos outros, são conceitos que vão sendo incorporados pela vivência da criança e do adulto.

As práticas pedagógicas confirmam-me que elas não só aproximam o conhecimento e as experiências, como também as opiniões desses meninos e meninas sobre seu cotidiano, suas experiências, histórias, desabafos. Foi com esse olhar que vi as possibilidades durante os encontros, em levá-los a perceber e relacionar a construção das Políticas a partir dos Direitos Humanos que são violados.

## 5 - Detalhamento da Prática

O “Detalhamento da Prática” acrescenta e esclarece aspectos que podem ser repensados e reelaborados, mesmo porque a descrição traz a visualização do que foi feito, sentido e exposto pelos participantes. O detalhamento da prática possibilita destacar pontos positivos e negativos para possíveis adequações nos demais encontros. Ao elaborar o detalhamento, procuro fazer reflexões minuciosas e materializar, pela escrita, como foi sentido o momento pelos envolvidos na prática.

### DETALHAMENTO DA PRÁTICA

O professor, na maioria das vezes, envia para a sala pedagógica os alunos (as) que se envolvem em situações indisciplinadas na sala de aula, ou mesmo no pátio. A situação acima aconteceu com dois meninos. Eles chegaram bastante tensos à sala pedagógica. Foram convidados pela pedagoga a entrarem e se acalmarem, pois cada um seria ouvido contando o fato do seu jeito. Ofereci água, brinquei, perguntando se eles haviam trazido um advogado. Eles a olharam e sorriram, quando ela disse: bem então eu serei a advogada dos dois. Pedi que lhe contasse o que havia acontecido. Cada um deles falou a seu modo. As mediações dela ocorreram quando se dirigiu aos garotos.(...)

No dia-a-dia do espaço escolar, verifico que, para a criança e o adolescente, as situações de difícil resolução em seu cotidiano podem ser sinônimas de conflito:

É próprio da criança nas formas de expressão, muitas vezes, podemos perceber as influências, o sentido, a transcendência do que as crianças dizem, é apenas pelo olhar do adulto que muitas vezes reduzimos o que elas comunicam e deixamos de compreender o que expressam (MAGER, 2011, p. 91).

São muitos os conflitos gerados entre a criança e o adulto por conta da percepção e da postura autoritária do adulto. Seidel (2007, p.11) afirma que “conflito é o desentendimento entre duas ou mais pessoas sobre algo de interesse comum.” Os conflitos, para ele, são normais, nem são em si positivos ou negativos e construtivos ou negativos. O destaque está em como resolvê-los: de forma violenta ou pelo diálogo. Eles fazem parte da vida humana e devem ser enfrentados e resolvidos.

Mager (2011.p.91) muito bem define que “o adulto não é capaz de ver a criança em plenitude, só a partir das teorias do adulto. É preciso uma relação qualificada em que haja espaço para a expressão da criança”. Por assim dizer, as partes demonstram a dificuldade em lidar com as diferenças nas relações, nos diálogos, associada a um sentimento de impossibilidade de coexistência de interesses e necessidades do ponto de vista. Ressalto que nem sempre os relatos aqui apresentados, partem da ideia de temas que geram conflitos sociais.

No “Detalhamento”, enfatizo direitos que estão sendo violados, uma vez que o entendimento do Estatuto é o instrumento legal em que amparo a formação política proposta. É pelo Estatuto que referendo a relação entre a Lei e o cotidiano das crianças; e, com essas contribuições entre a Lei e a vivência, busco estabelecer o entendimento de violação para promover o exercício e a construção do pensar político da criança e do adolescente.

Sarmiento (2007) mostra o paradoxo que pode existir entre ser criança e ser social, visto que ela é considerada pela negatividade:

O que não pode deixar de ser anotado senão como um paradoxo, com expressivo significado social, é que as distintas representações da infância se caracterizam especialmente pelos traços de negatividade, mais do que pela definição de conteúdos (biológicos ou simbólicos) específicos. A criança é considerada como o não-adulto e este olhar adultocêntrico sobre a infância registram especialmente a ausência, a incompletude ou a negação das características de um ser humano “completo”. A infância como a idade do não está inscrita desde o étimo da palavra latina que designa esta geração: in-fans – o que não fala (SARMENTO, 2007, p. 7)

Ao ter a compreensão da capacidade da criança no contexto escolar, indigno-me ao saber o que significa a negatividade que a sociologia apresenta. Embora tenha sido modificado em alguns aspectos, o conceito histórico da

infância e da adolescência, ainda há essa presença, e na contemporaneidade tem sido destaque em uma cultura política hegemônica.

#### 6- A LEI: Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Como responder às arguições que tocam a construção histórica desse ideal de infância que se revela por meio da elaboração de uma Lei? Provocou-me a busca de respostas ouvindo o entendimento que as crianças e adolescentes têm sobre as desigualdades, sobre a diversidade de espaços na sociedade.

Dentro das práticas, foi necessário costuramos elementos ligados ao histórico da criação dos Direitos da Criança e do Adolescente - ECA, pois, por meio do texto apresentado no ECA, os participantes vão fazer as interpretações ligadas à vida deles. Mediante esse recurso e ao ouvi-los, aproximo-me de seu pensar, de sua linguagem oral e acompanho a construção do seu discurso.

Ademais, por meio de outras atividades, tomo posse da materialização do que eles pensam expressados na escrita. Mesmo não conhecendo as Leis, as crianças manifestam suas opiniões sobre o que é correto do ponto de vista delas. Para Tomás (2011, p.171), as crianças não têm porta-voz:

As crianças são produtos políticos que não tem porta voz para defendê-las: sem porta-voz evidente do seu estatuto colectivo, são os especialistas da sociedade que dissertam e legislam a propósito das crianças, que as controlam e perscrutam – assistentes sociais, psicólogos escolares, educadores para delinqüentes tutelados, juízes, professores, sociólogos, antropólogos, políticos, psiquiatras, etc.

Percebo que as crianças compreendem quando seus direitos são violados, embora não conseguem definir o que são exatamente os direitos. Oportunamente, infiro que a criança é um ser em processo contínuo de aprendizagem e tem capacidade, não é um ser sem sentido na sociedade e isso compreendido na modernidade passa a ter um papel social, principalmente, na sua formação escolar ou social. As opiniões escritas pelos participantes precisam ser levadas a sério e reconhecidas como expressão de verdades capazes de interagir, mesmo que se expressem diferentes dos adultos.

Os direitos fundamentais contidos no ECA, apresentados no quadro a seguir denotam aquilo que foi discutido e trabalhado com as crianças, em cada encontro. Os temas abordados requerem análise com relação ao exercício que se faz sobre o entendimento da Lei. Ao conhecer o ECA, os educadores e pedagogos passam a perceber, naturalmente, qual Capítulo pode ser explorado na situação definida para estudo.

<b>ECA -</b>
<b>Título II - Dos Direitos Fundamentais</b>
<b>Capítulo I - Do Direito à Vida e à Saúde</b>
<b>Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade</b>
<b>Capítulo III - Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária</b>
<b>Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer</b>
<b>Capítulo V - Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho</b>

Ao tomar posse das informações contidas no ECA, os meninos e meninas reconhecem-se, principalmente, nas dificuldades pois se percebem ao relacioná-los com sua realidade. Muito embora não saibam definir a violação, o contexto social deve ser avaliado, percebido ao conviver com eles. Freire (1966, p.64) considera que não é possível respeito ao educando, à sua dignidade, a seu ser formando-se, a sua identidade fazendo-se, se não se leva em consideração às condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. Vejo que, ao acrescentar essa reflexão nos encontros de formação, também vou gerar consciência de escola e de educação.

Com esse olhar pedagógico, alinhavo o respeito que as crianças esperam ao chegar à escola, ou em outros espaços, pois é resultado das ações do adulto; daí a importância e responsabilidade no que se refere à interlocução entre criança e adulto. Acrescento a esse contexto a compreensão da pesquisadora Müller (2007, p.17):

De forma geral, na história tradicional a criança não aparece. Essa história é de adultos porque o que conta é o que o adulto registra

em ambiente público realizado por pessoas adultas. A criança não se registra sozinha. Assim, por muito tempo não houve histórias contada das crianças.

Contudo, tenho consciência de que a cidadania não fora uma conquista para todos, mas que cada vez mais tem sido privilégio de alguns, e fica cada vez mais vulnerável o convívio social. Nesse contexto, a criança e o adolescente fazem parte de uma parcela que mais sofre com as consequências da fragilidade dessa ordem propagada pela democracia.

Observei, nos meninos e meninas, que eles vivem e convivem em um contexto que os priva de muitos direitos, disso resulta não apenas um motivo, mas a necessidade de valorizar e acompanhar seu desenvolvimento.

Diante desse contexto, os encaminhamentos dados no âmbito legal, ou seja, na inserção do ECA na sistematização das fichas, fica claro para que criança tenha acesso e conhecimento de seus espaços e Direitos, ela precisa ser convidada a recebê-lo. Isso se justifica, pois enquanto conteúdo escolar, discutir e pontuar essas leis não estão contemplados. Transpõe dessa conceituação a relação com o direito de participação política das crianças, compreendo que a leis, embora seja o ponto de partida para a promoção social dos direitos de todo cidadão, por si só, elas não efetivam as práticas sociais. De acordo com Müller (2002), a cultura está ligada a essa efetivação da Lei:

A falta de uma cultura democrática em nosso país, de participação das decisões de interesse da comunidade por parte da população, faz com que os mecanismos estabelecidos em Lei não sejam efetivamente aplicados a contento da sociedade (MÜLLER, 2002, p.119).

Pela via da política, como indica a autora, a participação repercutirá ou não culturalmente nas relações entre Estado, Governos e Sociedade.

## 7- E Depois?

Aqui apresento a parte final da ficha: “E Depois?” Geralmente, quando conto a alguém um fato, uma história ou algum caso, parece uma questão básica o outro nos questionar sobre o que aconteceu depois? Este momento que faz parte do fechamento da “Ficha” foi planejado para destacar que as formas

aqui descritas não apresentam um acabamento da ação, mas o jeito de pensar formas para desenvolver a formação e a consciência política entre meninos e meninas, não se encerra, ela é contínua. Uma intervenção pode e deve ser contínua a ponto de se perceber mudanças. Assim, o depois passa a ser o resultado de consciência, de mudança, de curiosidades, de busca.

Na situação citada no texto e mediada com os meninos na escola, a pedagoga promoveu a reflexão deles sobre relação de respeito à dignidade ao sentir-se exposto, e é uma situação que pode ser mediada sempre que acontecer dessa ou de outra forma no cotidiano escolar. Levar os alunos para a sala pedagógica é uma prática comum por inúmeros docentes nas escolas.

A pedagoga, tendo em vista que seu convívio na escola continuará, pode acompanhá-los no dia a dia escolar e estender a mediação com mais encontros no outro dia. Os meninos perguntavam ansiosos, no dia seguinte, me procuraram e pediram para se encontrarem comigo na sala pedagógica.. É fundamental que os educandos saibam qual o “jeito” que a escola resolve os conflitos. Observa-se, nos bilhetes apresentados na Ficha 1, do Capítulo 1, a capacidade de exposição do pensamento sobre a ação de cada menino.

#### **E DEPOIS...?**

O conteúdo dos pequenos bilhetes foi lido por eles no dia seguinte, pois o objetivo era a curiosidade de como se expressar um pedido de desculpa por escrito ao colega e fazer com que eles refletissem sobre o fato ao ler. Procuraram-me juntos, para saber da leitura. Fantástico resultado. Leram os bilhetes acompanhados do aperto de mão e acharam “muito legal” como foi resolvido o problema. A agressividade vista pelo adulto (tanto a professora como as crianças) no momento em que foram levados a sala pedagógica e que a pedagoga os recebeu-os, já havia se dissipado.

No projeto com alunos (as), em escola pública de Maringá, a proposta de intervenção foi diretiva no sentido de promover o entendimento do ECA.

Há muitos alunos (as) que, no segundo trimestre, já mostram sinais de baixo rendimento escolar.

Os trechos reproduzidos a seguir foram selecionados dentre outros escritos durante as práticas e demonstram indicativos de denúncia, tristeza, sentimento de exclusão, entre outros:

#### **E DEPOIS...?**

Os participantes, após as discussões orais, também, puderam escrever suas opiniões. Fizemos a

leitura dos textos que cada adolescente escreveu. Foram considerados os questionamentos feitos ao grupo nos encontros como, por exemplo: descrever seu bairro, sua escola, o trajeto que faz para ir e vir da escola. Além disso, comentaram o dia a dia deles nos finais de semana. Apresentamos um exemplo de texto coletado.

#### E. 13 anos7º B

Eu gosto do meu bairro do jeito que ele é, porque ele é limpo, tem a praça que é pública e só é um pouco suja mas ( ) eu e meus amigos nos divertimos.

No caso eu não tenho vontade de ir com eles porque os professores só mandam só eu e eles minha boca.

As atividades planejadas com crianças e adolescentes em ONG não foram diferentes das demais apresentadas, pois há algumas semelhanças entre os meninos e meninas. Eles já possuem atividades com o perfil da escuta, assim, participaram com muito interesse durante os encontros e mostraram as interpretações de como acontecem as violações do ponto de vista deles.

A seguir, coletas de participações em exercício feito nos encontros “E Depois...?”

- Diminuir o número de alunos em cada sala de aula;
- Que a qualidade de vida significa possuir as coisas com qualidade (saúde, alimentação, água, meio ambiente etc.);
- Que haja a rediscussão sobre a falta de respeito social para com o outro, que muitas vezes “não aprende” na infância;
- Que há muita falta de respeito entre as faixas etárias e que normalmente os adultos falam que os adolescentes são “deseducados”;
- Um exemplo sobre a questão do respeito é que a lei que proíbe o uso de celular em sala de aula está sendo aplicado apenas para os alunos e que os professores continuam fazendo uso do celular em sala;
- Que as políticas de cultura do município em geral não vão até os bairros;
- O entendimento de Cultura é pouco falado, explicada e com isso pouco compreendida e apoiada;
- O esporte é o mais fácil de ser praticado e que em determinados bairros são estas práticas feitas nas ruas (futebol) e que em muitas outras vezes os adultos não deixam as crianças brincarem nas ruas;
- Há uma falta em geral de equipamentos e materiais para as práticas esportivas;
- O direito ao esporte teria que ser mais amplo e teria que haver uma maior oferta de atividades.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INTERAÇÃO NECESSÁRIA À PRÁTICA

Esse desmanchar a história e as costuras que marcaram o tempo provocou angústia e não sabia como fazer: se escondia com outras cores ou se deixava quieto, silenciosamente quieto, ou deixasse que o sol ao tocá-las desbotaria e igualaria com sua luz novos tons.

(BEGO, 2015)

Na elaboração do Capítulo Dois, compreendes a necessidade de dividi-lo em dois momentos: inicialmente “Caseados da sociologia da infância”, em que destacamos aspectos teóricos que embasam a história da infância, as ausências da participação da política e social da criança. Isso justifica-se pela importância em fazer a interação dos conceitos sociológicos da criança ser social e político que vem descrita na sequência.

No segundo momento, tentamos correlacionar os fundamentos com os trechos escritos pelas crianças nas atividades propostas. Esse exercício de análise dos textos das crianças nos conduz a possíveis indicativos de contexto social e violação de direitos da criança e do adolescente.

A interação dos fundamentos com a prática possibilita interpretar o pensar da criança e analisar nas entrelinhas as opiniões, interpretações e os aspectos de como ela demonstra que há necessidade de muitas políticas públicas para fazer valer o que se compreende sobre os cinco principais direitos estabelecidos pelo ECA. Esse processo de construção de prática pedagógica nos possibilitou adentrar o universo do cotidiano da infância e conhecer suas histórias, dúvidas, medos, conflitos e seus sonhos.

#### 3.1 CASEADOS DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Os estudos sobre a promoção social da infância nos remetem ao entendimento da sociologia da infância, uma área do conhecimento que surge com o objetivo de inserir a infância e a criança como objetos e sujeitos de conhecimento sociológico. Dentro do contexto sociológico, há segundo Sarmiento (2000, p. 22), dois conceitos distintos necessários como objeto de estudo que são a infância e a criança. Para o autor, “as crianças são atores sociais que se tornam

objeto empírico da investigação” e a infância é “uma categoria estrutural do tipo geracional, socialmente construída.

Embora haja diferentes correntes, abordagens e teorias no âmbito da sociologia da infância, é possível apresentar elementos de convergência ou elementos que foram identificados no início da construção desse novo campo de conhecimento como sendo elementos-chave para a sua estruturação. Tais elementos-chave foram inicialmente listados por James e Prout (1990), tendo sido referidos e aprofundados por uma série de outros autores como Pinto (1997); Sarmiento (2000); Ferreira (2004); e Marchi (2007).

James e Prout (1990) destacam seis os elementos-chave na sociologia da infância:

I-A infância é compreendida como uma construção social, distinta da imaturidade biológica, não sendo, por isso, um elemento natural nem universal;

II-. A infância é uma das variáveis da análise social, e enquanto tal não pode ser analisada de forma desassociada a outras variáveis como classe, gênero, raça ou etnia. As análises transculturais e comparativas apontam para a existência de várias infâncias, ao invés da existência de um único modelo universal;

III- As relações sociais das crianças e as suas culturas devem ser estudadas pelo seu valor em si, independente da perspectiva e preocupação dos adultos;

IV-. As crianças devem ser vistas como ativas na construção e determinação das suas vidas sociais, pois não são sujeitos passivos dos processos e estrutura social;

V. A etnografia é um método particularmente útil para o estudo da infância, na medida em que permite que as crianças tenham uma maior participação e uma voz mais direta, quando comparada com métodos experimentais ou inquéritos;

VI. A infância é um fenômeno que evidencia a “dupla hermenêutica”, ou seja, a proclamação de um novo paradigma da sociologia da infância implica no envolvimento no processo de reconstrução da infância na sociedade (JAMES e PROUT, 1990, p. 8 apud TOMÁS, 2007, p.13 e 14).

Observamos que os autores citados encontram nos pontos citados as bases conceituais da disciplina, e eles constituem a súmula dos contributos teóricos produzidos. Não se trata de encerrar as divergências e rupturas teóricas existentes na disciplina, mas, sim, de permitir uma primeira aproximação com a base teórica de um campo “que tem relevo e densidade”. Sobre esses aspectos, o autor lista dez pontos que considera confluentes:

- I- A infância deve ser estudada em si própria;
- II- A infância é uma categoria geracional que precisa ser estudada de modo a articular os elementos de homogeneidade com os elementos de heterogeneidade;
- III- O conceito de geração é central na configuração sociológica da infância;
- IV- A construção social da infância, historicamente consolidada, realizou-se segundo o princípio da negatividade;
- V- A infância não é uma idade de transição;
- VI- As condições de vida das crianças necessitam, igualmente, de ser estudadas considerando a especificidade da infância perante as esferas sociais de produção e da cidadania;
- VII- As crianças são produtoras culturais;
- VIII- As instituições para crianças configuram em larga medida o “ofício de criança”;
- IX- As mutações da modernidade têm implicações nas condições de vida das crianças e no estatuto social da infância;
- X- A Sociologia da Infância só poderá desenvolver-se se for capaz de se articular com um programa em renovação na própria Sociologia (SARMENTO, 2006, p. 77-82 apud TOMÁS, 2007, p. 14 e 15).

Podemos afirmar que a infância já não é mais considerada como algo natural e universal, passou a ser vista em sua heterogeneidade e variabilidade, tendo em vista a concepção de infância como fenômeno sócio-historicamente definido e que não está acessível a todos, mesmo porque existe infância e infâncias.

Dos pontos elencados por Sarmento (2006, p.77) destacamos “IV- A construção social da infância, historicamente consolidada, realizou-se segundo o princípio da negatividade”; neste sentido, para que possamos repensar e reescrever novos conceitos e para que haja a desconstrução da negatividade, são necessárias ações que promovam o protagonismo infantil.

Considerando esses aspectos históricos sociológico da infância, observamos que os avanços para sua inserção social foram e são demorados e complexos. Essa afirmativa se constata, pois somente na modernidade se tornou relevante o papel social da educação, como também a família passa a ser o núcleo de afetos alimentado pelo sentimento da infância.

Efetivamente, as rupturas de conceitos resultam o reconhecimento e a valorização que as crianças passaram a ter no meio em que viviam. Além disso, essas rupturas nos sentimentos e nas relações frente à infância, nos séculos XVI a XVII, efetivam que “a criança é retirada do anonimato e inicia-se um período de

conquista para a categoria, com a recuperação e a divulgação de uma preocupação educativa; com o extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças”. (ARIÈS, 1981, p.194-195).

Em detrimento a esse contexto, também encontramos nas concepções teórico-epistemológicas e reafirmamos que historicamente o grupo social da infância continua excluído das discussões e decisões políticas da sociedade e podem ser destacadas por vários pesquisadores e sociólogos com diferentes interpretações (TOMÁS, 2011; MÜLLER, 2007; SARMENTO, 1997; ARIÈS, 1981).

No que se refere ao atendimento dado às crianças no Brasil, destaca-se que a maior significação ocorreu nas últimas décadas do século XX, quando a criança passou a ser objeto de políticas governamentais de caráter mais abrangente: a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 trouxeram uma nova concepção de infância: a criança, como sujeito de direito.

No entanto, mesmo com esses acordos de liberdade e participação social, os números acentuam que há enorme disparidade de violação de direitos na categoria infância, e também é preocupante e necessário reflexões acerca do que vem desumanizando o contexto de nossas crianças e adolescentes.

Abrimos esse recorte para destacamos a amplitude da história da infância e contextualizamos frente aos aspectos que o mundo vive com o uso indevido da tecnologia que cada dia por meio das redes sociais, converge para um individualismo que distancia corpos, sentimentos, emoção, brilho nos olhos, calor humano, afetividade, partilhar. Concordamos com Bauman (2007) que adverte sobre o que a globalização vem gravando na vida humana e, com ela, na infância:

O novo individualismo, o enfraquecimento dos vínculos humanos e o definhamento da solidariedade estão gravados num dos lados da moeda cuja outra face mostra os contornos nebulosos da “globalização negativa”. Em sua forma atual, puramente negativa, a globalização é um processo parasitário e predatório que se alimenta da energia sugada dos corpos dos Estados-nações e de seus sujeitos (BAUMAN, 2007, p. 30).

Embora esse não seja o enfoque principal, admitimos, assim como o autor, que uma das características do mundo contemporâneo é o individualismo, em especial intensificado pelo contexto virtual. Nesse contexto de fragilidade das relações, também se faz necessário identificarmos as situações que afetam a infância, tendo em vista, que nos meios midiáticos existe a negatividade infantojuvenil. Nosso compromisso, enquanto educador, não pode estar à margem dessa realidade, pois:

Em nenhum dos momentos decisivos da história humana os educadores enfrentaram um desafio comparável ao que representa este ponto limite. Nunca antes nos deparamos com situação semelhante. A arte de viver num mundo hipersaturado de informação ainda não foi aprendida. E o mesmo vale também para a arte ainda mais difícil de preparar os homens para esse tipo de vida (BAUMAN, 2010, p. 60).

Para Bauman (2010), isso passa a ser um desafio da atualidade e uma realidade desafiadora que nos direciona a investigar meios e formas de levar as crianças e adolescentes compreenderem e apreenderem o significado de espaço social; além de promovê-las à participação social, cultural e política nesses espaços de vivência em uma sociedade marcada pelo excesso de informações.

Embora a história mostre que a educação social esteja se desenvolvendo em nosso país, ainda é restrito, e, sobretudo, pelas ausências ou limitações na formação de educadores sociais, projetos educativos e projeções políticas desses sujeitos nas diferentes esferas. Na perspectiva de elaborar práticas de formação política e social, propomo-nos a promover a infância e as intervenções como meio de propagar os direitos em sua defesa. Concordamos com Müller (2011) quanto à importância da formação política para as crianças:

As palavras básicas da intervenção sistemática com as crianças e adolescentes são: “defesa de direitos e educação”. E por ser a educação não-formal, consideramos que seja a educação social. Esta é a relação sistemática com intenção educativa estabelecida fora do tempo da escola oficial, ainda que, às vezes, o espaço possa ser o da escola. Apesar das críticas que temos ao sistema escolar brasileiro em geral, o incentivo e o encaminhamento à escola é uma constante na ação com as crianças e adolescentes (MÜLLER, 2011, p. 68).

Entre outros aspectos, a motivação em participar na escola ou em outros espaços formais ou não de educação deve levá-los à participação de ideias,

opiniões, decisões, concepções, escolhas e interesses subjetivos, sociais, culturais e políticos. As legislações garantem como direito, conforme citação a seguir:

[...] a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Organização das Nações Unidas, 1948), a “Convenção Sobre os Direitos da Criança” (Organização das Nações Unidas, 1989), a “Declaração do Panamá” (Organização dos Estados Americanos, 2000) e o “Relatório da Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Criança” RODRIGUES, (2014, p.14).

Em nosso dia a dia e por meio de outros documentos que vem após a Declaração de 1948, dentre as ações governamentais ofertadas à categoria Infância, refletidas em nossas comunidades, observamos que se apresentam com a finalidade da proteção básica e, conseqüentemente, essa proteção básica esta voltada para assistência. Investigamos, por exemplo, em conversas com meninos e meninas que eles desconhecem informações que sejam referentes à REDE ou ao ECA, sobretudo, muitos não entendem o papel da Rede de Assistência e dos Conselhos Tutelares e a função do Estatuto.

Para Müller (2002, “a garantia dos direitos é de responsabilidade dos adultos e não da criança”, por isso concordamos que a participação de crianças é imprescindível na elaboração do que é pensado para elas, e “é preciso que elas conheçam o que já existe”. Nos inquieta, se o conceito que a sociedade tem de democracia considera a criança ou apenas o adulto na construção de projetos ou programas políticos sociais.

Essas constatações inferem que infância é um período da vida dos seres humanos pelo quais inúmeras deformações podem ocorrer caso esses pequenos não sejam integrados e inter-relacionados com adulto. Não é comum, adultos buscarem opiniões com meninos e meninas para discutir direitos e leis, ou outros assuntos, e é preciso compreender o porquê a criança não é vista como ser social e de direitos, de participação. Nesse sentido e considerando que a criança sempre existiu, valem disso para contribuir com sua participação.

Acrescentamos que, no dia a dia, a população infantojuvenil sofre violação de seus Direitos Fundamentais<sup>5</sup> em muitas ações que competem à família, à

---

<sup>5</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente (2009, p.77-116) TÍTULO II- DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: CAPÍTULO I- DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE; CAPÍTULO II- DO DIREITO À

sociedade, e às políticas sociais. Infelizmente, no âmbito social da infância, ainda está presente a invisibilidade infantil<sup>6</sup> que, de acordo com Sarmiento (1997, p. 33), “continua existindo, o que promove diferentes sentidos de entendimento para essa categoria”. Confirmamos as afirmações, em registros de experiências de pesquisadores do PCA/UEM que vivenciam esse universo:

Dos estudos que realizamos (...) sabemos que, historicamente o mundo político instituído cotidianamente pela e na sociedade tem como referência hegemônica o poder político-social que permeia e é permeado por políticas feitas em grande parte pela sociedade adulta (MÜLLER, 2007). Assim, culturalmente, a concepção política da participação democrática e da construção de políticas com crianças não é efetivada pela sociedade, e nos governos e poderes públicos por ações dos representantes e ou governantes políticos (RODRIGUES, 2014, p. 20).

Rodrigues (2014) propõe entender que o conceito que se tem de participação das crianças na construção de políticas trazem outras questões teóricas, sobre a compreensão conceitual da infância e sua relação com a participação política. Pesquisadores consideram que a concepção conceitual hegemônica da infância é algo bastante recente em termos de construção social. Acreditamos que ações que tornam a participação das crianças e adolescentes mais efetivas contribuem para que elas possam estar presentes não só para e nas políticas, mas que sejam reconhecidas em todos os espaços sociais. De acordo Tomas (2011), a infância é um dos grupos sociais que permanece fora de discussão e participação.

Em se tratando de dar voz ao pensar desses atores sociais, o sociólogo Norbert Elias (1994, p. 95) enfatiza que “Para fins epistemológicos, abstraía-se a observação de que o adulto um dia fora criança; isso era posto de lado como irrelevante para o problema de como se adquiria o conhecimento”. Sabe-se que a aquisição cognitiva se constrói durante a infância e, portanto, é fundamental para a formação do futuro adulto. Isso provoca a necessidade de se resgatar a interação entre o mundo do adulto e infantil:

---

LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE; CAPÍTULO III-DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA; CAPÍTULO IV -DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER; CAPÍTULO V - DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO À PROTEÇÃO NO TRABALHO

<sup>6</sup> As crianças foram e continuam a ser consideradas pela sua negatividade constituinte (SARMENTO, 2004).

A historicidade de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a “sociedade”. A sociabilidade inerente aos seres humanos só se evidencia quando se tem presente o que significam as relações com outras pessoas para a criança pequena (ELIAS, 1998, p. 30).

Cabe ressaltar que os aspectos sociológicos da historicidade da infância contribuem para que possamos perceber como vem sendo o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente; e as investigações que ora realizamos vem trazer interpretação da realidade vivida pela criança e pelo adulto nesse processo inter-relacional.

### 3.2 POSSÍVEIS INDICATIVOS DE CONTEXTO SOCIAL E VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

[...] Começar novos contornos e poder costurar os corações bem juntinhos para não chorar e nem sentir qualquer forma de punição ou dor [...].

(BEGO, 2015)

O presente trabalho não visa apresentar dados estatísticos e a percepção dos resultados das práticas pedagógicas apresentadas e investigadas não se estabelece por quantidade de meninos ou meninas, mas, sobretudo, pelas idades que variam entre dez e dezesseis anos e por meio da espontaneidade nas atividades orais e escritas das crianças das quais são convidadas a participar.

Para nosso propósito isso significa reunir e registrar a priori, que as opiniões manifestadas culminam em aspectos categóricos que emergiram durante os encontros. Agora, a distância com fundamentos teóricos de Infância, Criança Ser Social e Político expresso pelos autores citados na costura do texto e por meio de outros textos selecionados foram os conteúdos materializados em indicadores de participação.

A forma como as atividades são desenvolvidas passaram a ser consideradas essenciais para promover o exercício do pensar político, e as reflexões presentes nessa parte do texto se convergem para o entendimento de que as descrições das práticas, relatadas constituíram-se em momentos únicos. A cada encontro com os meninos e meninas, foi possível perceber o desejo em participar, contribuir, solucionar seus problemas pessoais, os do bairro, da escola,

de seu lazer, etc. Não defendemos que esse é o caminho, mas por esse é que detalhamos a investigação deste trabalho e que avaliamos a participação em cada encontro realizado.

É fundamental frisar que as reflexões entendidas na compreensão e análise dos textos, foram extraídas no decorrer dos exercícios e discussões sobre os temas trabalhados e que por sua vez suscitaram o entendimento e os indicadores do pensar política dos meninos e meninas que estiveram presentes nos encontros.

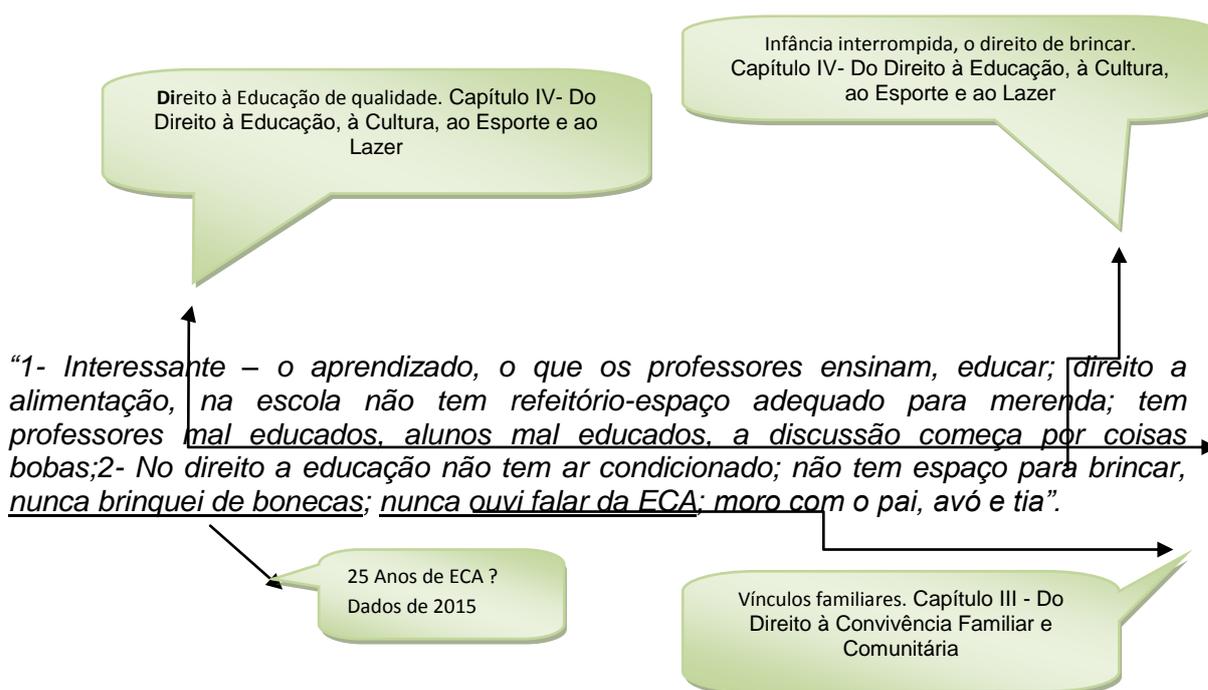
Nesse contexto, e considerando o convívio diário com crianças e adolescente, continuamente, foi que observamos situações das quais elas não imaginam serem vítimas de violação de direitos. Por isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - é o amparo para traçar comparações entre o que diz a Lei e a vivência de sua realidade cotidiana. Isso, para que conheçam o que são Direitos e Deveres, discuti-los e então, interferir em suas vivências.

Nosso olhar didático sobre as atividades realizadas foram transcritos para clareza da análise e darão aporte para alcançar os objetivos propostos. Elas apresentam o perfil e a estrutura de cada atividade no processo formativo. Como também, o desenho do perfil dos interlocutores dessa experiência se constitui de meninos e meninas que fazem parte do contexto de contemporaneidade em que as mudanças adentraram a sua identidade. E, um dos aspectos que destacamos “é o da necessidade de rever as fórmulas tradicionais utilizadas até a data para entender a questão de cidadania” (TOMÁS, 2011, p.95).

Quando convidamos meninos (as) excluídos do processo educacional por conta de sua “indisciplina”, ou daqueles que se encontram recebendo atendimento em ONGs, nos períodos de contraturno da escola, não estamos definindo quem são as crianças que podem participar desse tipo de formação, apenas que sejam crianças e adolescentes, deste ou daquele lugar. Propomos estar com eles e tentar soltar os pontos, dessa costura que marca com pontos que doem a história da infância e sua invisibilidade. É necessário afrouxá-los, dando espaço e oportunidade para que eles contem suas histórias, que falem e se expressem com respeito e que haja um interlocutor nessa escuta para mediar o que é fundamental para a formação política na infância.

O processo da coleta das informações se deu por meio da observação e da escuta, isso significa traduzir e expressar o que os olhos veem e a vida os faz sentir. Eles conseguem extrair de seu cotidiano sensações e experiências que não contemplam a opinião do adulto ou importância sobre o seu pensar.

As análises extraídas dos textos e que se apresentam, nos balões, foram feitas para exemplificar a forma como analisamos os aspectos de violação, entendimento e cidadania que cada participante expressou em seu texto. Em uma das atividades, nos encontros, as crianças foram convidadas a observarem seu bairro, sua rua, sua escola e podiam expressar sobre o que era interessante na escola e qual Direito eles percebiam estar sendo violado em seu cotidiano. Procuramos verificar essas informações amparadas pelo ECA e com a compreensão do contexto em que as crianças nos apresentavam seus relatos.

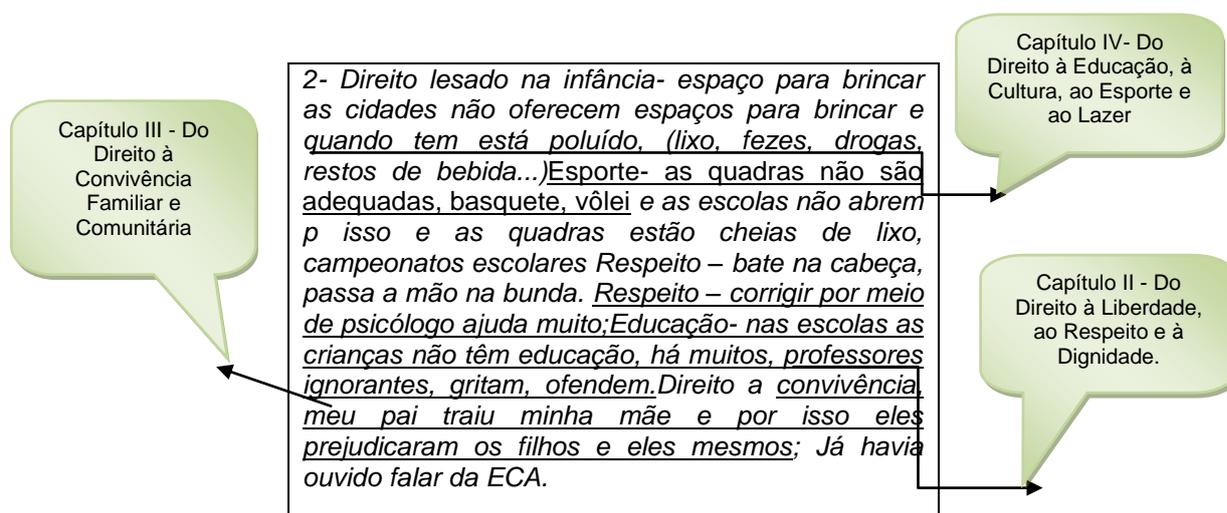


**Figura 1:** (M. 14 anos 7º ano)  
**Fonte:** Elaborado pela autora

Verificamos, na Figura 1, o trecho apresenta traços das imagens de como é o olhar da infância. Em suas palavras estão expressas traços de violação dos direitos fundamentais a toda criança. São contribuições relevantes para desconstruir as verdades de que criança e adolescente apenas repetem o que o adulto faz. A presença de reflexão sobre o fazer pedagógico e a sensibilidade do

adulto deve estar presentes na dinâmica da sociedade, onde as imagens da infância se constroem e desconstroem.

No trecho a seguir, tirado de resposta dada ao questionamento sobre o que considerava violado em sua adolescência, analisamos o que entendemos nas entrelinhas registradas pela criança:



**Figura 2:** (S.14 anos 7º D)  
**Fonte:**Elaborado pela autora

Os trechos destacados na Figura 2 não revelam apenas os aspectos da construção de um texto que será corrigido pela investigadora, professora de Língua Portuguesa, mas, acima de tudo, pela forma que o autor expressa suas opiniões. Está claro que não existe perspectiva do que é cidadania para seu futuro, mas, sobretudo situações e necessidades que está vivendo em seu presente: (a falta da defesa e zelo da família, não se sente inserido na escola, no esporte, na escola sofre discriminação por parte do adulto). Mesmo sem saber definir quais direitos estão contidos na Lei, eles estão expressos pela vivência, pelo estar á margem do que poderia ser igualdade para todos.

Essas são revelações que emergiram na acolhida fraterna, na escuta pessoal e íntima uns com os outros meninos e meninas, mesmo nas arestas da exclusão, mostram-nos risos nas aparências singelas, no poder inventivo da participação espontânea. Extraímos de Tomás (2011) como a autora compreende o estar envolvida, estar implicado, quando nos colocamos ao dispor com as crianças e adolescentes:

[...] estar implicado numa prática com crianças e adolescentes na qual lhes é dada informação adequada, na qual eles podem expressar os seus pensamentos e sentimentos acerca do assunto em questão num tempo e espaço adequado, na qual as várias possibilidades são plenamente exploradas por elas e na qual suas perspectivas, independente da sua origem social ou localização, são ouvidas e tratadas seriamente e utilizadas na transformação da experiência de crianças e profissionais (ROCHE,1997 p. 57 apud TOMÁS, 2011, p. 99).

Como que riscando com o giz para costurar, marcamos Triviños (2012) que conceitua as leis e categorias, o que move os resultados construídos nas participações desses meninos e meninas, escrevendo o processo social de suas vidas.

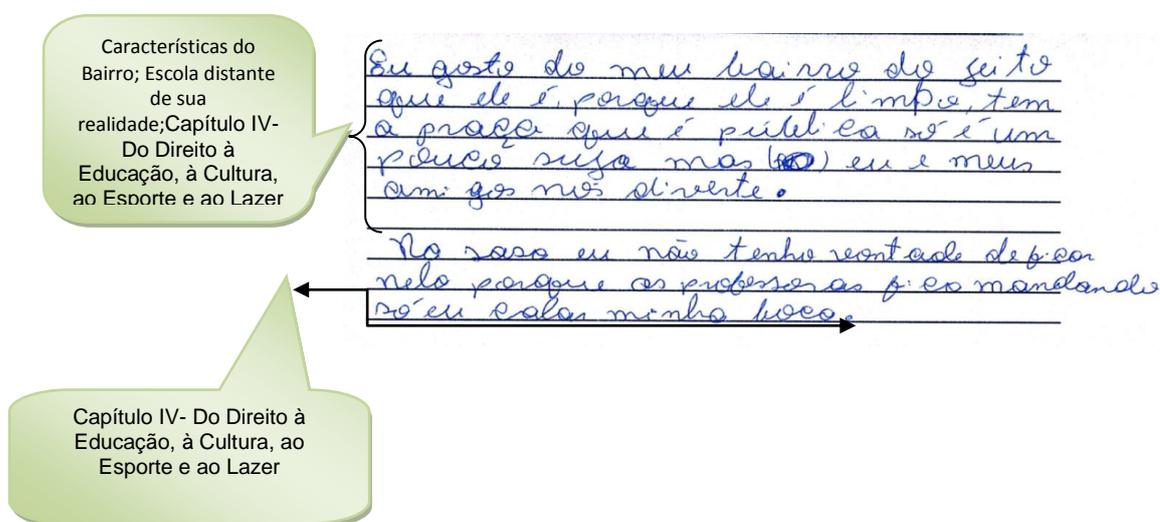
[...] as leis e as categorias existem objetivamente. Isto é, elas não são expressões subjetivas nem apriorísticas da consciência humana. Elas se formaram no processo de desenvolvimento histórico do conhecimento e da prática social, características do devenir da humanidade (TRIVINOS, 2011, p.55).

Ao estar com o outro, exercitamos a prática democrática e legítima que demanda de atitude, de amorosidade, a qual, no pensamento freireano, é essencialmente ética. Para Freire: “o amor é um ato de coragem, [...] o ato de amor está em comprometer-se com a sua causa. A causa da libertação. Mas este compromisso, porque é amoroso, é dialógico” (FREIRE, 1987, p.80).

Tudo isso é necessário ao viver e conviver, mesmo que as desigualdades e a opressão sejam percalços, não dá para ignorar a existência humana ao nosso redor. Com esse conceito em entender como ver o outro, as formas metodológicas tocaram os participantes, e, como que fontes naturais expressaram as mais importantes preocupações que os afligem.

Mediante os trechos que emergiram nos exercícios políticos com as crianças e adolescentes e que conforme afirma Sarmiento (2009) por meio dessas experiências concretas nos chega outras “verdades e saberes sobre uma infância com que as crianças e adolescentes se debatem no presente, nas cidades, nas ruas, nos campos, na teia imprevisível do presente e na falta de horizontes de futuro”. Por isso é preciso mediar, para que não continuemos a formar pelo espelho do adulto que ai está.

Em outro trecho, Figura 3, foi possível estabelecer parâmetros específicos que a criança destaca para assinalar um bairro que contemple as suas necessidades e uma escola com qualidade em que seja tratada com dignidade. A praça que ele denomina pública, não se caracteriza adequada para o fim a que é proposta, lazer, brincar com os amigos, fazer rodas de leitura, entre outras atividades.



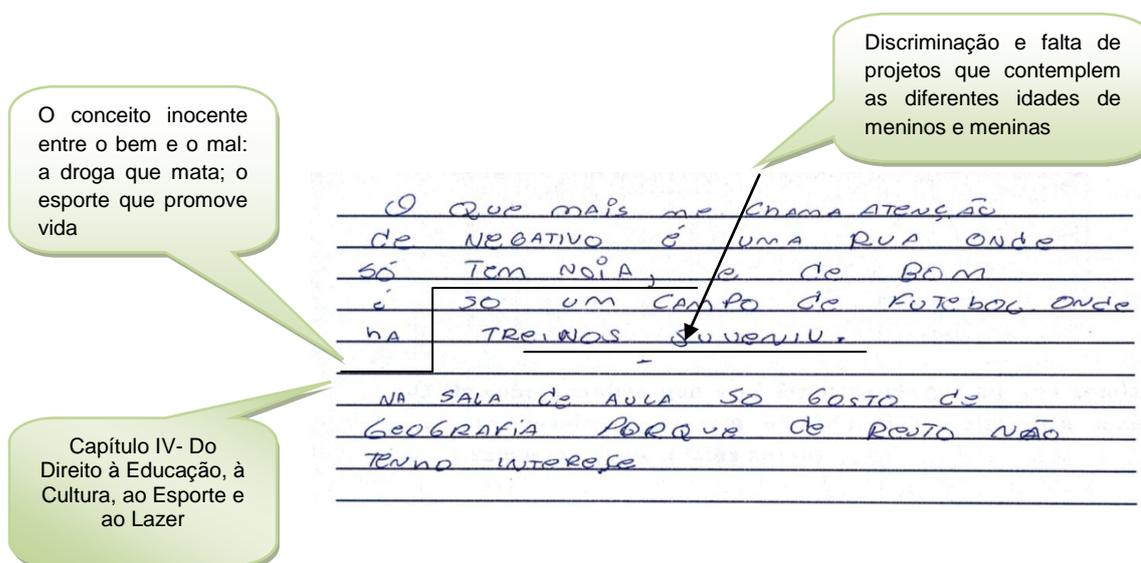
**Figura 3:** (E. 13 anos 7º B)  
**Fonte:** Elaborado pela autora

Na Figura 3, vemos explícita a noção de cidadania que a criança apresenta nas características do bairro: o descuido, ora limpo, ora sujo. Sua percepção de falta de respeito ao lhe pedirem para “calar a boca” na escola. Percebemos certo estado de conformação, de impotência como de quem tem que aceitar as coisas como elas estão.

Por outro lado, sua inocência e humildade em se divertir do jeito que se encontra o seu espaço com destaque em “é pública só é um pouco suja, mas eu e meus amigos se divertimos” (E.13 anos, 7º B) nos deixa perceber a subjetividade em seu desenvolvimento.

As impressões da criança não definem sua compreensão de direitos e devem ser mediadas pelo educador não só nos que se apresentam como violados, mas, sobretudo em todos os que constam no ECA. A proteção e os

cuidados com sua dignidade não podem estar apenas expressos no Estatuto, mas deve fazer parte da intenção do adulto no processo de formação da criança. Acreditamos que assim, ela poderá exercer seu direito e modificar o que não é considerado digno para viver.



**Figura 4:** (A.15 anos 9º D)  
**Fonte:** Elaborado pela autora

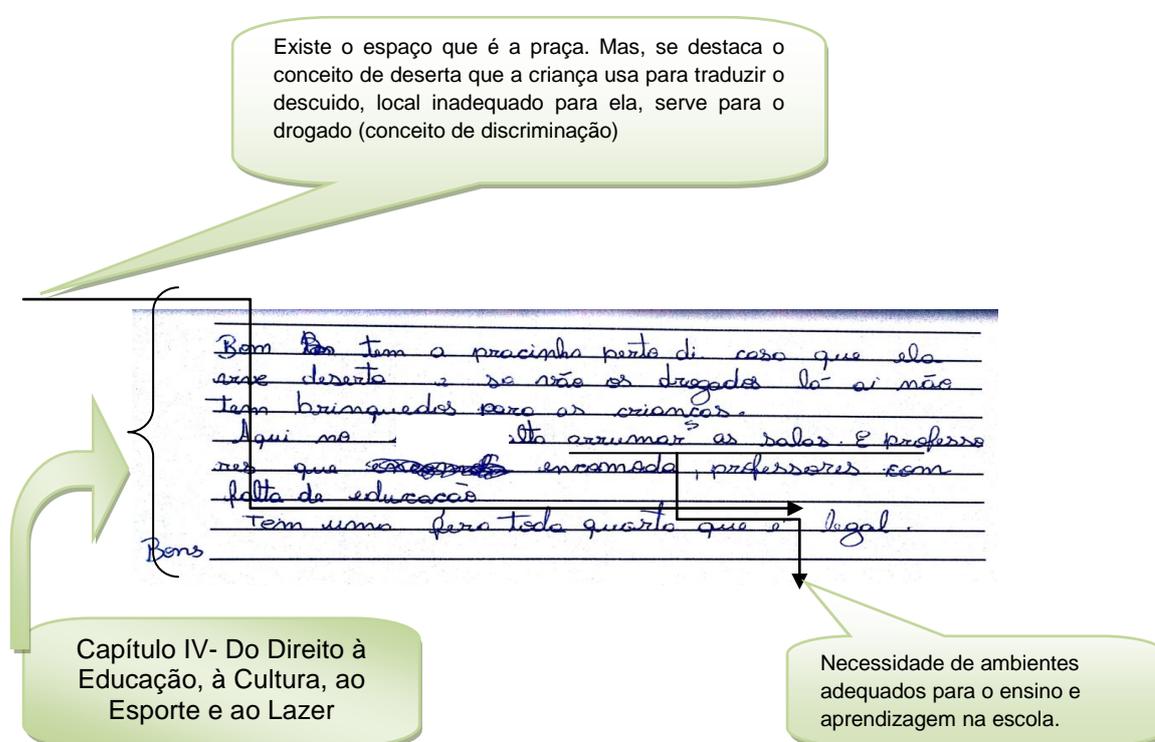
Salientamos, na Figura 4, que as crianças observam os aspectos negativos e positivos a sua volta. Mesmo que esses aspectos sejam violações provocadas pela falta de políticas adequadas a infância e adolescência.

Quando a criança se refere ao “noia” ela manifesta seu entendimento de perigo, de ocupação do espaço que é público, e está presente um conceito que subentendemos a sua inocência entre a droga que mata e o esporte que promove vida. Com relação à escola, sua preferência pela disciplina de Geografia, demonstra que dentre as oito matérias que estuda, apenas em uma se sente participante.

Nessa parte das análises, reafirmamos que a socialização é considerada um dos principais temas para preparação do acolhimento na reunião de grupos, seja para estudar em sala de aula, em outros tipos de grupos de formação política ou em diferentes situações. Em sua simplicidade e do seu modo, a criança demonstra como ela vê a presença da droga em seu cotidiano, a escola distante

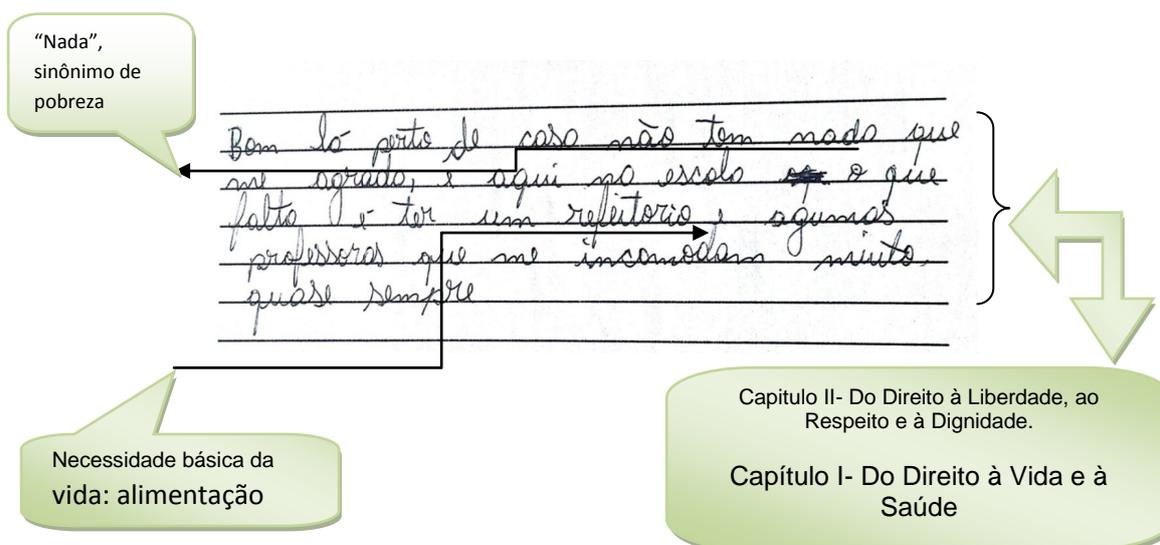
de sua realidade, quando cita a disciplina a qual se sente bem e a presença de exclusão quando se refere aos treinos apenas para o “juvenil”.

Precisamos estar consciente de que formar, preparar uma criança vai muito além dos conteúdos selecionados para sua escolaridade. Formar a criança é partilhar com ela o que é ético, o que é digno, o que lhe é necessário na saúde e bem estar físico e social. Parece-nos aqui, que esses conceitos não podem ser de responsabilidade da instância institucional ou pensada somente pelo programa e projetos dos Poderes Públicos, mas acima de tudo que cada adulto tenha essa consciência enquanto pessoa que já foi criança.



**Figura 5:** (G.15 anos 8º B)  
**Fonte:** Elaborado pela autora

Podemos perceber que nos destaques do trecho, na Figura 5, não está presente apenas críticas do adulto que se rebela contra as políticas públicas mas de uma criança ou adolescente que manifesta o desejo de que haja brinquedos na praça para eles, que o professor a reconheça com respeito e com dignidade. Assim como na próxima análise reconhecemos a necessidade de tantas outras coisas para que se sintam gozando de qualidade de vida.



**Figura 6:** (M.14 anos 7º A)  
**Fonte:** Elaborado pela autora

Quando destacamos na palavra “nada”, dois sentimentos estão implícitos nessa declaração a nosso ver: a pobreza e a revolta, que somada ao contexto dela reflete a necessidade de ter o melhor ambiente que se tem em casa, o lugar para comer, o que para as crianças não é diferente na escola.

As associações livres que as crianças e adolescentes apresentam em seus textos escritos e expressos oralmente nos encontros, devem ser cuidadosamente, ouvidas e entendidas, pois revelam vivências e construções que fazem no cotidiano. Por meio dessas declarações se confirmam a tamanha riqueza que as memórias refletem sobre o meio social em que estão inseridas. Simson (2006) contribui com nosso arremate e afirma a importância dos registros mentais:

[...] a memória pode ser, ao mesmo tempo, subjetiva ou individual (porque se refere a experiências únicas vivenciadas ao nível do indivíduo), mas também social porque é coletiva (pois se baseia na cultura de um agrupamento social em códigos que são aprendidos nos processos de socialização que se dão no âmago da sociedade [...]) (SIMSON, 2006, p.5).

Precisamos compreender que existem, por meio das ações pedagógicas, inúmeras possibilidades para conhecer a cultura das crianças de cada lugar e de cada tempo. Por mais que tenhamos definições acerca dos cinco principais

direitos do ECA, é essencial que sejam protegidos em sua prática pela Lei e que a categoria infância possa não ser refém da opressão gerada pelo adulto promotor da mesma Lei.

Encerramos as análises reflexivas deste capítulo, considerando que as informações apontadas pelas crianças se traduzem como indicativos do contexto social ao qual estão inseridas e que revelam inúmeras situações de violação de direitos por elas sentidas e vivenciadas.

Acreditamos que elevar esse grupo etário para a condição de sujeitos de direitos, a nosso ver, perpassa pela ação do adulto que deve mediar o processo de desenvolvimento e amadurecimento pleno da criança para que se construa e se busque perspectivas de garantia de proteção integral. Mesmo porque se desejamos promover o protagonismo infantil, precisamos desenvolver ações com a categoria e que sua presença seja marcada pela participação.

## 4 DAS PRÁTICAS EMERGEM PRINCÍPIOS E CATEGORIAS

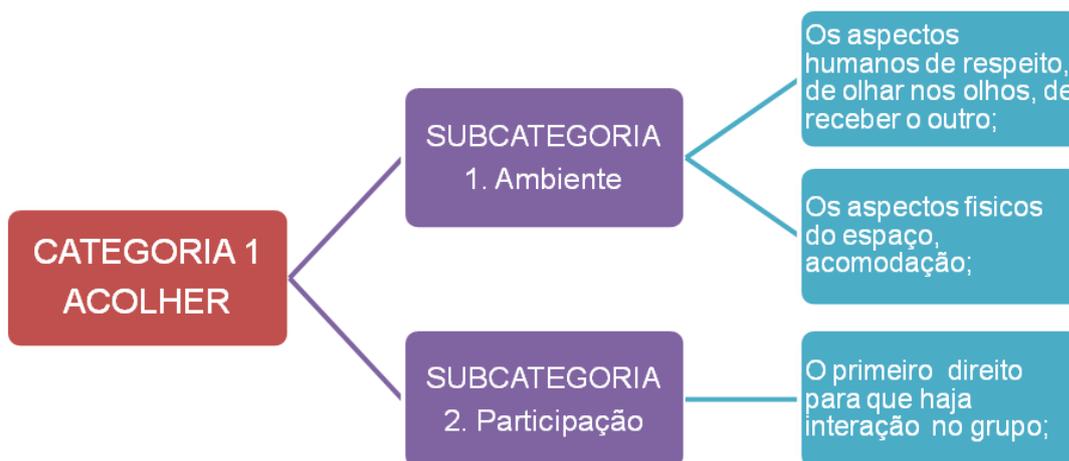
[...] Pespontar novos desenhos e com novas cores preencher os espaços. Dar aos ouvidos e atenção aos pequenos sons e a formação desses novos personagens e enfeitá-los com rococós coloridos formando flores nos sorrisos e deixar que contem as histórias de sua imaginação. [...] Que haja muita linha para todas as histórias daqui em diante.

(BEGO, 2015)

No Capítulo três, apresentamos princípios e categorias que emergiram como resultados das práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças e adolescentes.

### 4.1. CATEGORIA 1- ACOLHER

Elaboramos a ilustração abaixo com o objetivo de esclarecer a construção de a categoria Acolher e das subcategorias Ambiente e Participação. Entendemos durante as práticas desenvolvidas esses princípios estiveram presentes e deles emergiram o entendimento que aqui trazemos.



**Fonte:** Elaborado pela autora

Quando se diz acolher ou acolhida o que se destaca nessa ação é aquilo que está diretamente ligado aos aspectos do humano e ao ambiente: que haja respeito e que aqueles que ali se reunirem possam ter a garantia que sua participação e pontos de vista serão respeitados, que seja agradável. O primeiro momento ao receber os participantes no grupo é a “acolhida”, consideramos que é o primeiro direito a ser respeitado para que haja interação no grupo com as crianças e adolescentes.

O princípio do respeito pela sua presença, pelo olhar direcionado a ele(s), pelas palavras, pelo toque ao cumprimentá-los ou até por gestos e brincadeiras, e acima de tudo que estes meninos e meninas saibam de fato onde estão e porque estão ali sendo acolhidos respeitosamente.

A sensibilidade do adulto deve prevalecer no momento da organização desses ambientes. Acolher não pode se resumir apenas no “entre e sente-se”, mas em “entre e sinta-se bem aqui” O olhar deve ser de quem recebe e de quem acolhe. Nesse entendimento de acolhida, percebemos que a categoria do acolher permeia por mais duas as subcategorias

#### *4.1.1. Subcategoria 1- Ambiente*

O “ambiente” é considerado por nós como subcategoria, pois no sentido físico (espaço) destacamos algumas formas de preparação para que os encontros sejam agradáveis a todos. Podemos enriquecer o espaço por meio da organização (espaço adequado e assento para o número de participantes) para que todos se acomodem e que a oferta de afetividade ali distribuída provoque o desejo de voltarem, de participarem e de sentirem-se cooperadores.

Entre o espaço físico e a acolhida há um fio condutor para que o exercício dos direitos se reflita na prática, por isso é preciso preparar o ambiente com “decência e boniteza de mãos dadas.”<sup>7</sup>, Ainda sobre o ambiente, Freire (2011) apresenta seu conceito sobre o valor pedagógico na materialidade do espaço:

---

<sup>7</sup> In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 34.

É incrível que não imaginemos a significação do ‘discurso’ formador que faz uma escola respeitada em seu espaço. A eloquência do discurso ‘pronunciado’ na e pela limpeza do chão, na boniteza das salas, na higiene dos sanitários, nas flores que adornam. Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço (FREIRE, 2011, p.50).

Essa abertura em mim ao receber o outro deve ser permeada pelo que os sentidos terão acesso. É como se pudéssemos divulgar o quão importante é estar naquele espaço. Nem sempre os encontros acontecerão em salas agradáveis, mas é possível por meio da criatividade tornar agradável, bonito, confortável a todos os lugares definidos para a formação. Nem sempre teremos materiais modernos, mas podemos criar junto com o outro. Tomamos a liberdade de apresentar outras ações que contemplam a acolhida e o ambiente. Podem ser adequadas a cada grupo, pelo educador ou professor:

- Estar de posse do planejamento das práticas;
- Definir onde será realizado o encontro, ou a roda de conversa;
- Convidar os participantes;
- Elaborar convites;
- Destacar com faixas Ex: “Formação Política para crianças”;
- Estar à espera deles, para saudá-los cordialmente;
- Cumprimentá-los pela mão e propor que se cumprimentem;
- Expressar a alegria em acolhê-los olhando nos olhos;
- Preparar antecipadamente, os materiais que serão utilizados;
- Expor no ambiente: mesa com toalha, flores, livros relacionados;
- Ilustrar materiais para exposição e recepção - (Bem-Vindos);
- Fazer exposição de brinquedos, isso promove a contextualização do brincar; (pipas, bilboquê, bola, peteca etc.).

As contribuições aqui incluídas são para que o professor ou educador social percebam o conjunto de ações pensadas para que o processo de participação aconteça. Precisamos acreditar e propor no ambiente que todos se sintam reconhecidos naquele espaço, no outro pelo respeito e pela aceitação

espontânea sem preconceitos. Essas recomendações devem ser sempre vivenciadas na prática.

#### *4.1.2. Subcategoria 2-Participação*

A participação é inerente ao próprio processo de maturação e desenvolvimento da criança por esse entendimento o compreender o processo de maturação da criança significa propor a participação para que ela seja ouvida, percebida, sentida. E, para nós, a participação se apresenta aqui como um ato que nasce na acolhida, por isso estarem no mesmo caseado de proposta. No legado de Paulo Freire, confirmamos que a participação é como a real efetivação do diálogo no grupo.

Ao vivenciar a participação respeitosa e fazer que a reciprocidade aconteça entre todos, em cada combinado, o “acolher” vai além fala, ele soma-se ao sorrir, ao brincar, a vai surgindo a conexão sobre o que está se propondo, até acontecer o envolvimento que denominamos participação.

É na leveza e na espontaneidade própria da criança, do falar bobagens, do brincar, que cada participante vai demonstrar sua participação. Nessa ação que vamos propor ao grupo o que vamos fazer e o que extrair de suas falas, risos e gestos. Apresentamos, como necessários para exemplificar, parte da totalidade dos trechos extraídos em roda de conversa com o grupo depois de envolvidos e participando.

Os adolescentes, após analisar os problemas por eles levantados, e com a compreensão dos Direitos Fundamentais do ECA, apresentaram oralmente suas sugestões para solução dos problemas observados por eles. A ação foi gravada e os registros transcritos aqui.

- Academias para o público infantil com as da Terceira Idade;
- Mais Centros Esportivos;
- Atividades nos bairros de oficinas de judô, karatê, etc.;
- Melhorar a segurança pública;
- Haver espaços próprios para a prática do skate;
- Restauração e reestruturação das praças públicas;
- Melhorar as estruturas físicas das escolas;
- Diminuir o número de alunos em cada sala de aula;
- Que a qualidade de vida significa possuir as coisas com qualidade (saúde, alimentação, água, meio ambiente etc.);

- Que haja a rediscussão sobre a falta de respeito social para com o outro, que muitas vezes “não aprende” na infância; [...] (Depoimentos orais de meninos e meninas em atividades desenvolvidas em ONG/Maringá-PR transcritos para a pesquisa).

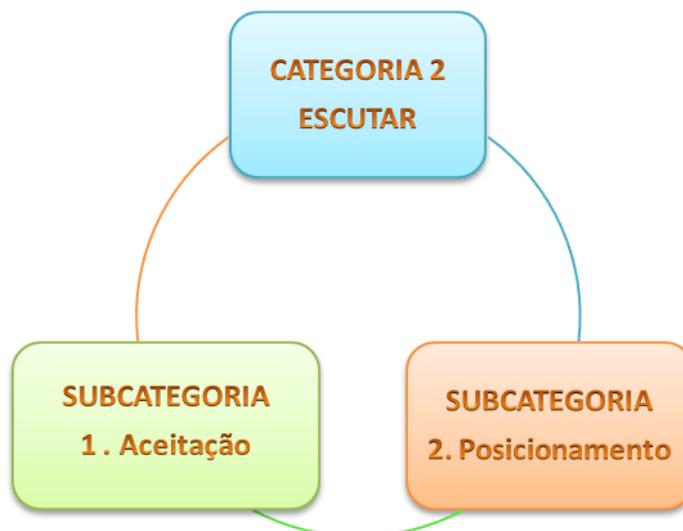
Bakhtin (1992, p.76) explica que a “língua não se reduz a um sistema padronizado, mas sim se materializa em vozes sociais que se cruzam”. Essa interação de vozes acontece na participação a partir do momento que todos os sentidos necessários forem dados ao seu discurso, quando entendermos as linguagens dos momentos de cada participante, dos contextos de lugares, da realidade de todos que ali estão para receberem formação. É um trajeto que contempla materiais que não estão do lado de fora, mas que nascem no sentimento e respeito pelo outro.

Nas falas das crianças, observamos que não se trata de enunciados ouvidos no seu dia a dia, ou de seus pares em casa, na escola etc. Mas, sobretudo da sua vivência, do seu olhar sobre o mundo que o cerca. Quando não valorizamos o discurso do menino ou menina, corremos o risco de violar um direito que ele já possui, que o direito a voz. Por isso, a sua expressão oral e escrita são tão valiosas na prática da escuta.

#### 4.2. CATEGORIA 2- ESCUTAR

A categoria “escutar” é entendida pela disposição do adulto ao convívio com a criança e o adolescente. Acreditamos, certamente, que pela escuta podemos interagir na formação dessa categoria. A ilustração apresenta a categoria e subcategorias que destacamos como fundamentais na formação política para crianças e adolescentes.

O verbo escutar é transitivo e isso supõe que ele determina a ação que requer a participação consciente; ficar atento para ouvir; dar atenção a; estar pronto para. Isso não significa que vai se estabelecer uma regra que vá fazer parte de uma definição de escuta. Apresentamos abaixo a ilustração e nossa interpretação dessa categoria durante os encontros com as crianças e adolescentes.



**Fonte:** Elaborado pela autora

No entanto, trata-se de detalhar e deixar claro o que significa a escuta a partir de uma proposta em que o interlocutor fora convidado a falar, a expor sua percepção acerca de um assunto comum a todos do grupo e ouvir será respeitoso e receptível. Nessa prática, a postura da escuta é inter relacional.

Freire (2011) define a escuta como ação que vai além da função auditiva de cada sujeito. Empregamos conforme o autor, o sentido que o “escutar” tem para a prática pedagogia de formação política:

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar o sentido aqui discutido significa disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isso não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de me opor, de me posicionar [...] (FREIRE, 2011, p.117).

A escuta, nesse caso, evidencia a possibilidade da criança, adolescente, ou grupo construir conceitos e entendimento da presença do outro. É pela escuta que podemos promover o entendimento de igualdade e não o de ser melhor que o outro.

Mediante a escuta a temática discutida passa a acontecer na participação oral de cada menino ou menina e vai estabelecendo parâmetros de igualdade, dificuldade, entre cada um e entre todos nos encontros. Nesse momento, ocorre a construção da discussão, por meio da identificação das dimensões que cada

conflito ou problema traz implicitamente e produz reações no participar de cada criança.

Cabe ao educador, nesses momentos, mediar e deixar claro que todos ali terão a mesma medida de tempo para ser ouvido, e que é possível buscar solução de tudo que for considerado problemas para eles, por meio da atenção e discussão, da compreensão do que se pretende modificar ou intervir

Entendemos que as crianças e os adolescentes têm em suas ações uma inquietude natural, uns tímidos demais, outros falantes, e aqueles que não se deixam demonstrar. Todas as presenças precisam ser observadas, exploradas e mediadas para se conseguir um sorriso, uma palavra, um olhar afirmativo ou negativo.

Freire (2011, p.74) adverte que “a verdadeira escuta não diminui em mim e no outro em nada a capacidade de exercer o direito de discordar, de me posicionar”. Quando nos colocamos para dar atenção e escutar a criança e o adolescente, nos preparamos para nos situar no mundo das ideias. Nessa linha é que traçamos para os meninos e meninas alguns acordos, no momento da “Roda de conversa”<sup>8</sup>, e propormos atitudes para serem conversadas e entendidas pelo grupo:

- a) Respeitar a fala de cada um;
- b) Dirigir o olhar a quem estiver se expressando;
- c) Não interromper a fala do interlocutor acrescentando informações;
- d) Construir a compreensão após a fala de todos (mediação pedagógica);
- e) Dar a oportunidade para a escolha de quem iniciará a fala;
- f) Garantir que todos terão seus direitos respeitados conforme combinado;
- g) Garantir que todos ouçam o que será exposto na Roda de Conversa;
- h) Compreender o que o outro está expondo.

Ao relacionar esses exemplos, estamos colocando em prática o respeito não apenas entre criança e adulto, mas entre sujeitos que se desenvolvem na convivência.

---

<sup>8</sup> Roda de Conversa, prática constante entre crianças e adolescentes no Projeto Brincadeira do PCA/UEM, oriundo das práticas pedagógicas do MNMMR- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

#### 4.2.1 Subcategoria 1 - Aceitação

A “aceitação” esta ligada à forma como vamos garantir a participação e a interação do grupo. Ao propor a escuta, todos terão compreensão que cada expressão, que cada história, gestos, situações que provocam risos, o que é comum entre meninos e meninas, serão agrupadas, adequadas e conduzidas ao entendimento. Isso assegura e dá garantia de que posso participar e passa a ocorrer o respeito, a aceitação de que somos semelhantes e não iguais. Ao fazer essa interação de aceitação, não se quer condicionar o outro ao discurso que pode atravessar a liberdade de pensar. Bakhtin (1999) nos orienta sobre esse aspecto:

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão... A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra (BAKHTIN, 1999, p. 131).

Acrescentamos que a palavra é a reação da interação mediada entre o falante e o receptor, e que segundo o autor que é produzido no momento da fala entre os participantes e vai encontrar lugar na realidade ao quais ambos estão construindo relações de bem comum, de violação, e de compreensão sobre a realidade de todos.

#### 4.2.2 Subcategoria 2- Posicionamento

Educar não é tarefa fácil nem difícil, porem ela necessita desse posicionamento entre as pessoas. Freire (2011, p. 75) afirma que “Educar é posicionar-se, não se omitir” e nos parece ser esse o caminho mais ético e democrático quando podemos testemunhar pelo discurso oral ou escrito o que pensamos o que sonhamos e que razões nos levam a esse caminho. O respeito ao posicionamento está ligado à construção social de cada participante no grupo.

Respeitar o posicionamento do outro implica tê-lo entendido, significa não primá-lo pela negação de sua participação seja oral ou escrita.

A necessidade de respeitar o posicionamento da criança e do adolescente está ligada ao respeito à sua cultura. A cultura, embora seja complexa na sua constituição, se torna simples uma vez que exercitamos a capacidade de perceber os sentidos e conteúdos que estão contidos na expressão do pensamento da criança.

Os costumes, o jeito de se vestir, os pertences, as manias, as críticas no cotidiano da infância e adolescência são as reais imagens que eles transportam e traduzem pelas palavras. Os significados precisam ser partilhados e comunicados para estabelecer o entendimento entre os participantes de forma significativa.

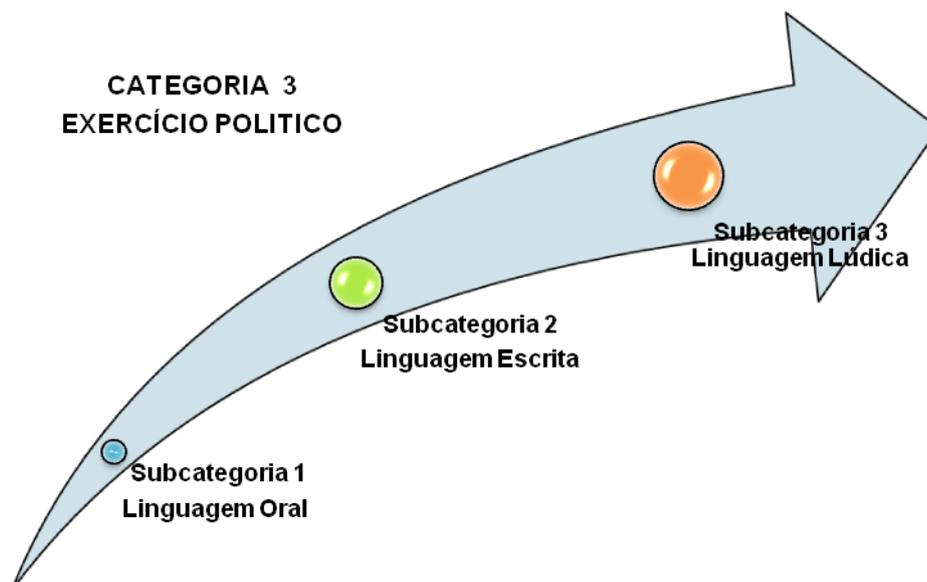
Há aspectos ligados a cultura de cada sujeito que manifesta julgamento, discriminação, expressos pelos sentimentos ou pelas palavras em determinadas situações. Isso gera diferentes conflitos entre crianças e adolescentes. No entanto, devemos fazer com esses modos sejam trabalhados no grupo, por meio do posicionamento respeitoso com relação ao outro.

#### 4.3 CATEGORIA 3 - EXERCÍCIO POLÍTICO

O exercício político resume toda a prática que construímos por meio das atividades desenvolvidas nos encontros com as crianças e adolescentes. Sobre a ótica de uma formação que deve ser continua é que desenhamos uma ilustração que objetiva posição do menor para o maior. Mesmo porque percebemos que a oralidade, a escrita e as atividades lúdicas compreendem ações interligadas para a progressão do conhecimento entre os participantes.

Quando nos propomos ouvir o discurso, entendê-lo pela escrita, mediá-lo com a linguagem lúdica, estamos com essas subcategorias realizando o Exercício Político, pois, acreditamos que essa forma metodológica leva a criança e o adolescente exercitar e desenvolver seu “Pensar Político”.

**CATEGORIA 3  
EXERCÍCIO POLITICO**



**Fonte:** Elaborado pela autora

Destacamos que os participantes podem fazer isso de duas maneiras: primeiro como processo que envolve a prática educativa a qual está participando, e, segundo é um direito fundamental da infância e do adolescente e que reforça o processo democrático, direito que lhe foi concedido “à liberdade de expressão” (ECA, 2013), seja ela oral ou escrita.

A participação é um exercício educativo e ocorre na interação entre os discursos do professor ou educador social e na motivação provocada pela ação metodológica desse profissional com as crianças e adolescente. Propomos que deve ser dada a valorização à competência de cada menino e menina ao se expressarem, pois visam serem entendidos acerca de suas necessidades, de seus conflitos, de seus sonhos e projetos. Eles e elas podem exercitar e administrar as expectativas com relação à forma como querem construir seu futuro. A dimensão e validade do pensamento político podem ser pontuadas em Santos (2011, p. 95):

[...] quanto mais amplo o futuro, mais radiosas são as expectativas confrontadas com as experiências do presente. Nesse momento a construção do pensamento dos participantes se dará na capacidade compreender que todos podem intervir numa ação que não atinge os objetivos da ética, de intervir na prática de forma consciente e com possibilidade de refletir de forma mais ampla sobre o tema específico.

Os aspectos que valorizam o exercício político devem ser conduzidos de forma que não haja discriminação nas experiências de cada criança e adolescente. Isso se faz necessário, pois tendo em vista, que a opção pelas participações espontâneas foi um dos instrumentos durante as práticas. Permeada pela constante busca de conhecer o itinerário cotidiano de cada participante que fosse possível mediar diálogos com eles com relação aos problemas vivenciados e identificados no cotidiano.

Durante o exercício das práticas e nas vozes presentes, comprovaram-se as reflexões sobre os limites que são impostos para a participação e a inclusão das crianças no processo de cidadania. A exclusão compreende que esses atores, não se reconhecem nos espaços sociais. Sarmiento (2009) define como compreendermos a criança em seus espaços de vivência:

[...] as crianças não formam uma comunidade isolada, [...] Como sujeitos sociais, as crianças nascem no interior de uma classe, de uma etnia, de um grupo social. Os costumes, valores, hábitos, as práticas sociais, as experiências interferem em suas ações e nos significados que atribuem às pessoas, às coisas e às relações (SARMENTO, 2009, p.171).

Nesse sentido, acontece a compreensão de participação política com as crianças para que sejam revistas, remodeladas de acordo com a realidade que está presente nos Planos Decenais dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná e que se constitui de diretrizes, metas que conduzem as políticas públicas em benefício desses sujeitos.

Com esses pontos, vamos elaborando a formação política com as crianças e adentrando aos aspectos sobre o que significa conhecer a REDE de atendimento básico e a partir daí, detalhar cada espaço, identificar violações e exercitar moldes de como promover propostas de soluções para os problemas identificados além de desenvolver a compreensão de como esse atendimento é feito na sua comunidade.

Há uma prática durante os encontros chamada “Brincando de Autoridade” em que o objetivo da atividade está em construir situações para a criança e o adolescente se colocar no lugar do outro “a autoridade” e poder por sua vez, elaborar e propor as soluções para os problemas que foram elencados. Por eles sobre seu bairro, sua escola, sua comunidade. Isso é dar oportunidade para que

ela adentre os espaços do adulto por meio da dinâmica e se perceba como é estar no lugar do outro.

Durante essa prática e no entendimento de linguagem entre interlocutores, há alguns princípios e ações valorizados, cuidadosamente, pela pesquisadora que são: atenção; escuta; acolhida; observação e interpretação dos depoimentos de cada menino e menina com relação aquela suposta posição para resolver as questões que foram de certa forma, reivindicadas a cada autoridade. A valorização da participação dos meninos e meninas deve estar transparente entre eles e o adulto no momento da atividade.

Nas aulas e no convívio com crianças e adolescentes, podemos afirmar que são notórias as impressões dadas pelos adultos com relação à atenção aos discursos de crianças e adolescentes, sejam em situações indisciplinadas ou em participação de projetos quando são convidados a discutirem sobre tema específico ou sobre diferentes assuntos, pois são raramente levados em consideração. Destacamos trechos que comprovam essas análises:

Em relação ao Brasil há uma lacuna quanto à universalização de políticas públicas direcionadas à promoção da escuta e da participação política de crianças e adolescentes. De nossas consultas no “Relatório Situação da Adolescência no Brasil” (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2011b) percebemos esta questão sendo tratada como uma preocupante e grave violação de direitos humanos<sup>11</sup>. Por outro lado, o relatório cita ações realizadas para a ampliação da participação adolescente em espaços participativos (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2010; 2012 p. 19).

Sobreponemos a esse aspecto uma colaboração esclarecedora de Bakhtin (2003, p. 35):

O modo como eu vivencio o eu do outro difere inteiramente do modo como vivencio o meu próprio eu; isso entra na categoria do outro como elemento integrante, e essa diferença tem importância fundamental tanto para a estética quanto para a ética.

A afirmativa do autor nos concede perceber que ao invés de um olhar monológico sobre a relação do ser humano com a linguagem é necessário que se focalize o aprendizado, por meio do uso que se faz dela na interação seja oral ou

escrita que se estabelece com o outro: real ou virtual. Ser humano e linguagem são inseparáveis.

#### *4.3.1 Subcategoria 1-Linguagem Oral*

A subcategoria Linguagem Oral, se destacou, pois a maioria das atividades desenvolvidas forma realizadas por meio da participação oral. Entendemos que a escuta do discurso oral nos dá o requisito principal dessa prática que é participar, ter voz, ser ouvido.

Para Bakhtin (2003, p. 23), “O ser humano é capaz de gerar constantes transformações no meio em que vive e a linguagem tem esse potencial de mudanças. Linguagem e ser humano são ações constantes e se articulam entre si”. Por isso, é preciso compreender as consequências dessas concepções, pois “qualquer evento de linguagem é a atualização de uma relação entre sujeitos históricos e sociais” (BAKHTIN, 2003, p. 69). O autor mostra que o discurso passa a ser o agente de mudanças, e isso se dá também, pela concretização da escrita.

O autor ora citado afirma que, ao invés de um olhar monológico sobre a relação do ser humano com a linguagem, é necessário que se focalize o aprendizado, por meio do uso que se faz dela na interação (oral e escrita) que se estabelece com o outro: real ou virtual: “Ser humano e linguagem são inseparáveis” (BAKHTIN, 1990, p. 123).

O destaque que damos a oralidade é porque entendemos que por meio das falas modestas e verdadeiras da linguagem oral de todos os participantes, construímos mediações e reflexões acerca de suas opiniões nos temas relativos ao viver e conviver da infância.

Nessas experiências eles se tornam protagonistas e experimentam o que é ter direito a voz e dá ao outro o que lhe é por direito constituído, ou ainda, perceber como ocorrem às exclusões com seus pares em seu meio e com os adultos. É um princípio que valorizamos, pois essa é a prática da narrativa do percurso investigativo com cortes e recortes que foram dando forma às construções orais e o entendimento de direitos, de violação, de políticas durante os encontros.

No cotidiano com meninos e meninas ao longo desses anos, e, em práticas e, em projetos específicos, aprendemos a perceber elementos que os identificam: têm ideias e pontos de vista que são próprios de cada um e de seu desenvolvimento socioeducativo; suas críticas são verdadeiras; tem propostas rápidas para problemas humanos; entre outros, que devem ser sentidos pelo mediador (a). Concordamos com Müller (2011), na sua forma de conceituar as ações do discurso da criança:

Criança também, como o adulto, aumenta, imagina, reproduz ou transforma o que ouve e vê, omite, mente, fala a verdade, provoca para ver a reação de quem escuta, brinca com as palavras. Conhecê-la é um desafio difícil pela complexidade do que é o ser humano em relação com o mundo. É uma violência simplificar a criança ao tamanho das generalizações que o adulto é capaz de fazer dela (MÜLLER, 2011, p.92).

Ao valorizar a opinião desses sujeitos sociais, sejam individuais ou coletivas, conseqüentemente, se constroem reflexões, análise das problematizações, o que não pode ocorrer sem a participação oral, expressa em seu discurso.

#### *4.3.2 Subcategoria 2-Linguagem Escrita*

No momento da intervenção e mediação o discurso é observado não só pelo professor e ou educador, mas por todos no grupo “a gente tem de reconhecer que a linguagem é uma produção social, com uma presença individual nessa produção social”, conforme afirma Freire (1993, p.79).

Müller (2012) afirma que o pensamento das crianças expresso em palavras é fruto da interação no ambiente em que vivem. Confirmamos que, em muitas situações, eles relatam situações e conflitos de sua família, interação com os amigos, colegas de sala, e, assim como expressam, intensamente, o lugar onde elas moram, os adultos com quem convivem e nas instituições que frequentam também, indicam a singularidade de cada um deles.

Para promover a interação construída nas práticas, sugerimos alguns aspectos que vão valorizar a participação da criança e do adolescente e que devem ser aplicados pelo educador, professor ou pedagogo:

- Respeito pelo vocabulário e seu contexto;
- Demonstração de entendimento enquanto o outro se expressa;
- Perceber o contexto da fala materializada na escrita;
- Significar a produção escrita na mediação com o ECA;
- Compreender, nas entrelinhas do texto escrito, sonhos, medos e necessidades.

Ao ouvir o pensamento expresso pela oralidade, cada participante da fala espera do outro uma réplica ativa, que preenche como resposta, é um processo interacional. Para Bakhtin (2003, p. 272), “ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução”.

Por isso, o respeito e o entendimento dado ao vocabulário estão ligados a compreensão, que, muitas vezes, o contexto é fruto apenas do que é pensado pelo adulto. As constantes rejeições pela fala das crianças em sala de aula, entre elas, em casa com os pais, se acentuam porque não é dada a criança a possibilidade de esclarecer, de partilhar sua ideia. Antes disso menino ou a menina já foi impedido de falar.

Nesse sentido, a resignificação do discurso da criança requer do educador a compreensão e análise contextual. Há que se admitir que não se tem uma cultura democrática em nosso país, de participação das decisões de interesse da comunidade por parte da população que estreita cada vez mais a participação social.

#### *4.3.3 Subcategoria 3- Linguagem Lúdica*

Por que Linguagem Lúdica em práticas pedagógicas de formação? A brincadeira parece inerente à criança e adolescente. Afirmativa que construímos

ao ouvir continuamente, pais, professores, adultos em geral que comentam: “aquele menino só ri, ou aquela menina não cresce só brinca”.

Por outro lado, a brincadeira pode ser vista como uma linguagem lúdica para quebrar a severidade, outras vezes para esconder o medo e o receio. Afirmo essa experiência, pois quando nos dirigimos à criança e ao adolescente com sorriso, com palavras encharcadas de afetividade fora da ordem e do momento, com o toque no ombro, com o aproximar-se e segurar as mãos enquanto falamos com ele, isso tudo provoca uma interação que só pode fluir em respeito e aprendizagem. Para Müller (2011), são muitas as formas de gerar ludicidade:

Vemos interesses e prazeres comuns nas diferentes idades e se estabelecem relações bem importantes quanto às atitudes solidárias, de compreensão, de ensino entre as crianças, de amizade, além de reconhecimento de si próprios e dos outros, conceitos que vão sendo incorporados pela vivência (MÜLLER, 2011, p. 78).

O adulto muitas vezes teme que a brincadeira na linguagem, ou a leveza nas palavras podem tirar-lhes a autoridade, o que não se justifica. Então, muitos professores são julgados pelos seus alunos (as) como bravos, severos, ruins o que contribui para o distanciamento entre ambos. Concordamos que em todas as idades a característica da alegria é recurso extraordinário para se quebrar o gelo na relação e que isso depende de seus interlocutores.

## 5 CONCLUSÃO

[...] Que haja muita linha para todas as histórias daqui em diante.  
(BEGO, 2015)

Ao término desse trabalho e com o propósito de encontrar resposta para nossa inquietação inicial, definida em como desenvolver a consciência política da criança e do adolescente em situações educativas, foi necessário adentrar o universo da infância que há além dos muros escolares. E nele, conviver, ensinar e aprender sobre os “pensares” infantojuvenis relacionados ao seu cotidiano.

Nosso objetivo principal foi investigar princípios e formas de mediações metodológicas para promover a formação política da criança e do adolescente. Buscamos com esse objetivo desconstruir alguns aspectos de negação e exclusão da participação da categoria infância. Partimos do pressuposto de que as crianças são sujeitos políticos capazes e devem estar presentes no processo de construção de políticas públicas para infância, assim como intervir em seus espaços de vivência.

Durante os estudos investigativos, encontramos formas e reflexões que contribuíram como resposta, e, observamos que o mundo da infância existe como afirmamos no início desse trabalho, no entanto, ele se encontra distante do que nós adultos entendemos, e do quanto é necessário promover a interlocução entre elas e nós. Essa afirmativa respalda-se nas experiências que trazemos como aprendizado de que a criança e o adolescente têm se desenvolvido num mundo solitário, onde não têm a atenção do adulto, com o propósito de desenvolvê-la como ser social e político, mas como seguidora do que é certo ou errado e referenciada apenas pelo adulto.

A construção textual foi apresentada em três partes que consideramos importantes para analisar como as crianças contribuíram nos propósitos da pesquisa. Destacamos pontos que durante os estudos e análises, podemos reconhecer como aprendizado, além de identificar as lacunas que precisam ser aprimoradas.

Na primeira parte do texto, está o que chamamos de matéria prima dessa investigação, pois por meio da apresentação das fichas estão as práticas pedagógicas vivenciadas e desenvolvidas na formação política com crianças e

adolescente cujo objetivo foi sistematizar todo o processo das atividades aplicadas. Nas análises dessas fichas, percebe-se que a seleção das temáticas trabalhadas constitui parte importante no planejamento para realizar os encontros de formação política.

Verificamos que o tema “Identidade e Cidadania” como exercício inicial contribuiu como porta de entrada para conhecer o universo social dos participantes, além de possibilitar a introdução dos aspectos legais com exercícios e estudos sobre a Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, como também pontuamos as situações de violação e de responsabilização na sociedade

Consideramos, ainda na primeira parte, fazer o detalhamento explicativo de como se deu a sistematização dos resultados e mediante os objetivos propostos na investigação e com os conceitos sociológicos da infância fizemos os alinhavos do texto. Mesmo porque, pelo pedagógico e metodológico da prática afirmamos que é necessário, compreender e conhecer a infância para desconstruir conceitos que a criança não precisa opinar ou participar em seu desenvolvimento.

Ao desenvolver o detalhamento dos tópicos da ficha, podemos exercitar como a interação é importante e como o papel do adulto na interlocução com a criança deve ser mediado pelo respeito e valorização. Vimos que a verdade e o discurso do adulto devem ser pautados pela prudência.

A análise e reflexão dos trechos acompanhados de fundamentação teórica mostra que há lacunas a serem preenchidas sobre os conhecimentos sociológicos da infância na formação do docente, pedagogo e educador social, para assegurarmos o processo das análises nos amparamos em “portos seguros da sociologia da infância” que reafirma a necessidade de tornar presente e não ausente as crianças em espaços sociais.

Nos trechos selecionados para análises, percebemos possíveis indicativos de contexto social e violação de direitos da criança e do adolescente e que meninos e meninas são capazes de participar, fazer intervenções e contribuir no processo de sua formação social e política. Os textos orais e escritos das crianças nos permitiram conhecer outros universos que envolvem a infância e a adolescência. Entre eles, que a criança tem em seu discurso capacidade de dialogar enquanto locutor no diálogo, mas lhe faltam os interlocutores.

Outro resultado foi a constatação que são seres inteligíveis capazes de compreender não só a política, como também, o contexto de seus pares, de seu entorno e tem por excelência boa vontade e disposição em fazer a diferença colocando-se no lugar do outro, tanto na alegria como na diversidade. Constatamos que as crianças e adolescente se manifestam todas as vezes que nos dirigimos a eles, mesmo porque não se trata apenas de sociabilizá-los, mas de construir relações de desenvolvimento entre o ser criança, seu crescimento e sua formação.

Na terceira parte do texto, destacamos princípios e categorias que emergiram das práticas que consideramos requisito para a formação política com crianças e adolescentes. Por meio do acolher, ambiente e participação; do escutar, aceitação e posicionamento; do exercício político, linguagem oral, linguagem escrita e linguagem lúdica, é possível desenvolver na infância o exercício participativo com vistas ao a promoção social de cada criança e adolescente no meio social que estão inseridos.

Evidenciamos, ainda, sobre o papel do adulto na interlocução da formação política e sua significância, não queremos afirmar que suas verdades prevalecerão na prática, mas cabe ao adulto promover pelas práticas a troca de formação, permitindo a ambos a liberdade e a autonomia do pensar. Essas considerações são, a nosso ver, premissas necessárias ao educador social, professor e pedagogo. A principal tarefa é realizar as mediações que contemplem a interlocução que promova o pensar desses sujeitos.

Para aprofundamento da temática apontamos a seguir, alguns aspectos que consideramos necessários à construção de outras reflexões e continuidade de pesquisas e estudos:

- Durante as participações das crianças fomos levados a concluir que o Estatuto da Criança e do Adolescente é objeto desconhecido das crianças, e mais triste é constatar que a violação é traduzida pelas experiências vividas, e expressas nas participações orais e escritas desses mesmos atores sociais que desconhecem o ECA;
- Temos consciência da vulnerabilidade que ameaça o desenvolvimento humano e que os equipamentos públicos não contemplam a participação infantojuvenil;

- Há que se promover a formação de educadores sociais para a prática pedagógica de formação política e nessa preparação aprofundar a prática da escuta das crianças;
- Faz-se necessário desenvolver elementos discursivos aplicáveis à inter-relação, adulto – criança na realização de encontros educativos de formação política na infância.

A realização da investigação dessas práticas resultou na implantação de um projeto-piloto de formação política para o ano letivo de 2016, a ser desenvolvido no cotidiano da escola em que atuamos, com adultos (pais, funcionários, professores) e crianças, de Maringá, Estado do Paraná. A convite da coordenadora do Projeto Justiça Restaurativa/UEM e com a parceria do PCA/UEM, será elaborada proposta que visa desenvolver estudos sobre o conteúdo do ECA somado aos princípios da Justiça Restaurativa, tanto na resolução de conflitos, formação política como na restauração e construção de valores.

Acreditamos que, assim, podemos efetivar o que entendemos sobre a lógica de queríamos que as crianças tivessem direito a vez e voz, sejam elas sempre tiveram voz. Então, é preciso conhecer pela escuta a vivência das crianças, suas necessidades e relacioná-las com os Direitos preconizados na Lei. O espaço escolar nos parece ser, nesse contexto, ideal para o exercício do pensamento político. A nosso ver, é assim que vamos alcançar a lógica de que é preciso escutá-las.

Defendemos o princípio de que as intervenções políticas só acontecerão quando propusermos aos sujeitos de direitos instrumentos para o exercício constante da quebra das barreiras sociais e outras práticas que promovem a exclusão, pois a promoção de alterações nas políticas, nas Leis e normas que o poder usa para promover Direitos, Responsabilidade e Vida Digna, requer que os sujeitos saibam como e de que forma se configura a desordem social, Reafirmamos ao identificar nas falas e textos das crianças, que a alteração das políticas e normas sociais para serem justas só acontece, com a participação social de todos os sujeitos.

Nesse sentido, o que tentamos fazer nessa investigação foi contribuir com análises e reflexões teóricas e práticas para o alargamento do desenvolvimento

de crianças e adolescentes como sujeitos sociais, envolvendo-os desde muito cedo no mundo que estão inseridos, mesmo que a amplitude vá até ao vizinho, depois a rua, a praça, e assim, até sentir-se adulto autônomo no pensar, expressar-se, intervir na vida e no sentir.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Dora Flaksman (Trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ARRUDA, F. M. **A Cidade pensada pelas crianças**: conceitos e ações políticas para consolidação da participação infantil. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Plínio Dentzien (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Carlos Alberto Medeiros (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 14 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: República do Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, 13 de julho de 1990. Brasília, DF: MEC, 2013.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Lia Gabriele R. Reis. (Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2011.

ELIAS, N. (Org.). **A Sociedade dos indivíduos**. Vera Ribeiro (Trad.) . Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários para a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAGGER, M. **Práticas com crianças, adolescentes e jovens**: pensamentos decantados. Maringá: Eduem, 2011.

MÜLLER, V. R. Aspectos da construção do conceito de infância. In: MÜLLER, Verônica Regina; MORELLI, Ailton J. (Org.). **Crianças e adolescentes**: a arte de sobreviver. Maringá: Eduem, 2002. p. 5-46.

\_\_\_\_\_. **História de crianças e infâncias**: registros, narrativas e vida privada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MÜLLER, V. R.; RODRIGUES, P. C. **Reflexão de quem navega na educação social**: uma viagem com crianças e adolescentes. Maringá: Clichetec, 2002.

RODRIGUES, P. C. **Participação política de meninos e meninas**: expedições de experiências e reflexões em curso. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SANTANA, J. P. **Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida**: Uma investigação participativa com crianças em situação de rua. 2007. 334 f. Tese (Doutorado em Estudos da Criança Área de Especialização em Sociologia da Infância)- Braga: Universidade de Minho, 2007.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. 3.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M.; GOUVEIA, M. C. S. (Org.). **Estudos da infância**: Educação e Práticas Sociais. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. Educ. Soc., Campinas, SP, v. 23, n. 78, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302002000200015&script>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, M.J.; PINTO, M. **Crianças, contextos e identidades**. Braga, Portugal: Universidade do Minho/Centro de Estudos da Criança, Ed. Bezerra, 1997.

SARMENTO, M. J.; SOARES, N. F.; TOMÁS, C. A. Globalização, educação e (re) institucionalização da infância. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...Coimbra**, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/CatarinaTomas.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SEIDEL D. (Org.). **Mediação de conflitos**: a solução de muitos problemas pode estar em suas mãos. Brasília, DF: Vida e Juventude, 2007. Disponível em: <<http://www.vidaeyjuventude.org.br/>>. Acesso em: 14 de agosto de 2014.

SOUZA, C.R.T. **O Projeto Futuro Hoje em Maringá/PR**: desafios da Educação social rumo à política pública. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

TOMÁS, C. As crianças como prisioneiras do seu tempo-espaço. Do reflexo da infância à reflexão sobre as crianças em contexto global. **Currículo Sem Fronteiras**, Guarapuava, v. 6, n. 1, p. 41-55, jan./jun. 2006. Disponível em:

<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1/articles/tomas.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Há muitos mundos no mundo: Cosmopolitismo, participação e direito da criança.** Porto: Companhia das Artes, 2011.

THOMÁS, C.; FERNANDES, N. A participação infantil: discussões teóricas e metodológicas. In: MAGER, Miryan et al. **Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados.** Maringá: Eduem, 2011. p. 251-271.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987. 175p.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação da adolescência brasileira: o direito de ser adolescente. Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades.** Brasília: DE: UNICEF, 2011 a. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância. **Infância e adolescência no Brasil.** Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

VON SIMSON, O. **Os desafios contemporâneos da história oral.** Campinas, Centro de Memória da Unicamp, 1997. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

**ANEXO****PROJETO-PILOTO DE INTERVENÇÃO PARA FORMAÇÃO  
POLÍTICO SOCIAL INFANTOJUVENIL****ECA – Que Políticas Sociais garantem o que afirma a Lei?**

*Quem sabe eu ainda  
Sou uma garotinha  
Esperando o ônibus  
Da escola, sozinha*

*Cansada com minhas  
Meias três quartos  
Rezando baixo  
Pelos cantos  
Por ser uma menina má*

*Cássia Eller*

*Zilda Bego*

*Maringá - Paraná*

## **PROJETO DE INTERVENÇÃO DESENVOLVIDO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESCOLA ESTADUAL DE MARINGÁ-PR**

### **Projeto-Piloto de Pesquisa**

**ECA: Que Políticas Públicas garantem o que afirma a Lei?**

**Pesquisadora- ZILDA BEGO**

**Público-alvo: Crianças e adolescentes de 10 a 16**

### **OBJETIVO GERAL**

- Realizar encontros lúdicos pedagógicos com crianças e adolescentes de 10 a 16 anos, propondo discussões sobre a ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente promovendo reflexões e levantando opiniões sobre quais Direitos estão sendo violados na infância e adolescência.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Discutir como e por que foi criado o ECA;
- Identificar o que mais tem prejudicado população infantojuvenil com relação ao seu cotidiano;
- Perceber como a população infantojuvenil compreende os espaços destinados a eles;
- Estudar o Estatuto a partir dos problemas identificados pelos adolescentes em seu meio social.

### **METODOLOGIA**

O projeto será desenvolvido por meio de atividades lúdicas e de estudos envolvendo rodas de conversa, grupos de discussão com participação oral e escrita. Todas as ações devem pautar pela liberdade, escuta e responsabilidade. Além disso, uso de materiais como: vídeos, versões atualizadas do ECA, papel sulfite, lápis, cadernos, cartolinas, cola, fotografias, painéis. Serão selecionadas diferentes dinâmicas para introdução das atividades tanto na acolhida, como nas atividades práticas.

### **PÚBLICO-ALVO**

Crianças e adolescentes com idade entre 10 e 16 anos, independente de classe social e ou outro critério.

## JUSTIFICATIVA

A infância é um período da vida dos seres humanos pelo quais muitas deformações podem ocorrer caso esses pequenos não sejam cuidados pelo adulto. No entanto, em muitas situações do cotidiano isso não tem acontecido, pois o mundo infanto-juvenil sofre pela negligência de ações políticas que compete ao Estado, promover a essa categoria.

Na convivência escolar e em outros espaços com crianças e adolescentes podemos listar muitos atos de violação de direitos que estão aos nossos olhos, e por inúmeras vezes não temos instrumentos necessários para mudar esse quadro. Para que possamos diminuir a distância que existe para haja o respeito e qualidade na vida infantil, propomos a formação política já na infância para que essa categoria assegure e compreendam o processo político que constituem seus direitos e sua presença social.

São 25 anos de ECA e são inúmeros os desafios para que se desenvolvam políticas adequadas e que contribuam para o desenvolvimento dessa categoria. A proposta do referido projeto, esta em desenvolver atividades lúdicas, diálogos e discussões com adolescentes em qualquer espaço em que se possa reuni-los para uma roda de conversa. As atividades são elaboradas metodologicamente com o amparo do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. Acredita-se que é possível desenvolver a criticidade política social com meninos e meninas e promover a reflexão entre Direitos Humanos e sua participação nos espaços sociais e as políticas sociais.

Nesse contexto o projeto de intervenção, visa desenvolver atividades lúdicas, com o apoio teórico contido no ECA, para a compreensão dos Direitos ali contidos. Por meio de exercício e práticas pedagógicas em que a criança possa relacionar o seu cotidiano com a violação que ela sofre em diferentes situações. Além disso, as estratégias visam instrumentalizar o docente e ou educador social para promover estudos, leituras, reflexões com as crianças, exercitando o conteúdo proposto para cada encontro.

**PROPOSTAS DE ATIVIDADES****1 IDENTIFICAÇÃO/ CIDADANIA****Queremos conhecer você!**

Me chamam de \_\_\_\_\_

Meu aniversário \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Estou estudando no \_\_\_\_\_ ano.

Tenho \_\_\_\_\_ anos de idade

As pessoas com quem convivo são:

NOME

PARENTESCO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

O meio de transporte que uso?

 Bike  Ônibus  carro Van  Outros



### **3-ECA EM MEU COTIDIANO**

#### **Por que foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente?**

A Constituição Federal de 1988 garantiu vários direitos aos cidadãos, inclusive as crianças. Mas, foi o ECA, publicado dois anos depois que organizou detalhou os direitos que se referem à população infantojuvenil. De acordo com o Artigo 227 da Constituição Federal e do Artigo 4.º do Estatuto da Criança e do Adolescente, toda criança e adolescente tem direito a:

#### **ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Direito à Vida**  
**Direito à Profissionalização**  
**Direito à Saúde**  
**Direito à Cultura**  
**Direito à Alimentação**  
**Direito à Dignidade**  
**Direito à Educação**  
**Direito ao Respeito**  
**Direito ao Esporte**  
**Direito à Liberdade**  
**Direito ao Lazer**  
**Direito à C. F. Comunitária**

### **ESTUDAR É PRECISO**

#### **Propostas de Leitura**

#### **Vamos conhecer o material para leitura chamado “ECA EM QUADRINHOS”**

O material é apresentado em Vídeo num primeiro momento. Após a apresentação, o grupo receberá cartões coloridos com os tópicos descritos acima, retirados do Estatuto da Criança e do Adolescente. As atividades devem ser acompanhadas com dinâmicas de leituras que envolvam os participantes e, acompanhada de explicações. O mediador proporá em seguida a formação de pequenos grupos para que haja interação. Depois disso realiza-se a Roda de Conversa em que todos possam livremente se expressar.

## **RODA DE CONVERSA**

A Roda de Conversa é uma atividade em que todos podem participar, respeitando a vez um do outro. Os relatos serão orais, pois haverá o momento adequado para atividade escrita.

Sugestões de questionamentos para promover a participação:

### **A- DIREITO À VIDA E À SAÚDE**

- a. Quando temos problemas de saúde em casa, procuramos:
- b. (Posto de Saúde, UPA, Planos particulares, etc.)
- c. Ao chegar lá como somos atendidos?
- d. Quais os cuidados que uma gestante e seu bebe devem ter?
- e. Que cuidados você tem com sua saúde?
- f. Você considera a sua alimentação saudável.

### **B- DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE**

- a. Você se sente bem na sua casa, na sua escola, na sua rua?
- b. Tem liberdade para brincar na rua, na praça, na escola?
- c. Já passou por situação de violência, Bullying, ou maus tratos?

### **C- DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA**

- a. Quantas pessoas moram em sua casa?
- b. Quem são essas pessoas? (parentesco)

### **D- DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER**

- a. Os problemas que surgem na minha vida escolar são...
- b. O que é estar brincando para mim?
- c. Como me sinto quando estou brincando?
- d. Os brinquedos que tenho?
- e. Os brinquedos que mais gosto?
- f. Locais que me fazem bem quando brinco?

(rua, meu quarto, sala com TV, computador, pátio escola, ATI, Shopping, Praça, Parque infantil, praça de skate, Salão da comunidade...

### **E-DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO**

O que você pretende ser quando ficar adulto?

Vamos comentar sobre crianças e adolescentes que já trabalham?

#### 4 REPENSANDO

Relacione os principais problemas que foram observados por você em sua Escola, Bairro ou Cidade. Em seguida tente classificá-lo de acordo com nosso estudo. Use as linhas abaixo. (Atividade que deve ser entregue aos participantes)

#### 5 VAMOS BRINCAR DE AUTORIDADE

Imagine que você é o Prefeito da cidade, por exemplo. Selecione a área que você precisa resolver os problemas. Escolha um ou mais dos problemas que você observou e identifique em qual dos Direitos está sendo VIOLADO e de que forma pode ser solucionado pelo Prefeito. (Fazer o exercício oralmente e depois a dinâmica)

##### Observações

Nesta atividade, será feito previamente cartões com as seguintes autoridades:

(Juiz, Conselheiro Tutelar, Promotor, Diretor da Escola, Prefeito, Vereadores) que serão distribuídos aos participantes. De acordo com a situação escolhida eles deverão indicar a autoridade a qual compete à resolução do problema. O menino ou menina que estiver de posse do cartão se colocará no lugar da autoridade e terá liberdade de propor sua solução. Nesse momento, o professor ou educador que estiver mediando a prática, pode fazer ao grupo indagações como: Como faremos para que o problema? Como fazer para que chegue de fato a autoridade competente para solucioná-lo? A partir das propostas realizarem a entrega do documento ao destinatário definido pelo grupo, pode ser mais de um.

Problema	Direito violado (citar)	Autoridade indicada

\* Ao propor que órgão deve ser encaminhado o problema levantado, aproveitar para rever a função de cada órgão promover o diálogo sobre representações sociais.

### **Materiais entregues aos participantes**

- a. Crachás
- b. Cartinha de incentivo
- c. Material impresso com as atividades
- d. Cartão de Natal
- e. Cópia do ECA em quadrinhos
- f. Certificado de participação

### **SUGESTÃO DE CARTINHA**

#### **Colégio Estadual – Maringá-PR**

Maringá, 20 de novembro de 2013

Caro (a) .....(escrever o nome do participante)

Estudar não tem idade, sempre é tempo. Então, quero lhe dizer que estou muito feliz em estar desenvolvendo um projeto no qual você faz parte e está me ajudando. Venho lhe pedir que não desista de conhecer seus direitos e que continue sendo estudioso, legal, amigo, companheiro e pronto para fazer o bem. Eu senti isso ao lhe conhecer. Dedique-se aos seus estudos, isso é fundamental. Há quem diga que o conhecimento nunca pode ser tirado de nós. Então, vamos continuar conhecendo O ESTATUTO- ECA!

Com carinho Prof<sup>a</sup>. Zilda

**MODELO DE CERTIFICADO ENTREGUE AOS PARTICIPANTES**

Certificamos que \_\_\_\_\_ aluno (a) matriculado (a) no Colégio Estadual..... Maringá/PR participou do Projeto "Nossa infância tem Lei que nos protege-ECA" desenvolvido no período de 08/11a 05/12/2013, com objetivo de promover o conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Zilda Bego**

Professora

"O segredo é não correr atrás das borboletas... É cuidar do jardim para que elas venham até você". [Mario Quintana](#)

